

**Juliana Torquato Luiz**

**A RESPONSABILIDADE SOCIAL EM DUAS UNIDADES  
DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO: RELAÇÕES,  
SIGNIFICADOS E AVALIAÇÕES**

**FLORIANÓPOLIS  
2007**

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH  
Departamento de Sociologia Política  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

**A RESPONSABILIDADE SOCIAL EM DUAS UNIDADES  
DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO: RELAÇÕES,  
SIGNIFICADOS E AVALIAÇÕES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do título de Mestre em Sociologia Política, sob orientação do Profa. Dra. Maria Soledad Etcheverry.

**Juliana Torquato Luiz**

**Florianópolis, abril de 2007.**

*Para Aidê,*

*Pelo apoio incondicional,*

*Pela vida de lutas,*

*Pelos sonhos que compartilha, e por  
trabalhar para uma sociedade melhor,  
influenciando a mim e aos meus irmãos.*

## AGRADECIMENTOS

À Professora Orientadora Dra. Maria Soledad Etcheverry, pela sua generosidade, compreensão e amizade nesses dois anos de estudos.

Ao meu companheiro Ricardo Moura, por dividir sonhos e pelo carinho e disposição em compreender minhas angústias.

Aos meus irmãos, pela amizade e por me devolverem à infância em todos os nossos encontros.

Aos meus Avós: Vó Maria e Vô Alceste, pelo porto seguro de sempre.

À minha Vó Balbina, pelo exemplo de mulher.

À tia Nádia e ao Tio Gilson, por estarem sempre por perto.

Às amigas da Pós-Graduação Ilze, Queli e Janiffer, pelos apoios e solidariedades.

Aos professores e professoras que me inspiraram, apoiaram e me encorajaram a seguir o caminho da pesquisa.

Aos meus amigos e amigas que acompanharam minha trajetória com muito apoio, meu muito obrigado a todos.

## RESUMO

Esta dissertação desenvolve idéias sobre as relações, significados e avaliações presentes num processo de institucionalização da responsabilidade social em duas unidades do setor elétrico brasileiro: na sede da Eletrosul, em Florianópolis-SC e numa regional da Eletronorte, em Porto Velho-RO. Consideramos dois contextos que são ao mesmo tempo o pano de fundo da discussão, a qual se insere o tema desta pesquisa: a Constituição brasileira de 1.988, como um importante ator social e os marcos legais a partir desta, e a Reforma do Estado, com os pressupostos neoliberais, configuradas a partir do final dos anos 80. A discussão teórica perpassa por conceitos, avanços e limites que envolvem as relações entre Estado, Mercado e Sociedade Civil e os diferentes discursos que conformam a noção de responsabilidade social. Foi realizado um estudo, através de ampla pesquisa empírica acerca da entrada da responsabilidade social no setor e seus desdobramentos, tendo como fontes documentos oficiais emitidos pelas empresas, relatórios, material iconográfico e as narrativas dos atores sociais envolvidos. A pesquisa proporcionou constatar profundas fragilidades e ambigüidades nos programas destacados, os quais inserem o tema da responsabilidade social num terreno de disputas e conflitos.

Palavras-chave: Responsabilidade Social, Setor elétrico-energético brasileiro, Políticas Sociais.

## ABSTRACT

This Dissertation develops ideas about the relations, meanings and evaluations presents in a institucionalization process of responsibility social developed on two brazilian electric energetic companies: the headquarters of Eletrosul, in Florianópolis-SC and at the regional company of Eletronorte, in Porto Velho-RO. We consider two historical contexts which inserts the subject of this research: the Brazilian Constitution of 1988, like a important social actor and the legal landmarks from this; and the structural reform of the State, which it the neoliberalisms subjects, it was configured from the 80<sup>th</sup> years. The theoretical quarrel goes throught the concepts, advances and limits that involve the relationships among the State, market and civil society and the differents speechs that conforms the idea of the social responsibility. It had made a study throught a large empirical research about the entrance of the social responsibility subject into the electric energetic sector and its unfoldings, considering sources like officials documents emitted for the companies, reports, iconograph sources and the narratives on the envolveds social actors.

The research provides to evidence deep fragilities and contradictory facts in the detache projects, which its inserts the subject social responsibility in a land of disputes and conflicts.

Keywords: Social Responsibility, Brazilian eletric energetic sector e social policies.

## LISTA DE SIGLAS

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente  
EIA – Estudos de Impactos Ambientais  
EUA – Estados Unidos da América  
FHC – Fernando Henrique Cardoso  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
FICART – Fundo de Investimento Cultural e Artístico  
FNC – Fundo de Investimento Fiscal  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
INPS – Instituto Nacional de Previdência Social  
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social  
ISO – *International Organization for Standardization*  
LT – Linha de Transmissão  
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens  
MP – Medida Provisória  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
OMC – Organização Mundial do Comércio  
ONGs – Organizações Não Governamentais  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OSCIPs – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público  
PRONAC – Programa Nacional de apoio à Cultura  
PSDB – Partido Social Democrata Brasileiro  
PT – Partido dos Trabalhadores  
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental  
UHE – Usina Hidrelétrica

## **LISTA DE FOTOGRAFIAS**

### **CAPÍTULO III**

**FOTO 1 – FOLDER DA ONG TRANSMISSÃO DA CIDADANIA E DO SABER**

**FOTO 2 – PROJETO TANQUE REDE DA ELETRONORTE**

**FOTO 3 – IDEM**

**FOTO 4 – CAPA DO BALANÇO SOCIAL BIANUAL (2004/2005) DA  
ELETROSUL**

### **CAPÍTULO IV**

**FOTO 5 – CAPA DA REVISTA CARTA CAPITAL (EDIÇÃO 14 DE  
FEVERERIO DE 2007)**

**FOTO 6 – MATÉRIA EXIBIDA NA REVISTA CARTA CAPTIAL (IDEM)**

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1.1 Breve Contextualização.....</b>	<b>12</b>
<b>1.2 Aspectos Metodológicos .....</b>	<b>18</b>
<b>1.3 Norte e Sul: o cenário das empresas .....</b>	<b>20</b>
<b>2 OS DIFERENTES ENCAIXES NAS RELAÇÕES ENTRE ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE CIVIL NO MARCO DAS AÇÕES SOCIAIS .....</b>	<b>24</b>
<b>2.1 Debates Teóricos e Conceituais .....</b>	<b>25</b>
<b>2.1.1 Considerações teóricas acerca das relações entre Estado e Sociedade Civil ..</b>	<b>25</b>
<b>2.1.2 A emergência de novos atores e o tema da participação: as ongs e o terceiro setor .....</b>	<b>28</b>
<b>2.1.3 A interseção do mercado .....</b>	<b>30</b>
<b>2.2 O Contexto Político .....</b>	<b>36</b>
<b>2.2.1 A Reforma do Estado e seus reflexos .....</b>	<b>36</b>
<b>2.2.2 O marco legal e suas influências .....</b>	<b>39</b>
<b>2.2.3 As políticas sociais após 1988 .....</b>	<b>44</b>
<b>2.2.4 O setor elétrico: mudanças no tempo .....</b>	<b>48</b>
<b>3 AS DISCUSSÕES TEÓRICAS SOBRE RESPONSABILIDADE SOCIAL .....</b>	<b>54</b>
<b>3.1 Os diferentes discursos que permeiam a noção de responsabilidade social .....</b>	<b>55</b>
<b>3.2 Responsabilidade Social e o olhar sociológico .....</b>	<b>59</b>
<b>3.3 Responsabilidade Social e a entrada no setor elétrico brasileiro .....</b>	<b>63</b>
<b>4 ELETROSUL E ELETRONORTE: A RESPONSABILIDADE SOCIAL EM CONSTRUÇÃO.....</b>	<b>68</b>
<b>4.1 O processo de institucionalização da responsabilidade social nas empresas ....</b>	<b>68</b>
<b>4.2 Os Projetos: dimensões e estratégias de atuação .....</b>	<b>76</b>
<b>4.2.1 As principais demandas .....</b>	<b>77</b>
<b>4.2.2 As características regionais na pauta de alguns projetos .....</b>	<b>81</b>
<b>4.3 Uma ong, uma empresa: outras relações.....</b>	<b>83</b>

<b>4.4 O balanço social x marketing social.....</b>	<b>90</b>
<b>4.5 As representações da responsabilidade social entre parentêses.....</b>	<b>95</b>
<b>5 NOTÍCIAS, CRÔNICAS E IMAGENS .....</b>	<b>99</b>
<b>5.1 As notícias que chegam .....</b>	<b>99</b>
<b>5.2 O quê não entra num balanço social? .....</b>	<b>101</b>
<b>6 CONCLUSÕES .....</b>	<b>109</b>
<b>7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>113</b>
<b>ANEXO A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS.....</b>	<b>121</b>
<b>ANEXO B - ALGUMAS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS AO TERCEIRO SETOR</b>	
<b>.....</b>	<b>123</b>
<b>ANEXO C - NORMA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL SA8000.....</b>	<b>135</b>

## 1. INTRODUÇÃO

*“Não sabemos o que moldará o futuro, embora eu não tenha resistido à tentação de refletir sobre parte desses problemas, na medida em que eles surgem dos escombros do período que acaba de chegar ao fim. Esperamos que seja um mundo melhor, mais justo e mais viável”.* (Erick Hobsbawm)

### 1.1 Breve Contextualização

O século XXI começou com o peso das heranças deixadas pelo final do século passado. Desdobramentos e conseqüências de um processo histórico marcado pelo êxito da ampliação e recriação do capitalismo caracterizado plenamente como um modo de produção global<sup>1</sup>. Concomitante a sua ampliação e concentração, o crescimento das desigualdades sociais manifestas em extrema pobreza e miséria, a destruição do meio ambiente, violação dos direitos humanos, violência e diversas formas de exploração do trabalho, ultrapassaram muitas fronteiras sociais e geográficas.

Nas palavras do sociólogo brasileiro Octávio Ianni (1995, p. 143):

No fim do século XX, reabrem-se espaços e fronteiras, inesperados ou recriados, disponíveis ou forçados. Juntamente com a desagregação do bloco soviético, com a dissolução do mundo socialista, generalizam-se políticas de desestatização, desregulação, privatização, abertura de mercados, fluxo cada vez mais livre das forças produtivas, modernização das normas jurídico-políticas e das instituições que organizam as relações de produção, tudo isso universalizando mais que nunca o modo capitalista de produção; e o capitalismo como processo civilizatório.

Organizações modernas como Estado, mercado e sociedade civil vêm se reinventando, se articulando e se modificam no caminhar de tais mudanças.

As mudanças ou as conseqüências às quais nos referimos no presente trabalho tratam de acontecimentos políticos, econômicos, sociais e culturais configurados nos pressupostos neoliberais, e acelerados principalmente no final da década de 80, os quais

---

<sup>1</sup> Aqui, utilizamos a idéia desenvolvida por Octávio Ianni (1997), em sua obra Teorias da Globalização.

defendem a supremacia do mercado, não só como propulsor de recursos, mas como promessa de provedor de justiça e igualdade.

O modelo de Reforma do Estado pautado em ideários de privatização, terceirização, liberalização financeira e comercial, reforma tributária, desregulação entre outras, é considerado essencial para a resolução de problemas apontados nos discursos neoliberais. A crise fiscal do Estado, o esgotamento do modelo do Estado Providência, o crescente custo das políticas sociais e os seus impactos sobre os fundos públicos, a inviabilidade de políticas nacionais de promoção de desenvolvimento econômico e outras explicações para a chamada crise dos anos 70 fazem parte desse discurso.

No Brasil nesse mesmo período, final da década de oitenta, após um complexo arranjo de transformações políticas, sociais e econômicas, a promulgação da Constituição de 1988 parecia inaugurar um período de avanços no trato de várias questões, principalmente as que se referiam a área social, com a universalização dos direitos sociais garantidos por esta.

Soares (2001, p. 210), destaca algumas determinações que demarcaram tais mudanças no quadro político, social e econômico de tal período. A autora destaca o advento do governo da Nova República no bojo do movimento de redemocratização nacional; a possibilidade de ocupação de postos estratégicos nesse governo por pessoas e grupos políticos identificados até então como oposição a todos os governos anteriores pós- 64; a organização de movimentos sociais, até então subordinados e sem possibilidade de expressão política, que pressionavam por mudanças efetivas; e a mudança na política econômica, comprometida com a retomada imediata do crescimento.

Todos esses aspectos, segundo a autora, resultaram num primeiro momento, numa expressiva mudança de perspectiva em relação às políticas, planos, projetos e programas do governo em geral e principalmente no atendimento da chamada área social.

Nessa conjuntura, os pressupostos neoliberais apontados acima também vão delineando mudanças no trato de políticas públicas e sociais, entre outras áreas, indo na contramão das expressas na carta Constitucional de 1988<sup>2</sup>. Os limites impostos pelo

---

<sup>2</sup> Como exemplo, o sistema de Seguridade Social (saúde, previdência e assistência social) que teriam como objetivos a universalidade da cobertura e do atendimento, a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, a equidade no custeio, a seletividade e

sistema econômico capitalista impossibilitaram a efetivação plena de muitos direitos, em especial os direitos humanos e sociais.

Muitos setores públicos e estatais vão sendo desmontados e sendo encaixados nas configurações dos modelos de privatização, terceirização e parcerias de tipo público x privada.

As instituições relacionadas ao atendimento de políticas sociais não foram as únicas afetadas por esse esquema. Empresas públicas dos setores de energia e do setor bancário, por exemplo, foram privatizadas e sofreram reformas que modificaram suas formas de atuação e mesmo refletiram as mudanças ocorridas nas relações entre Estado, mercado e sociedade civil. Esse novo modelo que pregava o desenvolvimento do país, adequado à economia globalizada, justificava tais novidades nas empresas públicas através da valorização dos aspectos da “eficiência e eficácia”.

Como consequência dessas combinações, novos atores e instituições começam a ter visibilidade na atuação do campo social, tais como o chamado Terceiro Setor<sup>3</sup>.

É nesse contexto que nossa temática passa a ser explorada: a da Responsabilidade Social desenvolvida em duas unidades do setor elétrico estatal brasileiro, representadas aqui pela sede da Eletrosul, localizada em Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina e pela Regional da Eletronorte, localizada em Porto Velho, capital do estado de Rondônia.

Responsabilidade Social e setor elétrico brasileiro podem ter mais em comum do que aparentam. Conforme rápida descrição acima, o fim dos anos 80, e sobretudo os anos 90, foram períodos de conturbadas medidas que vão gerar espaços para uma mistura de atuações e arranjos no trato de serviços essenciais para a sociedade como o atendimento às demandas sociais e o acesso a energia elétrica, por exemplo.

O processo de reestruturação do setor elétrico energético do Brasil teve como pano de fundo a privatização, com o objetivo declarado, conforme discussão da época, de constituir um novo modelo institucional com um ambiente mais competitivo na geração e comercialização de energia elétrica<sup>4</sup>.

---

distributividade dos benefícios, a irredutibilidade do valor dos benefícios e o caráter democrático da gestão, com a participação da comunidade, especialmente trabalhadores, empresários e aposentados (artigo 194 da Constituição Federal de 88).

<sup>3</sup> Aspectos conceituais sobre Terceiro Setor estarão sendo desenvolvidos no capítulo I.

<sup>4</sup> Gomes (2002, p. 101 e 102) registra os debates sobre privatização do setor elétrico nos anos 90, elucidando versões construídas para a privatização das estatais do setor elétrico energético brasileiro. Por um lado, os defensores da privatização alegando a não gestão e falta de competitividade das empresas, por outro lado, os atores sindicais desvelando notícias desta corrente ideológica e para o risco privatista: imposição de uma nova ordem econômica com reflexos para o setor energético.

Historicamente, a estrutura de decisões do setor elétrico brasileiro era bastante centralizada. A criação da Eletrobrás<sup>5</sup> acentuou essa característica, assumindo funções de coordenação do planejamento e operação, de agente financeiro e sendo transformada em *holding* das quatro geradoras federais (responsáveis, ao longo da década de 90 por cerca de 50% da energia gerada no país). Ao longo do tempo, várias reformulações foram modificando a atuação da Eletrobrás (PIRES : 2000, p.12).

A trajetória de reformas do setor iniciada em meados da década de 90, adquiriu caráter bastante abrangente em 1.997 com a implementação de uma série de medidas regulatórias, muitas das quais propostas pela consultoria *Coopers & Lybrand*, e medidas provisórias que iriam ser consolidadas com a Lei 9.647/98<sup>6</sup>.

A questão da reestruturação do setor elétrico energético brasileiro e suas conseqüências possuem extensas análises acadêmicas<sup>7</sup> e não será o nosso foco principal. Mas ele também é um componente explicativo para a entrada da Responsabilidade Social no setor, visto que muitas das intervenções que ocorreram em seu interior se justificam dentro de promessas de desenvolvimento econômico e social do país por parte de dirigentes e governantes.

As atividades empresariais foram sendo intensificadas também nesse contexto, articuladas a temas da responsabilidade social, filantropia empresarial, cidadania empresarial, ética empresarial, entre outros. E tanto as empresas privadas como as empresas públicas ampliaram seu campo de atuação e ação social, constituindo organizações não governamentais e fundações com fins filantrópicos, de investigação, conservação de patrimônio, intercâmbio cultural, entre outros, gozando de vantagens fiscais e sendo protagonistas de *marketing* social.

Passados esse período, já no ano de 2005, a Revista Exame publica seu *Guia Exame de Boa Cidadania Corporativa*, tendo como destaque uma empresa estatal do setor elétrico energético: a **ELETROSUL** – Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A, sendo esta premiada em três projetos de distintas áreas de atuação: “Práticas de Meio Ambiente”, com os projetos “Hortas Comunitárias” e “Campanha contra Queimadas” e;

---

<sup>5</sup> ELETROBRÁS – Centrais Elétricas Brasileiras S.A., instalada oficialmente no governo João Goulart em junho de 1.962. Como empresa *holding* do setor elétrico brasileiro, tem como função planejar e coordenar a política nacional de energia elétrica. (*Op. Cit.* Gomes).

<sup>6</sup> De acordo com Pires (2000, p. 9) o governo federal já havia implementado a reforma do setor elétrico por meio de sucessivas reedições de medidas provisórias (MP). A MP nº 1.531 chegou a ser reeditada 18 vezes até transformar-se na Lei 9.648 de 27 de maio de 1998.

<sup>7</sup> Destacamos os trabalhos de Maria Soledad Gomes (2002), Nair Palhano (2002); Jorge Luis Zezarra Tarqui (2005).

“Práticas Comunidade”, com o projeto “Preparação Profissional para o Primeiro Emprego”<sup>8</sup>.

Pesquisando os projetos premiados no próprio *site* da empresa<sup>9</sup>, verificou-se no organograma de apresentação um item sobre “Ações Sociais”, o qual destacava várias atuações em diferentes áreas do social, atendendo tanto ao público interno da empresa, como ao público externo.

No *site* de outra concessionária da Eletrobrás, a ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.<sup>10</sup>, também foi verificado em seu organograma de apresentação, no item “Quem Somos”, um espaço inteiramente dedicado a responsabilidade social, com vários focos de atuação, incluindo programas indígenas.

E aqui está o ponto de nossa investigação sociológica: a institucionalização da responsabilidade social e seus desdobramentos em duas empresas do setor elétrico estatal brasileiro: a Eletrosul de Florianópolis e a Eletronorte de Porto Velho, considerando o contexto histórico, político, social e econômico apontados acima.

Como a chamada responsabilidade social reflete tais mudanças? Como o contexto institucional se articula para a entrada de um programa de atendimento ao chamado social? Quais as novas relações, significados e atores após a entrada do Programa de Responsabilidade Social nas empresas investigadas? Como o processo de responsabilidade social foi ganhando contornos em termos de discursos e práticas na confluência entre Estado, mercado e sociedade civil? Estas foram as principais questões que nortearam nossa pesquisa. Outros questionamentos estão desenvolvidos ao longo do texto, que está organizado em quatro capítulos.

O primeiro capítulo debate teoricamente alguns encaixes entre Estado, mercado e sociedade civil que vão conformar em novas instituições, tendo como retrospecto as chamadas Reformas do Estado após 1.988, os marcos legais e outras mudanças significativas para os espaços de nossa investigação.

O segundo capítulo propõe uma discussão teórica sobre a temática da responsabilidade social considerando contribuições de diferentes autores de áreas como a administração, o serviço social e principalmente a sociologia, com destaque para a

---

<sup>8</sup> Revista Exame. Guia Boa Cidadania Corporativa 2005. Ed. Abril. (p. 78-98).

<sup>9</sup> Disponível em <http://www.eletrosul.gov.br>; Acesso em 23 de outubro de 2005.

<sup>10</sup> Disponível em <http://www.eln.gob.br>; Acesso em 26 de outubro de 2005. O contexto institucional será apresentado no item 1.1.3.

sociologia brasileira. Os diferentes interlocutores e discursos são apresentados com o objetivo de identificar as apropriações do termo e a entrada deste no setor elétrico.

O terceiro capítulo traz a pesquisa empírica para nossas análises e reflexões através da descrição do processo de institucionalização dos programas de responsabilidade social das empresas, suas premissas e orientações.

O quarto e último capítulo, tenta conjecturar algumas notícias e crônicas que envolvem imagens e narrativas a respeito de um cotidiano institucional que ainda está “se fazendo”, se construindo nas ambigüidades e improvisos que estão presentes na política de responsabilidade social.

## 1.2 Aspectos Metodológicos

A pesquisa contemplou uma amostragem de 31 entrevistas realizadas nas duas unidades investigadas. Em ambas as empresas foram entrevistados diferentes atores como dirigentes, profissionais dos programas de responsabilidade social, profissionais de organizações não governamentais parceiras das empresas e empregados de outras áreas técnicas. Além das entrevistas, uma extensa pesquisa documental possibilitou o acesso a materiais fotográficos, atas de reuniões, relatórios administrativos, balanços sociais e acesso a resoluções internas que institucionalizaram o Programa de Responsabilidade Social dentro de cada uma das empresas. Um amplo material publicitário elaborado para reportagens em revistas de negócios, encartes para congressos do setor e *sites* também foram considerados como fontes de pesquisas.

Algumas estratégias metodológicas e logísticas tiveram que ser traçadas visto a enorme distância geográfica entre as duas empresas, situadas em Florianópolis-SC e Porto Velho-RO (aproximadamente 3.442 KM de distância). Dessa forma, o trabalho de campo foi realizado em momentos diferentes: o primeiro a ser explorado foi a sede da Eletrosul de Florianópolis – SC, sendo realizadas visitas periódicas na empresa e em alguns pontos de atuação de seus projetos de responsabilidade social.

Em seguida, a permanência de 40 dias consecutivos na regional da Eletronorte situada em Porto Velho, capital do estado de Rondônia, possibilitou o aprofundamento de informações sobre o desenvolvimento de um Programa de Responsabilidade Social numa regional, contexto diferente de uma sede, que foi o caso da Eletrosul de Florianópolis. Assim, nossa análise não esteve pautada numa comparação de programas e projetos A ou B, e sim na sistematização e levantamento de dados que pudessem dar um caráter abrangente, explicativo e global do processo histórico de institucionalização e desenvolvimento de programas sociais dentro de empresas representantes do setor elétrico energético do país. Por isso não nos ativemos em citar um ou dois projetos de cada uma das empresas e caracterizá-los conforme estrutura, área de atuação, número de beneficiários, etc. Mas procuramos trazer os elementos que consideramos principais, os quais conformam e guiam o processo de criação, implementação, desenvolvimento, acompanhamento e desfechos de práticas que tais empresas vêm exercendo em diferentes campos da chamada área social. A exploração de depoimentos dos chamados público alvo dos projetos e avaliações mais sistemáticas dos projetos que compõem os

Programas de Responsabilidade Social das empresas não foi o centro de nossa pesquisa, apesar de considerarmos de enorme relevância. Alguns aspectos justificam tal ausência:

1º O foco de nossa análise incidiu sobre o processo de institucionalização dos programas de responsabilidade social nas empresas, privilegiando determinações históricas que colaboraram para a entrada de um novo ator dentro do setor elétrico energético, como para o atendimento de demandas sociais e;

2º Por se tratar de uma dissertação de mestrado, o tempo e a logística não permitiriam tamanha envergadura no processo de pesquisa.

A exploração da legislação que regula as parcerias público x privada, bem como as atividades de responsabilidade social nas empresas e o próprio conjunto de normas que geraram tais transformações após a Constituição de 1.988 também compuseram o acervo de documentos pesquisados.

A escolha metodológica, além das fontes citadas acima, pela narrativa como método qualitativo se deu por sua pertinência ética e epistemológica como pressupostos das metodologias qualitativas fundadas numa teoria sobre a produção do conhecimento social que tem como base a atribuição de valor aos sujeitos na construção do conhecimento que concerne o dia-a-dia da vida, validando os conhecimentos que a sociedade, uma comunidade ou instituição tem sobre si mesma, concebendo a construção coletiva e democrática dos processos de avaliação<sup>11</sup>.

Lopes (2003) faz a seguinte consideração a respeito do uso das narrativas:

Ao se engajarem em um processo de reconstrução de suas histórias de vida por meio das narrativas, os sujeitos refazem o caminho por eles percorrido até o momento e repensam sua história passada. Nesse processo, reelaboram também seu discurso, se repositonam e até reconstroem sua identidade profissional entre outras identidades sociais. As narrativas operam então como instrumentos de construção e reconstrução de nossas identidades sociais, processo esse que é desenvolvido no desenrolar do próprio narrar.

Assim, partimos da premissa que a narrativa permitiu registrar a complexidade de um processo social, costurando percepções subjetivas no âmbito das estatais com experiências que estão em construção, não somente no cotidiano das ações e das

---

<sup>11</sup> ETCHEVERRY, Maria Soledad. Desafios de uma negociação: a interpretação dos atores no processo de reforço técnico do sistema eletroenergético da Ilha de Santa Catarina. Tema do GT “Métodos Qualitativos e políticas públicas”, apresentado na VI Reunião de Antropologia do Mercosul em Montevideu em novembro de 2005.

representações, mas que também estão ainda por serem definidas com contornos mais precisos na dimensão institucional.

### **1.3 Norte e Sul: o cenário das empresas**

As unidades as quais investigamos, conforme mencionado, ficam em regiões diferentes no Brasil; Norte e Sul. Cada uma dessas regiões possui um histórico político, econômico, de desenvolvimento social e ambiental bem distintos uma da outra e essas características, que adiante veremos, imprimem cores distintas às implementações dos programas de responsabilidade social.

O Sul costuma ser publicizado como uma região que ocupa posição singular em relação ao Brasil. Sua inserção na história nacional relevou características geográficas, econômicas e formas de colonização que construiu uma imagem de *pedaço da Europa no Brasil* (Boaventura:1996), em virtude da imigração alemã, italiana e polonesa no final do século XIX.

O processo histórico de desenvolvimento econômico da região foi caracterizado especialmente a partir da década de 70, com a expansão agrícola no que tange a produção de grãos e seus efeitos sobre a agroindústria (destaque nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul), uma base industrial frigorífica, têxtil, de motores, fundidos e mais recentemente na produção de bens eletrônicos (destaque no estado de Santa Catarina)<sup>12</sup>.

A região Norte, além de ser maior em número de estados, possui uma geografia que a insere dentro do território da Amazônia Legal. Seu processo de ocupação esteve associado a períodos de exploração econômica; expedições denominadas de Bandeiras no século XVII; exploração de mineral, principalmente a mineração de ouro, o ciclo da borracha, projetos desenvolvimentistas nos setores agropecuários na década de 70 do século XX, entre outros.

Florianópolis e Porto Velho, respectivamente capitais dos estados de Santa Catarina e Rondônia, trazem em sua formação vínculos com as próprias características de suas regiões. Tanto a Eletrosul como a Eletronorte se inserem nesse contexto regional dialogando com tais características, assim como os próprios programas de responsabilidade social das empresas. Dessa forma, localizamos introdutoriamente as empresas investigadas.

---

<sup>12</sup> Disponível em <http://www.ipea.gov.br> . Acesso (?)vários em 2006.

*Florianópolis e a Eletrosul*

Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, possui um território de 436 Km<sup>2</sup>, composto pela Ilha de Santa Catarina (424 Km<sup>2</sup>) e faixa continental (12 Km<sup>2</sup>). Sua população atual é de aproximadamente 406.564 mil habitantes<sup>13</sup>. É considerada a única capital do país que não é a maior cidade do seu Estado, tendo a população inferior a Joinville.

A Lei complementar nº 162 de janeiro de 1.998 instituiu a região metropolitana de Florianópolis, composta por 9 municípios, com o objetivo principal de dinamizar as soluções para os problemas urbanos da cidade, que possui uma economia voltada para o setor terciário, destacando-se como centro regional na prestação de serviços e comércio, abrigando a sede do governo estadual, representações de órgãos e entidades federais e atividades relacionadas ao turismo (Gomes: 2002, p. 12).

Sua história passa por vários momentos do desenvolvimento político do país, como a Revolução Federalista após a proclamação da república. Foi em 1.823, ainda com o nome de Desterro, que passa a ser capital da Província de Santa Catarina, recebendo maiores recursos federais para seu desenvolvimento.

A relação de Florianópolis com a Eletrosul começou com a transferência da sede da empresa do Rio de Janeiro para a cidade, em 1.976, instalada no bairro Pantanal.

O aceleramento da construção civil, implantação de redes básicas de energia elétrica e de fornecimento de água nas últimas três décadas do século XX também foram assinalando um desenvolvimento urbano que modificaram seu meio ambiente e a própria geografia humana da cidade, com a entrada do fluxo de pessoas de outras regiões do país.

A ELETROSUL – Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A., empresa pertencente a *holding* Eletrobrás, ganhou expressão como a maior empresa estatal do sul do país, responsável originalmente pela geração e transmissão de energia elétrica para os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul.

Em 23/12/1.997 a empresa foi cindida em consequência do Programa Nacional de Desestatização e da RESEB – Reestruturação do Setor Elétrico; suas atividades de transmissão de energia permaneceram na empresa, que assumiu o nome de

---

<sup>13</sup> Dado estimado pelo IBGE em 2006. Disponível em <http://www.ibge.gov.br> . Acesso 2006.

ELETROSUL – Empresa Transmissora do Sul do Brasil S.A.; e as áreas de geração e comercialização ficaram sob a responsabilidade de uma nova empresa denominada GERASUL – Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. Em dezembro de 1.998, ainda sob o governo federal de Fernando Henrique Cardoso, a Gerasul passa para a iniciativa privada, ficando sob o controle acionário da Tractebel Sul S.A.<sup>14</sup>. Com as mudanças da política do Governo Federal, definindo um outro modelo para o setor elétrico, a Eletrosul foi retirada do Programa Nacional de Desestatização (PND), juntamente com as demais empresas do sistema Eletrobrás<sup>15</sup>. Esta medida ficou evidenciada na Lei 10.848, sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 15 de março de 2004, garantindo a volta da Eletrosul ao mercado de geração de energia. O nome da empresa também foi alterado: de Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. deu lugar a Eletrosul Centrais Elétricas S.A.

#### *Porto Velho e a Eletronorte*

A unidade da Eletronorte investigada no presente trabalho é uma regional, situada em Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, sendo esta chamada de Regional de Produção e Comercialização de Rondônia – CRD.

A história da cidade está comprometida com o próprio processo de ocupação de Rondônia, associado aos períodos de exploração econômica: as expedições denominadas de Bandeiras no século XVII; mineração de ouro, no século XVIII; ciclo da borracha, no final do século XIX; a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré; exploração de cassiterita, nas décadas de 50 a 70 e a construção de obras a partir da década de 70 incentivadas pelos governos militares, como a Transamazônica, por exemplo. Nesse período, a propaganda de tais governos era “integrar para não entregar” a região Amazônica<sup>16</sup>.

A ocupação desordenada de Porto Velho e seus arredores foi se dando assim; principalmente em virtude da construção de obras e projetos que pregavam o desenvolvimento que na sua grande maioria não chegaram a ser concluídos.

---

<sup>14</sup> Empresa constituída no Brasil sob o controle da Tractebel Socièté Anonyme, com sede na Bélgica, integrando do grupo francês SUEZ. *Op. Cit.* Gomes.

<sup>15</sup> Caderno “Eletrosul 2 Anos”, 2004.

<sup>16</sup> VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. A ditadura foi “entreguista”? Política externa e desenvolvimento no regime militar brasileiro. Estudos de História, Franca, V. 8, n.1. 2001.

Sua relação com a Eletronorte ganha maior expressão com outra obra de construção: a da Usina Hidrelétrica Samuel, situada no rio Jamari, afluente da margem direita do rio Madeira, distando 52 km da cidade de Porto Velho, pela rodovia BR-364. O reservatório estende-se desde a localidade de Cachoeira de Samuel no município de Candeias do Jamari, até as proximidades da foz do rio Branco, no município de Ariquemes. O projeto básico de sua construção foi iniciado em 1.978 e sua operação comercial teve início em 1.989. A capacidade máxima de geração é de 216 MW<sup>17</sup>, destinando-se a abastecer o mercado de energia elétrica do Sistema Acre-Rondônia. O local da implantação foi definido a partir dos resultados obtidos no inventário do potencial energético do rio Jamari.

A Eletronorte também é uma concessionária de serviço público de energia elétrica, sociedade anônima de economia mista, subsidiária das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás e “tem como finalidade principal realização de estudos, projetos, construção e operação de usinas geradoras e de sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica”<sup>18</sup>, diretamente ou por meio de suas subsidiárias integrais Boa Vista Energia S.A. e Manaus Energia S.A.

Diferente da Eletrosul, sua sede não fica na região ao qual desenvolve suas atividades. Criada em 20 de junho de 1.973, sua sede fica no Distrito Federal, atuando na Região Amazônica, nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

As diferenças entre as empresas e as cidades as quais estão situadas vão além das acima destacadas. Questões climáticas, sócio-econômicas, demarcações étnicas, entre outras influenciam tanto no processo de operação e geração de energia como demarcam algumas características dos seus programas de responsabilidade social. E esse será um dos pontos explorados ao longo do trabalho. Como o histórico e a relação das empresas com suas regiões vão dando cara e contornos aos projetos desenvolvidos nas suas áreas de atuação foram aspectos que se revelaram estratégicos na institucionalização da responsabilidade social no setor, sendo demonstrado principalmente a partir do capítulo III.

---

<sup>17</sup> MW (Mega Watt). Unidade de medida de potência elétrica equivalente a um milhão de watts.

<sup>18</sup> Disponível em <http://www.eln.gov.br>. Acesso (?) vários em 2005.

## 2. OS DIFERENTES ENCAIXES NAS RELAÇÕES ENTRE ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE CIVIL NO MARCO DAS AÇÕES SOCIAIS

Situar historicamente os argumentos teóricos e conceituais elaborados na literatura sociológica acerca das mudanças e noções que perpassam as diversas relações entre Estado, Mercado e Sociedade Civil e seus impactos no trato da “questão social”<sup>19</sup> não é uma tarefa fácil de começar.

Consideramos dois contextos que são ao mesmo tempo o pano de fundo da discussão, a qual se insere o tema desta pesquisa: a Constituição brasileira de 1.988, como um importante ator social e os marcos legais a partir desta, e a Reforma do Estado, com os pressupostos neoliberais<sup>20</sup>, configuradas a partir do final dos anos 80.

Esse período é caracterizado pela presença de novos atores, novas concepções e um conjunto de normas que vão configurar práticas e noções nas relações entre Estado, mercado e sociedade civil no que tange a confecção, implementação e institucionalização de políticas públicas e sociais, assim como a própria noção de bem público. A gestão dessas mudanças é um ponto importante para explicar a conformação de novas instituições como a Responsabilidade Social e principalmente, o trato dessas políticas a partir da confluência de tal triangulação. Ao mesmo tempo, procuramos ter cuidado com o uso de categorias e suas utilizações, pois essas nos ajudam a explicar as

---

<sup>19</sup> A chamada *questão social* vem sendo preocupação no âmbito acadêmico por parte de vários pesquisadores nacionais e internacionais há muito tempo. As produções nacionais sobre esse tema vêm ocupando principalmente espaços nos debates produzidos pelas escolas de Serviço Social. Utilizando esse termo, além dos produzidos pelo serviço social, destacamos algumas análises com viés sociológico, produzidas nas últimas duas décadas : IANNI, O. “A Questão Social” In: A idéia de Brasil Moderno; CASTEL, R. “As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. A autora Marilda Villela Yamamoto (2003, p.58), uma das representantes do pensamento produzido Serviço Social no Brasil, destaca que “a questão social enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. Sua produção/reprodução assume perfis e expressões historicamente particulares na cena contemporânea. Requer no seu enfrentamento, a prevalência de necessidades da coletividade dos trabalhadores, o chamamento à responsabilidade do Estado e a afirmação de políticas sociais de caráter universal, voltadas aos interesses das grandes maiorias, condensando um processo histórico de lutas pela democratização da economia, da política, da cultura na construção da esfera pública”.

<sup>20</sup> A autora Asa Cristina Laurell (1997, p. 166) analisa o neoliberalismo latino-americano e chama a atenção para o cuidado com a aplicação do termo e seus pressupostos. “Por exemplo, austeridade no gasto público não é necessariamente “neoliberalismo” se não vier acompanhada de um processo acelerado de privatização, desregulamentação financeira, abertura externa, desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas, reestruturação das políticas sociais, etc”. A autora esclarece que a adoção de políticas neoliberais como programa de governo não ocorreu simultaneamente, nem seguiu a mesma trajetória em todos os países devido às condições políticas particulares de cada um.

diversas modalidades de enfrentamento dos problemas sociais na sociedade burguesa<sup>21</sup>. Acerca da utilização das categorias, a seguinte idéia apóia nossa preocupação:

até as categorias mais abstratas – precisamente por causa de sua natureza abstrata -, apesar de sua validade para todas as épocas, são, contudo, na determinidade dessa abstração, igualmente produto de condições históricas, e não possuem plena validade senão para essas condições e dentro dos limites dessas (Marx & Engels: 1996, p. 43).

Dessa forma, propomo-nos neste capítulo estabelecer tais discussões teóricas e conceituais que nos inspiram a problematizar os encaixes entre o Estado, o mercado e a sociedade civil no marco das ações sociais, no que se refere às possibilidades de mudanças nessas relações e a identificação de novos conteúdos e atores no processo histórico que se desenrola.

Em seguida, nos transportamos para o contexto político, social e econômico anteriormente destacado, enfatizando os reflexos da reforma do estado ocorrida no país, em especial no trato das ações sociais, e respectivamente nas políticas sociais como um todo após a Constituição de 1.988; as influências do marco legal e normativo nas novas configurações que se apresentam; e as mudanças no setor elétrico energético no Brasil, cenário de nossa pesquisa, como conseqüências dos novos arranjos políticos organizados em tal reforma.

## **2.1 Debates Teóricos e Conceituais**

### **2.1.1 Considerações teóricas acerca das relações entre Estado e sociedade civil**

As noções que perpassam as relações entre Estado e sociedade civil, assim como seus conceitos, são variadas. Tanto a categoria Estado como a de sociedade civil, são noções políticas, e não um instrumento neutro. Envolve pluralismos e heterogeneidades em suas caracterizações.

Atualmente, as bandeiras da parceria e da participação fazem parte de um arcabouço de premissas que circundam as relações entre o Estado, mercado e diversos atores que compõem uma idéia de sociedade civil<sup>22</sup>. Antes de entrar nesse contexto de

---

<sup>21</sup> Para a idéia de sociedade burguesa, nos referimos às contribuições teóricas da obra de Florestan Fernandes, em especial a *Revolução Burguesa* (2006).

<sup>22</sup> Segundo Evelina Dagnino (2006, p. 23), a compreensão do termo sociedade civil é composta por uma variada heterogeneidade de atores civis (incluindo atores conservadores), com formatos institucionais diversos (sindicatos, associações, redes, coalizões, mesas, fóruns), e uma grande pluralidade

cooperação entre esses atores, uma breve passagem por alguns aspectos anteriores a essas experiências contribuem para a visualização de importantes mudanças que ocorreram nesses espaços.

A perspectiva do liberalismo influenciou idéias teóricas que associam as relações entre Estado e sociedade civil em oposições duais<sup>23</sup>. A primeira é a contraposição entre o político e o social, funcionando como ponto de partida para o próprio conceito de sociedade civil. Essa construção positivista acabou gerando uma visão simplificada dessa relação, ocasionando uma interpretação instrumental, percebendo um em contraposição ao outro, imprimindo à sociedade civil um discurso antiestatizante. Nessa orientação, o Estado é entendido como o conjunto de instituições de caráter público e coercitivo, e sociedade civil como o espaço do “não-político”, “da liberdade e da espontaneidade” (ACANDA: 2006, p. 43).

Sobre a idéia de Estado, Acanda (2006, p. 94) ressalta que esta se transformou na representação política dominante no liberalismo e em todas as ideologias políticas modernas. A relação entre interpretação do Estado e a ordem capitalista, ocasionou, segundo o autor, um visão reducionista, instrumentalizada e reificada. Reducionista, porque o Estado foi entendido apenas como um conjunto de instituições públicas, e seu caráter repressivo garantia o funcionamento “natural” da sociedade. Instrumentalizada pois é concebido como um instrumento exterior à sociedade e, reificada pois trata o Estado como um conjunto de coisas, visíveis e independentes do resto da sociedade. Consequentemente tem-se a visão liberal de política.

Dagnino (2006) alerta acerca da dicotomia destacada acima. A autora considera que, assim como existe um mito acerca do caráter unitário e virtuoso da sociedade civil, há também uma visão dominante sobre o Estado que o concebe como um ente administrativo homogêneo e indiferenciado. Essa visão, não somente acarreta equívocos

---

de práticas e projetos políticos, alguns dos quais podem ser, inclusive, não-civis ou pouco democratizantes. “Com efeito, ‘a sociedade civil não é um ator coletivo homogêneo é um conjunto heterogêneo de múltiplos atores sociais, com freqüência opostos entre si, que atuam em diferentes espaços públicos e que, via de regra, tem seus próprios canais de articulação com os sistemas político e econômico. Isso quer dizer que a sociedade civil está entrecruzada por múltiplos conflitos e que ela é, em todo caso, uma “arena de arenas” (Walzer, 1992) e não um território de convivência pacífica e não conflituosa.” (Olvera, 2003:28)”.

<sup>23</sup> De acordo com Jorge Luis Acanda (2006), não houve um único liberalismo, mas um conjunto de formas específicas de liberalismo que foram surgindo e se estruturando ao longo dos últimos três séculos, mudando seu caráter e sua validade política à medida que modificavam seu caráter e o papel histórico de classe da qual o liberalismo é expressão. Não temos espaço aqui para caracterizar tais diferenças, mas apontaremos alguns elementos centrais que constituem as relações entre Estado e sociedade civil .

empíricos como deixa de fora análises sobre as mediações entre a sociedade e o Estado, deixando de considerar a este, níveis significativos de heterogeneidade. Para a autora:

Uma primeira dimensão dessa heterogeneidade pode ser apreendida pela “arqueologia do Estado”, isto é, o modo como as instituições estatais se formaram em diferentes ciclos ou períodos políticos. Na medida em que a transformação dessas instituições é desigual e não se completa com as mudanças de regime, a coexistência de instituições fundadas em princípios organizacionais distintos caracteriza uma forma de heterogeneidade do Estado.

A problemática das relações entre Estado e sociedade civil, considerando a sociedade política, somada à consideração do papel e das características do Estado, possibilita desmontar uma visão reducionista sobre esses dois atores. A idéia de ação política, por exemplo, não se limita á sociedade política, como algumas teorias enfatizam<sup>24</sup>, mas é parte da lógica da própria sociedade civil, cujos atores, ao defender projetos na esfera pública e desenvolver a ação coletiva, estão fazendo política, disputando espaços de poder e orientando a política pública (DAGNINO: 2006, p.35).

No turbilhão das crises políticas ocorridas nas últimas décadas do século XX e com uma forte campanha de desmonte do Estado, em especial no que tange o Estado de bem-estar-social, apoiada no mercado e nas privatizações como soluções de problemas sociais por exemplo, produziu-se uma sociedade mais diversificada e o surgimento de organizações sociais intermediárias.

Dessa forma, o próprio uso recorrente do termo sociedade civil e as organizações que ela engloba é, segundo Acanda (2006, p. 26) a expressão do impacto que os fatores objetivos produzidos no mundo capitalista causaram na consciência tanto do cidadão comum quanto dos políticos profissionais e dos cientistas sociais:

A intensificação do caráter coisificado e alienante tanto dos Estados quanto do mercado capitalista fez o tradicional problema da relação entre indivíduo e sociedade ser proposto como o problema da relação do indivíduo com os poderes que estruturam a sociedade e a transformam num lugar hostil: o poder político e o poder econômico. Surgiu assim, a necessidade de conceber um espaço intermediário entre esses dois poderes, uma espécie de “refúgio” no qual o indivíduo possa encontrar proteção contra essas forças que tudo tenta devorar.

Considerando então, o contexto da globalização ou capitalismo global e suas conseqüências manifestas na problemática da questão social, as relações entre Estado e

---

<sup>24</sup> Jorge Luis Acanda (2006) ressalta as teorias liberais clássicas e as teorias com tradição positivista que influenciaram as próprias teorias da sociedade civil.

sociedade civil se modificaram profundamente, e mesmo as empresas passaram a dar uma nova forma a suas fundações e associações filantrópicas, incluindo novos receituários e modalidades no trato de problemas sociais. Essas fundações e associações também passaram a compor os espaços da sociedade civil, assim como a emergência de novos atores que irão contribuir para uma mudança significativa nas suas relações com o Estado: conforme a expressão de Dagnino (2006), passando “da negação à parceria”.

### **2.1.2 A emergência de novos atores e o tema da participação: as Ongs e o Terceiro Setor**

O processo de democratização e a abertura de novas possibilidades de participação política junto a setores e órgãos do governo modificaram os significados das relações entre Estado e sociedade (organizada ou não).

No final da década de 80 e início da década de 90, há uma ampliação dos atores sociais, formas de ação coletiva e a construção identitária de novos projetos políticos.

De acordo como o Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática<sup>25</sup>, há alguns elementos que compõem este novo momento:

1. uma maior disponibilidade, diante da possibilidade recém instaurada, dos atores da sociedade civil negociarem com o Estado, como demonstram as experiências de parceria existentes atualmente entre Estado e atores da sociedade civil.
2. uma tendência a institucionalização dos movimentos e das ONGs, no sentido de uma maior profissionalização, eficácia nos resultados, captação e otimização de recursos materiais e humanos;
3. ampliação das temáticas abordadas pela sociedade civil e o número de atores, que se vêem legitimados neste novo cenário de liberdade de associação;
4. manifestação mais explícita da pluralidade de intenções, da heterogeneidade de posições e demandas – clivagens, conflitos e ambigüidades – já existentes no interior da sociedade civil e que emergem com mais força num cenário em que os projetos não mais se unificam em torno de um objetivo comum.
5. maiores possibilidades, tendo em vista o novo cenário das “liberdades democráticas”, de uma atuação na esfera pública, e portanto, de ampliação no grau de publicidade das demandas e problemas sociais apontados pela sociedade civil e
6. articulações dos movimentos sociais entre si e com diferentes atores sociais em redes mais ou menos formalizadas, configurando um novo padrão de atuação dos movimentos sociais.

O termo “ONG” foi elaborado pela ONU, em 1.946, que definiu como toda organização não estabelecida por acordo intergovernamental (TAVARES:1999).

<sup>25</sup> Caderno Idéias. V. 5(2)/6(1). 1998-1999. Unicamp: Campinas. P. 25.

Segundo Teixeira<sup>26</sup> três setores importantes de interface com as *ong's* merecem destaque: as agências de financiamento internacional, o relacionamento com movimentos sociais a que estão de alguma forma vinculadas ou com os setores sociais com os quais se relacionam e as relações com o Estado. As *ong's* foram determinantes nas relações de parceria entre Estado e sociedade civil nas configurações que se apresentaram nos anos 90. Esse contexto acarretou numa profissionalização dos chamados agentes de organizações, que antes “se reconheciam apenas como de apoio aos movimentos sociais”<sup>27</sup> ou faziam parte desses movimentos muitas vezes como militantes políticos. Paralelo ao tema das *ong's*, emerge o do Terceiro Setor.

Apesar da heterogeneidade do conceito, *Terceiro Setor* tem sido empregado para qualificar uma multiplicidade de organizações sociais, iniciativas coletivas ou individuais voluntárias, fundações e institutos empresariais que desenvolvem atividades diversas de caráter público. Landim (2000, p. 73) constrói a idéia de que o terceiro setor não é um termo neutro e nem pode ser explicado a partir de um conceito reducionista tal como “representado pela sociedade civil”, segundo a autora: “ele tem nacionalidade clara. Sua procedência é norte-americana, contexto onde associativismo e voluntariado fazem parte de uma cultura política e cívica baseada no individualismo liberal”.

Montaño (2002, p. 22) defende a tese numa perspectiva crítica e de totalidade (perspectiva marxista), referindo-se a um fenômeno real inserido na reestruturação do capital pautado em princípios neoliberais, gerando um novo padrão para a função social de resposta às seqüelas da questão social, seguindo os valores da solidariedade voluntária e local, da auto-ajuda e da ajuda mútua.

Essas entidades terão papel significativo no ideário de um projeto democrático-participativo que começou a ser publicizado principalmente após a Constituição de 1.988. A participação aparece como um mecanismo de aprofundamento democrático. Institucionalmente, sua consagração está expressa no artigo 1º da Constituição de 1.988: “o princípio da participação no exercício do poder”.

Após esse período, outros sentidos culturais e políticos foram demarcando as relações entre Estado e sociedade. Dagnino (2006, p. 51) esclarece que as formas e expressões adotadas na implementação dos princípios de participação e controle social, na direção da inovação democrática variam nos vários contextos nacionais: orçamentos

---

<sup>26</sup> TEIXEIRA, Ana Cláudia C. A atuação das organizações não-governamentais: entre o Estado e o conjunto da sociedade. In: DAGNINO, Evelina (org.). Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil. Ed. Paz e Terra: São Paulo, 2002.

<sup>27</sup> *Op. Cit.* p. 108.

participativos, conselhos gestores de políticas públicas, conselhos cidadãos, mesas de concertação, mecanismos de prestação de contas (*accountability*), monitoramento, etc.

Na lógica do projeto neoliberal que foi se delineando paralelo ao discurso de um projeto político democrático-participativo, a participação de entidades do terceiro setor e da sociedade civil em espaços de confecção e decisões políticas dão uma nova configuração na relação entre Estado e sociedade. As organizações não-governamentais, a emergência do terceiro setor e das fundações empresariais se redefinem em funções que mais parecem uma filantropia redefinida (PAOLI).

As políticas governamentais vão contribuir para o encaixe entre Estado e sociedade civil através da transferência de responsabilidades no trato das políticas sociais do Estado para entidades não estatais, através da idéia de solidariedade como impulsionadora da participação e da parceria, e no repasse de recursos públicos para essas entidades<sup>28</sup>. O discurso contestatório, presente em algumas entidades do terceiro setor, se modifica para o discurso da cooperação.

Diferentemente das concepções de cidadania, sociedade civil e de participação formuladas no período anterior à Constituição de 1988, conforme inicialmente explicitado, as relações entre Estado e sociedade civil no projeto neoliberal adquirem um caráter despolutizador, pois perde-se o sentido político e coletivo e mesmo o caráter universal dos direitos sociais apregoados na Constituição e os debates em torno de problemáticas sociais, por exemplo, correm numa perspectiva privatista, focalizada, fragmentada e individualista, no âmbito da moral e da “participação solidária”, com ênfase no voluntariado e na responsabilidade social (DAGNINO: 2006, p. 56).

É nesse contexto também que o mercado aparece para compor essas relações no trato das questões sociais que se apresentam.

### **2.1.3 A interseção do Mercado**

A relação entre economia e sociedade é um assunto clássico nas ciências sociais. Nos teóricos clássicos, resumidamente, tal relação é elaborada de formas distintas.

A obra de Marx contribuiu para a noção de que “as relações sociais de produção” seriam o principal fator de dinamização das demais relações sociais. Em Weber, a

---

<sup>28</sup> Nos governos de FHC, isso fica bastante evidente através de uma série de normatizações que irão legitimar, do ponto de vista legal, tais atividades. Como o Programa Comunidade Solidária, determinado pelo discurso participativo.

racionalização da vida cotidiana se via atrelada ao desenvolvimento do capitalismo e Durkheim através de sua teoria de substituição da solidariedade mecânica pela solidariedade orgânica, num contexto de “divisão do trabalho social”, o qual os laços de solidariedade possibilitariam a coesão social na sociedade moderna <sup>29</sup>.

As tentativas de definir uma única idéia de mercado tornam-se impossível. Dessa forma, algumas perspectivas teóricas diferenciadas serão discorridas.

Considerando os autores clássicos Weber e Durkheim, Mattedi (2005, p.128) explora uma análise sociológica do mercado na sua dimensão socializadora da relação mercantil. A autora contribui para uma definição sociológica do mercado, na interseção dos pensamentos de Durkheim e Weber.

“Durkheim identifica o mercado como uma das ‘instituições relativas à troca’, no quadro de sua definição da sociologia econômica como sociologia específica que analisa as instituições relativas à produção de riquezas, à troca e a distribuição (Durkheim, 1975, p.135). Além disso, no cerne de sua análise do mercado encontra-se a noção de contrato (...). A sociedade moderna é fundamentalmente uma sociedade de mercado, ou seja, contratual.(...) Partimos do pressuposto de que a sociologia durkheimiana do mercado podia ser deduzida de sua análise do contrato social”.

Sobre as contribuições de Weber, a autora resume:

Weber via o mercado como resultado de duas formas de interação social – a troca, que está simultaneamente orientada para o parceiro e para os concorrentes, é a competição (luta sobre os preços entre o cliente e o vendedor e entre concorrentes, é a competição (luta sobre os preços entre o cliente e o vendedor e entre os concorrentes, tanto vendedores como clientes). Estabelece-se então uma idéia fundamental em relação à visão econômica do mercado, qual seja, a noção de luta e conseqüentemente, de poder, que introduz uma dimensão política no coração de um fenômeno econômico. No mercado encontram-se em conflito interesses opostos, e a troca efetivada representa um situação de conflito.

Na sua obra publicada pela primeira vez em 1.944, Karl Polany (2000) busca evidências na antropologia e na história para expor a tese de que até o final do século XVIII a atividade econômica esteve submersa nas relações sociais. Nessas sociedades passadas, a valorização dos bens materiais guiava-se sempre por motivações não-econômicas, seja por propósitos de reciprocidade, de redistribuição ou pelo princípio da

<sup>29</sup> Kirschner. Ana Maria.Monteiro. Cristiano Fonseca. Da sociologia econômica à sociologia da empresa: pra uma sociologia da empresa brasileira. Revista Sociedade e Estado. Departamento de sociologia da Universidade de Brasília. V. 1, n 1 1986.

domesticidade. Isto é, a economia servindo ao propósito de salvaguardar os arranjos sociais de cada coletividade.

Após esse período, com o desenvolvimento do padrão de mercado sobre o sistema econômico, o valor de troca regulado pelos preços prevalecerá como princípio estruturador, estabelecendo-se assim a economia de mercado auto-regulável. Nessas condições, o sistema econômico vem a ser organizado em instituições separadas, emancipando-se das regras morais que antes o submetiam à sociedade, fazendo com que esta última passa-se a ser dirigida “como se fosse seu acessório”. Polanyi sintetiza este processo afirmando que “em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estarão embutidas no sistema econômico” (*op.cit.* p.77). Ou como desenvolve mais adiante, “um mercado auto-regulável exige, no mínimo, a separação institucional da sociedade em esferas econômica e política” (*ibid.* p.92) .

Polanyi destaca, todavia, que ao criar-se a “ficção” de que “trabalho, terra e dinheiro são mercadorias”, institui-se a falsa premissa de que “não se pode permitir qualquer entendimento ou comportamento que venha a impedir o funcionamento real do mecanismo de mercado nas linhas de ficção da mercadoria”, e remata “não se pode manter um tal postulado”. Isso, porque ao permitir que esse mecanismo de mercado seja quem conduza exclusivamente o destino dos homens, “resultaria no desmoronamento da sociedade”. Completa:

“(…) nenhuma sociedade suportaria os efeitos de um tal sistema de grosseiras ficções, mesmo por um período de tempo muito curto, a menos que sua substância humana natural, assim como sua organização de negócios, fosse protegida contra os assaltos desse moinho satânico(*ibid.* p. 94-95).

Seguindo esta perspectiva, o autor justifica que no seio de uma economia de mercado surgiram e surgem movimentos de resistência contra seus assaltos, no intuito de criar meios de proteção social. Já que é do entendimento dele que os reguladores automáticos das fórmulas liberais nunca garantirão a coesão social, e é da própria sociedade que requeremos esse esforço. Por este motivo é que se pode compreender a existência histórica de um duplo movimento: por um lado a ampliação e aprofundamento do mercado, por outro lado, uma rede de medidas e políticas para proteger terra, trabalho e dinheiro dos efeitos perniciosos do mercado auto-regulável.

O autor entende, finalmente, que a economia de mercado é uma estrutura institucional, e que sempre nos esquecemos disso. O ser humano é acima de tudo não um ser econômico e sim um ser social.

O que nós podemos resgatar desta perspectiva é a compreensão de que o espaço social é eminentemente heterogêneo, e que a esfera econômica sempre coexiste com a esfera social de caráter não instrumental, sem as quais a própria sociedade não poderia existir. Assim, o significado de economia deve ser resgatado enquanto esse processo institucionalizado de interação que serve às necessidades materiais.

Desse ponto, partimos direto para os desdobramentos mais recentes de tal economia de mercado, configurados nos pressupostos descritos na introdução.

Após a chamada crise dos anos 70<sup>30</sup>, os países em desenvolvimento como o Brasil, aceitaram terapias complicadas para tentar estabilizar suas economias. A “opção do mercado” retirava da agenda política a época da intervenção estatal.

O mercado, diante da expansão de um processo de modernização baseado na lógica da racionalidade instrumental, trouxe para o âmbito do social padrões diferentes daqueles que tradicionalmente os caracterizavam (valores morais, religiosos ou político-ideológicos de justiça, igualdade, etc.). Um desses aspectos foi à adoção do discurso da ação eficiente e racional reformulada para constituir projetos sociais na contemporaneidade.

Essa racionalidade, dentro da lógica neoliberal instituída em propostas de governo no Brasil, influenciou nas relações entre Estado e sociedade. O primado do mercado, definido como princípio organizador da economia, se estendeu ao conjunto da sociedade. A busca da eficiência e de modernização passou então a legitimar a adoção do mercado como organizador da vida social e política.

Estudiosos que se dedicam ao tema dos mercados financeiros<sup>31</sup>, nos fornecem boas considerações sobre a utilização do poder econômico enquanto poder político. Portugal Jr.(1994, p.55) cita que , na medida em que a moderna corporação adquire poder sobre os mercados e a comunidade e passa a ter a força e o poder de instituir valores, ela se transforma num instrumento político. Dando seqüência, no que tange a relação entre mercado e Estado, esta é determinada “na natureza sistêmica da competitividade industrial contemporânea” (PORTUGAL JR.:1994, p. 56). Ainda segundo este autor:

---

<sup>30</sup> Antunes (1995) refere-se à crise estrutural do capital, que se abateu no conjunto das economias capitalistas. Esta crise fez com que, entre tantas outras conseqüências, o capital implementasse um vastíssimo processo de reestruturação, com vistas à recuperação do ciclo de reprodução do capital, afetando fortemente o mundo do trabalho.

<sup>31</sup> Minella (2005) disponibiliza uma ampla bibliografia sobre a análise sociopolítica do sistema financeiro no capitalismo contemporâneo.

O poder dos grupos econômicos depende então, das características da regulação estatal, que definem incentivos e os limites à sua acumulação. (...) A regulação que limita ou protege a acumulação envolve a legislação trabalhista, as normas de proteção ao meio ambiente, as leis antitruste, as barreiras comerciais e o controle sobre acordos com outras empresas dentro e fora do espaço nacional. Por fim, outra articulação importante para a acumulação dessas empresas é a que se faz em torno da componente pública da demanda por bens e serviços. A participação direta do Estado na atividade produtiva contribui também para que os órgãos paraestatais e empresas públicas ergam-se na qualidade de grupos de pressão.

O Estado do bem-estar e o Estado desenvolvimentista conduzem à crescente alocação de verbas para programas de caráter econômico e social (inclusive previdenciário) e ampliam a área de abrangência da regulação estatal, ou seja, do campo em que se faz necessário fazer pressão para obter decisões favoráveis ou impedir decisões prejudiciais por parte dos grupos econômicos (Portugal Jr. Apud Oliveira, 1988).

Encaminhamos essas relações para as fronteiras entre o público e o privado, espaço onde se misturam algumas das premissas apontadas anteriormente no espaço das ações sociais.

#### *As ações sociais nas fronteiras entre o público e o privado*

A reorganização das ações e serviços sociais dentro do contexto presente nas elaborações anteriores ocasionou a transferência de responsabilidades públicas para espaços que se relacionam entre o público e o privado.

Primeiramente, salientamos que o caráter de público que será aqui desenvolvido opõe-se a noção de “público” relacionado exclusivamente ao Estado. Essa noção foi muito difundida durante os anos do projeto desenvolvimentista no Brasil. Essa perspectiva foi sendo modificada após a Constituição de 1.988 que, dentro da ótica do discurso democrático e normativo, os espaços públicos aparecem como “aquelas instâncias deliberativas que permitem o reconhecimento e dão voz a novos atores e temas: que não são monopolizadas por algum ator social ou político ou pelo próprio Estado, mas são heterogêneos, ou seja, refletem a pluralidade social e política” (POLANIY: 2000, p. 24).

A idéia de público também costuma ser confundida com a publicidade de questões privadas, que passam a ser transformadas em assuntos de domínio público<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> A autora Sandra Jovchelovitch (2000, p. 27), em sua obra *Representações Sociais e Esfera Pública*, exemplifica tal afirmação com o exemplo da publicização na mídia de problemas privados do Presidente Collor em 1.991. Ela destaca essa publicidade como um *insight* por parte de um governo que, não somente entendia que a sociedade brasileira confere grande importância ao privado. Ela complementa

Sobre a idéia de espaço privado, Sandra Jovchelovitch (2000: p. 46) nos inspira no debate entre esfera pública e privada:

(...) mesmo realidades históricas diferentes sempre fizeram distinções claras entre o que deve ser oculto e o que deve ser visível, o que deve ser particular e o que deve ser comum, o que deve ser aberto e portanto distribuído a todos, e o que deve ser secreto, reservado e portanto subtraído da esfera aberta a todos. Estas são as questões que constituem o significado fundamental das esferas pública e privada. Elas indicam que existem coisas que devem ser privadas e outras coisas que devem ser apresentadas publicamente (*res publica*), pois somente assim é que elas podem existir. (...) Daí que a esfera pública como totalidade e como realidade pressupõe a esfera privada para ser entendida. É na relação dialética entre o que é comum e o que é particular, entre o que é aberto e o que é subtraído, o que é distribuído e o que não é, que os dois espaços se constituem como domínios distintos.

Assim, as fronteiras entre o público e o privado vão se modificando através da história, e os objetos em disputa não são determinantes para diferenciar o que é público ou privado, mas a forma como esses circulam na sociedade e o lugar onde os atores sociais, em um contexto sócio-histórico, decidem alocá-los.

O trânsito das ações sociais nessas fronteiras tem sido referência numa proposta de “pluralismo de bem-estar”<sup>33</sup>. Ações filantrópicas empresariais, por exemplo, que costumavam ser elaboradas dentro do campo social da empresa, sem o debate público e coletivo envolvido em suas confecções, passam a ser publicizadas no trato de políticas sociais quando estas deixam de ser responsabilidade exclusivamente do Estado.

Atividades cívicas e solidárias, conjugando esforços públicos e privados para o enfrentamento dos dilemas sociais, entram na agenda de diversas instituições, não só representantes da sociedade civil, mas em empresas públicas estatais. O contexto político dessas considerações irá complementar o cenário que possibilitaram novos encaixes entre Estado, mercado e sociedade civil na conformação da institucionalização de programas sociais ainda em processo de construção, como os caracterizados de Responsabilidade Social.

---

“que assuntos de interesse público se tornem um veículo para interesses privados, expressa a miséria social e simbólica de uma sociedade incapaz de pensar a si mesma em seu próprio domínio, o domínio público”.

<sup>33</sup> Essa expressão é utilizada por Nobuko Kameyama para se referir às modalidades presentes na configuração das políticas sociais, que envolvem parcerias público-privada, privatização, terceirização e diminuição dos gastos sociais por parte do Estado.

## 2.2 Contexto Político

### 2.2.1 A Reforma do Estado e seus reflexos

O autor Sebastião Velasco e Cruz (2004, p. 10) chama a atenção para as construções teóricas acerca da idéia de reformas que ocorreram em países como o Brasil. Para o autor, trata-se de um processo de reestruturação econômica global, e nas análises de tais reformas deve-se levar em conta a distinção entre o processo de mudança institucional e as idéias, os discursos que o acompanham e justificam<sup>34</sup>. Isso significa que, nas palavras do autor:

A reestruturação econômica global consiste num processo de mudanças que ocorre, simultânea e interdependente, nos níveis nacional e internacional. Em ambos, esse processo é fortemente afetado pela transformação das “condições objetivas”, mas os seus determinantes últimos são os atos mediante os quais a caducidade das velhas instituições é oficialmente reconhecida e novas instituições são postas em seu lugar. Embora em muitos casos, atores privados (empresas, sindicatos, etc.) possam estar na origem desses gestos, na esfera nacional a definição de um novo conjunto de regras institucionais requer quase sempre o endosso do Estado, sob forma de leis, decretos, ou simples regulamentações baixadas por segmentos do aparelho estatal como matéria de rotina administrativa. Na arena internacional, essas mudanças emanam tipicamente de negociações, que sempre incorporam grupos privados, mas são conduzidas pelos Estados e/ou instituições supranacionais (o FMI, o Banco Mundial, por exemplo) constituídas pelos Estados, nos quais reside o poder de decisão em última instância.

Tomando essas considerações como ponto de partida para pensar essas medidas, chamaremos de reformas as elaboradas por organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional - FMI para países como o Brasil, que objetivamente preconizaram as políticas de disciplina fiscal, a contenção do gasto público, a abertura comercial e não-protecionismo, a privatização e a desregulamentação dos mercados. Sua retórica era de modernização das formas de gestão no atendimento das demandas da sociedade.

A privatização das empresas públicas, medida iniciada no Governo de Fernando Collor de Mello (1.989-1.992), e continuada nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1.994-1.998/1.998-2002), foi um pilar importante dessa estratégia adotada no

---

<sup>34</sup> O autor considera que as expressões tais como “projeto neoliberal”, “reformas neoliberais”, “a ofensiva do neoliberalismo” mais confundem do que esclarecem. “Elas suprimem as diferenças entre distintas variantes do liberalismo econômico, ocultam o caráter incompleto em cada caso nacional; obscurecem outras razões de natureza não ideológica, para seguir no caminho das reformas liberalizantes”. (*Op, Cit.* p. 10)

país gerando diversos reflexos, não só nas instituições as quais tiveram o patrimônio estatal transferido para o grande capital, mas na própria conformação das relações entre Estado, mercado e sociedade civil. Nessas relações, a premissa da parceria concentra-se nas necessidades de subsistência do novo conjunto de organizações sociais e do próprio Estado. Com seu aparato de recursos humanos, técnicos e mesmo financeiros diminuídos após o pacote de medidas adotado, passa a utilizar as estruturas dessas organizações sociais, junto à cooperação internacional, terceiro setor e mercado na implementação de políticas sociais. A necessidade de estabelecer relações com a sociedade também se modifica nesse contexto: são os setores empresariais e financeiros os melhores parceiros.

Em 1.995, no Governo FHC, foi criado o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – MARE<sup>35</sup>, tendo como ministro Luís Carlos Bresser Pereira. Este dá início à chamada Reforma Gerencial.

A implementação dessas reformas, segundo Almeida (2006), tentou manter um discurso que procurava dissociá-las da idéia de Estado mínimo. Estariam próximas de um “Estado necessário”.

Os reflexos de tais medidas no plano cultural político fizeram emergir termos que vão apreender as preocupações de tais organismos internacionais em relação à garantia da sustentabilidade das reformas orientadas para o mercado. É o caso de *governança* ou *governance*<sup>36</sup> que “passou a traduzir a capacidade governamental para superar resistências políticas e levar à frente reformas consideradas indispensáveis, justas e meirórias (*Op.cit*, p.50,51):

Almeida (2006, p. 98) destaca que:

De um lado, o termo governança é usado, sobretudo, como meio de enfatizar o caráter gerencial, administrativo, produtivista e técnico de gestão, o que faz da participação um instrumento não apenas desejável, mas necessário; de modo geral, foi esse o conteúdo atribuído a esse termo no contexto das preocupações com a sustentabilidade das reformas orientadas para o mercado. Do outro, governança também vem sendo usada como referência de uma gestão baseada na democracia radical das esferas de poder por meio da participação social. Por isso mesmo, a esse termo são associadas

---

<sup>35</sup> As reformas conduzidas por esse Ministério estão consubstanciadas através do Plano Diretor da Reforma do Estado, aprovado em setembro de 1995, pela Câmara da Reforma do Estado.

<sup>36</sup> Elisa Reis (1995) destaca que esse termo foi usado por autores identificados com o novo institucionalismo da ciência política, contudo, com elaborações posteriores desse mesmo campo, foi ganhando perspectivas diversas, sendo apropriado também, por outras vertentes de pensamento e por diversos atores políticos. Nessas apropriações, *governance* foi se espalhando e se tornando um termo referência no debate político contemporâneo. (Almeida *apud* Reis).

distintas qualificações como meio de se explicitar diferentes sentidos em que está – ou pode ser – empregado: governança gerencial, governança interativa (Frey, 2004), governança democrática, governança participativa (Gaventa, 2001), governança social (Ricci, 2003).

Assim se tem em marcha, de acordo com as demandas dos organismos internacionais, programas sociais baseados na mobilização da participação solidária e voluntária, considerada um pré-requisito para garantir economias saudáveis.

Este reflexo das reformas apontadas abre espaço para a entrada da institucionalização da responsabilidade social, por exemplo, tanto quanto a própria emergência das entidades do terceiro setor, agora não só organizadas a partir dos movimentos sociais de base que marcaram principalmente as lutas do período de redemocratização do país, mas a formação de entidades advindas de instituições do mercado. Tem-se como consequência desses encontros a idéia de que existe uma esfera de atuação “cuja distinção e essência se constituem na sua suposta isenção de pretensões de poder” (ALMEIDA: 2006) e os princípios da eficiência e eficácia gerencial tão exigidos se fazem presentes no trato de políticas públicas e sociais.

As premissas de participação e descentralização pregadas nas reformas orientadas nos governos de FHC também assumiram um caráter estratégico:

Ocorreu que, incluindo a participação e a descentralização como princípios integrantes das suas reformas, FHC pôde conectá-las, num certo sentido, às aspirações dos movimentos sociais nas lutas pró-democracia quando, no entanto, se excluía deles a partilha do poder. A estratégia geral de FHC no comando do governo foi – ao contrário de democratizar os processos de decisão – a de restringir a aparição de conflitos na esfera pública, circunscrevendo a tomada de decisões às esferas políticas institucionais (ALMEIDA: 2006, p. 105).

Além do programa de combate à pobreza Comunidade Solidária anteriormente exemplificado, o programa “Ação da Cidadania contra a Fome e pela Vida”<sup>37</sup> também possuía em seu arcabouço discursivo as idéias de parcerias, capital social, solidariedade, terceiro setor, voluntariado e responsabilidade social .

---

<sup>37</sup> A Ação da Cidadania contra a Fome e pela Vida surgiu em 1.993 como uma campanha envolvendo setores da sociedade civil e sociedade política, propondo a participação, a solidariedade e as parcerias como princípios fundadores de ações de combate à fome e à miséria. Foram organizados comitês de arrecadação e distribuição de alimentos por todo o país. Essa ação mereceria uma análise a parte. O que não será possível neste trabalho. Porém, iremos destacar algumas de suas influências na conformação dos programas de responsabilidade social nos próximos capítulos.

Esses movimentos aproximaram instituições empresariais, *ong's* e empresas públicas na definição de políticas públicas e sociais e o principal reflexo dessas mudanças no âmbito da proteção social foi o deslocamento da posição central do Estado na responsabilização em garantir os direitos sociais.

As implicações de medidas como a descentralização, a privatização, a entrada das parcerias público x privado e a conjugação de medidas que diminuem a efetivação da garantia das políticas sociais modificam o interior de instituições, tais como as empresas públicas prestadoras de serviços essenciais como o de energia elétrica . Essas, passam a ter suas portas abertas para a entrada de práticas até então desconhecidas dos seus manuais de gestão.

O marco legal e normativo também irá desempenhar papel fundamental nesses arranjos

### **2.2.2 O marco legal e suas influências**

*“No Brasil, há leis que pegam e leis que não pegam ”.*  
(Provérbio popular )

As bases jurídico-institucionais são atores sociais indispensáveis na análise do desenvolvimento das sociedades. No caso brasileiro, a Constituição de 1.988 foi um marco que consagrou um avanço social significativo no processo de mobilização política de amplos setores populares para instalar um regime democrático no país e na luta contra a ditadura.

Esse período coincide, conforme os comentários da introdução, com o questionamento do Estado de bem-estar social no plano internacional e com os pressupostos neoliberais sendo legitimados via desregulamentação, flexibilização e privatização. No Brasil, conforme as considerações de José Paulo Netto (1.999), a constituição de 1.988:

(...) apontava para a construção – pela primeira vez assim posta na história brasileira – de uma espécie de Estado de bem-estar social: não é por acaso que no texto constitucional, de forma inédita em nossa lei máxima, consagram-se explicitamente, como tais e para além de direitos civis, políticos, os *direitos sociais* (coroamento, como se sabe, da cidadania moderna). Com isto, colocava-se o arcabouço jurídico-político para implantar na sociedade brasileira, uma política social compatível com as exigências de justiça social, equidade e universalidade.

Sem desconsiderar a evolução legal anterior à 1.988, um conjunto de leis e normas a partir desse período vão tornar estratégicas e legítimas do ponto de vista jurídico, fenômenos e instituições responsáveis por políticas públicas e sociais.

O fenômeno da responsabilidade social das empresas, juntamente com o aumento de instituições, fundações e associações sem fins lucrativos, vão evoluir nesse mesmo contexto, articulando novas formas legais de parcerias com o Estado e setores do mercado.

Um exemplo dessa evolução na legislação pode ser percebido na mudança do Código Civil.

O código civil de 1.916 classificava as pessoas jurídicas de direito privado como “sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, as associações de utilidade pública e as fundações e as sociedades mercantis”. Tal classificação era consequência da pluralidade das organizações da sociedade civil da época e da forte presença das organizações religiosas, que até então eram as responsáveis por quase todas as ações sociais privadas no país. Szazi (2004:46) faz a seguinte interpretação:

Podemos perceber a separação entre as associações, sociedades civis e fundações, de um lado, e as sociedades mercantis de outro. Contudo, a lei não diferenciava as sociedades civis (com finalidade lucrativa) das associações (sem finalidade lucrativa), tarefa essa que foi realizada pela doutrina. Atualmente, o novo Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002) define e separa com clareza as categorias de pessoas jurídicas de direito privado; associações são constituídas pela união de pessoas para fins não-econômicos (artigo 53); a fundação é constituída por uma dotação especial de bens, realizada por um instituidor que especificará o fim a que se destina e declarará, se quiser, a maneira de administrá-la (artigo 62); e sociedades são constituídas por pessoas que, reciprocamente, se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados (art. 981)

Percebe-se que a evolução cronológica dos aspectos normativos acerca das organizações sem fins lucrativos também irá definir o conceito legal de público e o conceito legal de *terceiro setor*<sup>38</sup>:

A Constituição de 1.988 segue uma tradição presente em legislações anteriores e concede a imunidade tributária para as entidades sem fins lucrativos de educação e assistência social e também estabelece a imunidade da cota patronal do INSS para as entidades beneficentes de assistência social, incluindo assistência à saúde e à educação.

---

<sup>38</sup> Szazi (2004) faz um resumo dessa cronologia. Ver anexo B.

Em 1.997, o governo federal de FHC entendeu que a legislação brasileira que regia as relações entre o Estado e as organizações da sociedade civil não estava acompanhando as mudanças na formação e na perspectiva de tais organizações. Através do Conselho da Comunidade Solidária, ligado à Presidência da República, o governo realizou a “Rodada de Interlocação Política”<sup>39</sup> e seu principal debate foi como identificar, entre as organizações sem fins lucrativos brasileiras, aquelas voltadas ao interesse público para viabilizar “uma relação privilegiada com o Estado”.

E em 1.998, é instituída a nova lei da filantropia (Lei nº 9.732 de 11 de dezembro de 1.998). Tal lei teve forte impacto em diversas entidades, que têm sua sobrevivência ameaçada com as mudanças prescritas na mesma.

Através da resolução nº 31, de 24 de fevereiro de 1.999, mais alguns requisitos são prescritos para a concessão do registro de entidades no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

Em 1.999, a Lei nº 9.790/99, também chamada *Lei das Oscip's*<sup>40</sup>, legalizou o caráter público de muitas organizações da sociedade civil, criando o “termo de parceria” para facilitar e desburocratizar o acesso das organizações da sociedade civil sem fins lucrativos a fundos públicos<sup>41</sup>. Segundo Szazi (2004, p. 62) tal Lei também renovou a classificação e caracterização das associações e fundações no país (Ver os artigos 2º e 3º) e afastou de seu escopo várias organizações filantrópicas, também reconhecidas como de utilidade pública, considerando que “pouco participaram dos debates promovidos pela Comunidade Solidária” e que sua legislação é “confusa e fragmentada”. O autor, analisando o aparato legal acerca da legalização de entidades consideradas de interesse público conclui:

Na prática, está sendo criada uma separação entre o campo da assistência social e esse novo marco jurídico e também uma grande insegurança entre as organizações sem fins lucrativos de interesse público que têm como objetivo a promoção da assistência social, saúde e educação. Constatamos ainda que muitas das organizações qualificadas atualmente como *Oscip's* são organizações recém-constituídas (A Lei nº 9.790/99 não exige como critério para qualificação nenhum prazo de existência legal), com pequena base social, e muitas delas são voltadas para a prestação de serviços em troca de uma contraprestação financeira (...) A partir do momento em

---

<sup>39</sup> Consistiam em um processo organizado de diálogo entre atores governamentais e da sociedade civil, sobre “Marco Legal do Terceiro Setor”.

<sup>40</sup> OSCIP, definida como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

<sup>41</sup> Até essa Lei, os convênios eram os únicos instrumentos jurídicos que regulavam os repasses de recursos públicos para organizações da sociedade civil. (Szazi: 2004).

que o Estado reconhece um segmento de organizações da sociedade civil como de utilidade pública, conseqüentemente cria uma relação privilegiada com essas organizações que se concretiza em uma maior facilidade de acesso a recursos públicos de forma direta ou indireta.

Após a lei das *Oscip's* de 99, outras leis vão configurando as reformas ocorridas no Estado<sup>42</sup> no tocante a entrada e relações de entidades não estatais em espaços até então exclusivos deste. A exemplo: Lei nº 10.524/02 (Lei de Diretrizes Orçamentárias), artigo 31 – é vedada a destinação de recursos à título de auxílios para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e outras caracterizações (Ver incisos I, II, II, VI). As empresas investigadas nesta pesquisa seguem esse tratamento fiscal.

Outras leis são significativas no repasse de recursos e apoio à entidades por parte de organizações governamentais. Uma das mais utilizadas é a Lei Federal de Incentivo à cultura ou Lei *Rouanet*, nº 8.313/91, que garante investimentos a atividades consideradas culturais. Ela instituiu o Programa Nacional de apoio à Cultura (PRONAC) formado por três mecanismos: o Fundo Nacional de Cultura (FNC); o Incentivo Fiscal (Mecenato) e o Fundo de Investimento Cultural e Artístico (FICART).

Após a entrada do Governo Lula, novos projetos de lei entraram em vigor no que tange as relações com organizações não governamentais. À exemplo, a Lei nº 3.877/2004, que dispõe sobre o registro, fiscalização e controle das organizações não governamentais e dá outras providências.

Além das leis, decretos e medidas provisórias que foram sendo criadas para mediar tais atividades, um conjunto de normas advindas principalmente de organismos internacionais vem sendo apresentado, conceituando, do ponto de vista normativo instrumental, o que é uma empresa socialmente e ambientalmente responsável.

#### *As normas da responsabilidade social*

As normas específicas que regulam as ações de Responsabilidade Social, que vêm sendo aplicadas no Brasil, são de origens internacionais como as ISO's (*International Organization for Standardization*) e a própria norma AA 1000 (Responsabilidade Social)<sup>43</sup>. Esta última foi criada pelo Instituto de Responsabilidade Social e Ética

---

<sup>42</sup> Ver anexo B.

<sup>43</sup> Muitas orientações referentes à norma AA 1000 encontram-se disponível em: <http://www.accountability.org.uk/>. Acesso em (?) 2006. Essa norma foi criada em 1996, com o objetivo de monitorar as relações sociais entre a empresa e a comunidade onde está inserida.

(*Accountability Institute*) da Inglaterra e objetiva “assegurar a qualidade da responsabilidade social e ética, auditoria e relato, apoiando a aprendizagem organizacional e o desempenho geral – social, ético, ambiental e econômico – e por consequência a contribuição da organização no sentido de um caminho para o desenvolvimento sustentável”.

Britânica também é a BS 8800 (preocupações com o meio ambiente) e comporta as especificações OHSAS<sup>44</sup> 18001 e 18002, referente ao sistema de gestão da Segurança e Saúde do Trabalho – SST. No Brasil, a Petrobras é a empresa pioneira na obtenção dessa certificação.

Especificamente sobre o tema da responsabilidade social, a SA 8000<sup>45</sup>, criada em 1.997, foi aprimorada pela *Social Accountability International*<sup>46</sup> “e está fundamentada nas normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Declaração Universal dos Direitos da Criança e seu objetivo é especificar requisitos de responsabilidade social, conferir a condição de empresa-cidadã, atestando a responsabilidade social das empresas e comprovando seu exercício de responsabilidade interno e externo”.

Esse aparato todo nem sempre é fácil distinguir e continuamente são reformulados e oferecidos às empresas com a justificativa da competitividade e da inserção no mercado acionista internacional. Essa premissa é muito difundida nos marcos da governança corporativa<sup>47</sup>. Como exemplo, recentemente foi publicado uma nota no informe da Eletrosul noticiando que a “Eletrobrás aprova o ingresso ao nível 1 de governança corporativa da bolsa de valores de São Paulo (Bovespa)”<sup>48</sup>.

O arcabouço legal fornecido pelo Estado difere do conjunto de normatizações oriundas de organismo do setor privado. Porém, tal aparato se encontra nas formas de sustentação da regulação dessas normas (Estado e Fundações e Associações Empresariais voltadas para causas públicas).

<sup>44</sup> OHSAS é a sigla de *Occupational Health and Safety Assessment Series*. destina-se a constituir o suporte da Certificação dos Sistemas de SST. Disponível em: <http://www.nsaaine.com> . Acesso em (?) 2006.

<sup>45</sup> Norma SA 8000 – vide anexo C.

<sup>46</sup> *Social Accountability International* – organização não-governamental sediada nos Estados Unidos. Coordena as atividades da SA 8000.

<sup>47</sup> Muitas bolsas de valores vêm adotando a política de governança corporativa nas negociações com as empresas. A Bovespa chama de “Novo Mercado” o conjunto de empresas que incorporam seus níveis de governança corporativa. “A premissa básica é que a adoção de boas práticas de governança corporativa pelas companhias confere maior credibilidade ao mercado acionário e como consequência, aumenta a confiança e a disposição dos investidores em adquirirem as suas ações, pagarem um preço melhor por elas e produzindo seu custo de captação”. Disponível em <http://bovespa.com.br/noticias>

<sup>48</sup> Disponível em <http://www.eletrosul.gov.br>. Acesso (?) vários. 2006.

Klein (2004, p. 458) alerta para o fato de que esses códigos de conduta, as declarações, princípios, códigos de ética, memorandos e outros documentos que configuram tais normas não possuem nenhum valor legal. Para autora, são padrões de ética empresarial, que ao contrário das leis, não têm seu cumprimento imposto, a não ser as exigências do mercado competitivo.

Central na imbricação entre responsabilidade social, legislação, normas e os reflexos nas ações sociais, é a própria trajetória das políticas sociais após 1.988, o qual possibilitará um olhar paralelo sobre as conseqüências na garantia da universalização dos direitos sociais.

### **2.2.3 As Políticas Sociais após 1988**

Uma síntese histórica do desenvolvimento das políticas sociais, em especial a partir da Constituição de 1.988, ou “Constituição Cidadã”, contribui para localizar historicamente a entrada de “novas práticas”, novos atores e concepções no processo de elaboração, implementação e avaliação de tais políticas motivadas a partir do Estado e suas relações com instituições da sociedade civil e o mercado.

Do ponto de vista da garantia de serviços, segundo Aldáiza Sposati (2003, p. 11), “toda a política social é assistencial” na medida em que se propõe a prover uma necessidade.

Soares (2001, p. 208) afirma que as políticas sociais brasileiras apresentam as mesmas determinações gerais das políticas sociais latinoamericanas, com a mesma “morfologia desenhada pela CEPAL para as políticas sociais na América Latina”. Aqui, assim como a autora, não discutiremos sobre a existência ou não de um “Estado de Bem-Estar-Social” nos países latinoamericanos, bem como no Brasil, mas serão consideradas as características que conformam tal modelo a partir da “égide de um regime autoritário, nos quadros de um modelo econômico concentrador e socialmente excludente”<sup>49</sup> até as mudanças ocorridas após a Constituição de 1.988

A mesma autora aponta que é no período pós-64 que se consolida o “arcabouço político institucional” das políticas sociais brasileiras, com as seguintes características:

1. Extrema centralização política e financeira no nível federal das ações sociais do

---

<sup>49</sup> Soares *apud* João Manuel Cardoso de Melo.

governo; 2. fragmentação institucional; 3. exclusão da participação social e política da população nos processos decisórios; 4. autofinanciamento do investimento social; e 5. privatização.

É importante ressaltar que a literatura sobre a política social brasileira considera a década de 30 como sendo o marco inicial da ação social do Estado (*Op.cit*, p. 209). Ainda segundo Soares, o período que se segue até 1.943 é caracterizado por mudanças efetuadas, sob o regime autoritário, tais como a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) e a “montagem” da legislação trabalhista. Ocorreram alterações nas políticas de Saúde e Educação, marcadas pela centralização de recursos e instrumentos institucionais e administrativos do Governo Federal.

Nos limites do regime democrático entre 1.945 e 1.964 houve um processo de inovação político-institucional-legal nas áreas da saúde, educação, assistência social e habitação popular, incorporando novos grupos sociais. Após esse período, transformações significativas ocorreram novamente no aparato institucional e financeiro da política social em geral:

Os sistemas nacionais público ou estatais nas principais áreas de intervenção social são efetivamente organizados, superando a forma fragmentada anterior. Isto permitiu a implantação posterior (a partir de meados dos 70) de políticas de massa e de significativa cobertura, sem precedentes na América Latina. Novos mecanismos na formação de um patrimônio dos trabalhadores foram introduzidos com a criação do FGTS e do PIS/PASEP. O sistema de proteção social passou a incluir os trabalhadores rurais (ainda que de forma limitada), e os planos de benefícios para os trabalhadores urbanos se diversificam (Soares: 2001, p.209).

No final dos anos 70 esse arcabouço já estava em processo de esgotamento e vislumbra-se a crise do padrão de proteção social nos seus diversos aspectos.

As mudanças e mesmo tentativas de “racionalizar” os aspectos organizacionais, sociais e financeiros das políticas sociais no Brasil seguiram de tal maneira até 1.988, quando a propaganda da Nova República juntamente com a promulgação da “Constituição Cidadã” marcam, num primeiro momento, um novo trato na intervenção social.

Draibe (*Op. cit.* Soares:2001, p.211) destaca que, nas novas estratégias de intervenção social após esse período, a tese de que o “lado assistencial das políticas sociais saia definitivamente da situação relegada em que sempre esteve” ganhava espaço no discurso oficial e em suas propostas e, este tentava dar um “estatuto de

política referida aos direitos de cidadania (...) projetando, no longo prazo, sua plena integração com grandes sistemas de política social”.

Souza (*Op. cit.* Soares: 2001, p. 213), conhecido como Betinho afirmava que “na Nova República o social assume um lugar de destaque no discurso do Estado, vira programa de governo, mas sofre de uma paralisia peculiar: não consegue sair do discurso”. Para o autor, há uma incompatibilidade entre a República brasileira (a Nova ou a Velha; para Betinho não há diferença entre elas) e qualquer encaminhamento da questão social.

A política social brasileira no período pós- 89 viverá um retrocesso que se inicia ainda no governo Sarney (1.985-1.990) e se consubstancia no governo de Fernando Collor (1.990-1.992) de Melo.

As mudanças inscritas na Constituição não foram implementadas e seus preceitos foram desvirtuados, inclusive em relação ao padrão anterior. As reformas administrativas de Collor na área social afetaram principalmente os setores da Saúde, Assistência Social e Previdência. As ações relativas à Seguridade Social foram desmembradas em três Ministérios, ocasionando problemas gerenciais e administrativos que “facilitaram o controle total da área econômica sobre os recursos da área social, com perda de autonomia de gasto por parte dos setores sociais e deterioração, sem precedentes de serviços sociais essenciais, como os da saúde” (Soares: 2001, p. 215).

Em fevereiro de 1.991, foi anunciado pelo governo Collor o Projeto de Reconstrução Nacional, o qual já obedecia ao receituário neoliberal.

Podemos ver nas palavras de Soares (2001, p. 212) como a revisão constitucional terá papel central em tal agenda governamental:

Assim, foi encaminhado ao Congresso, ainda 1.991, um Emendão com vistas à Reforma constitucional, onde se explicitaria a adoção integral de uma estratégia social de tipo neoliberal. Às propostas de abertura, privatização e internacionalização da economia, foram agregadas propostas “alternativas” para as políticas sociais no sentido da privatização, focalização e seletividade das mesmas. Na proposta da Reforma constitucional ficava estabelecido o ensino pago; o fim da aposentadoria por tempo de serviço e a exclusividade da aposentadoria por idade; um sistema de previdência complementar para as rendas superiores a cinco salários mínimos; o incentivo à previdência complementar privada através de maior “agilidade” para sua constituição e redução da “interferência” governamental em sua gestão: e o fim da estabilidade no emprego público.

Kameyama (1997, p. 16) identifica quatro tendências que se complementam na reorganização das políticas sociais após esse período: a descentralização, a privatização, a renda mínima<sup>50</sup> e a conjugação dos esforços públicos e privados.

A descentralização, nos marcos das reformas ocorridas no final da década de 80, é defendida pelos principais órgãos internacionais de financiamento (Banco Mundial, FMI), sendo indicada como um dos mecanismos privilegiados de saneamento fiscal dos países em desenvolvimento. É nesse contexto que a descentralização, estabelecida na Constituição de 88 como propulsora de maior “democratização” nas relações e funções dos vários níveis de governo na área social e defendida por muitos setores progressistas, terá um significado inverso no desenvolvimento das políticas sociais.

Sobre a privatização, Kameyama (1997, p. 17) irá destacar seus objetivos econômicos:

A privatização, no âmbito dos serviços e benefícios sociais, tem como objetivo econômico abrir um novo campo para o investimento e os lucros privados. Isto significa que se pretende privatizar unicamente aquelas atividades que possam ser rentáveis. Esta privatização seletiva requer, no entanto, a reestruturação das instituições sociais, que só é possível com a intervenção estatal direta para remercantilizar os serviços e garantir um mercado rentável.

Com tais medidas, os serviços sociais e a própria análise das políticas sociais ainda estão no âmbito estatal, pois se articulam e se constituem no Estado. As estratégias dos governos que adotaram as premissas neoliberais no terreno do bem-estar-social (privatização do financiamento e da produção dos serviços; cortes nos gastos sociais, eliminação de programas, redução de benefícios, canalização dos gastos para os grupos carentes, descentralização em nível local) não diminuíram a dependência das políticas sociais em relação ao Estado. Como exemplo, a quantidade de projetos sociais desenvolvidos por *ong's*, fundações e instituições, receptoras de financiamento público estatal para desenvolver projetos e programas sociais.

Como já foi analisado, a conjugação entre público e privado no processo de reforma do Estado objetiva a transferência das responsabilidades públicas na prestação de serviços para outras instituições não estatais. Após o conjunto de normas que viabilizaram tais parcerias, tem-se o alargamento dos espaços do terceiro setor como destaque no redirecionamento das políticas públicas e sociais. E é nessa entrada de

---

<sup>50</sup> A renda mínima não será aqui discutida.

novos parceiros do Estado, na pressão normativa e mudanças de identidades que o fenômeno da responsabilidade social também aparece no trato de tais políticas.

#### **2.2.4 O Setor elétrico energético brasileiro: mudanças no tempo**

O setor elétrico energético sempre foi um dos segmentos visados pelos capitais para a incorporação da privatização. Historicamente, o setor de energia no Brasil apresentou uma estrutura composta por geração, transmissão e distribuição. Seu aparato de saberes técnicos representou, principalmente nos governos militares, sinônimo de avanço tecnológico e progresso dentro de políticas nacionais voltadas para projetos governamentais de desenvolvimento.

A história do setor de energia está intimamente ligada ao tipo de acumulação capitalista do país. No início do século XX, o ciclo de café expandiu a economia paulista, trazendo possibilidades econômicas no aspecto urbano-industrial e em setores agrários.

O setor de energia foi sendo cada vez mais sinônimo de modernidade e desenvolvimento. No governo de Juscelino Kubitschek, o setor absorveu quase metade do orçamento global do Plano de Metas e a energia elétrica obtinha aproximadamente a metade do valor conseguido por todo o setor energético (LEME: 2005), demonstrando a energia elétrica como prioridade no processo de execução do Plano. Também nos anos 50, fábricas de automóveis foram sendo implantadas no país, aumentando a demanda do petróleo.

Já nesse período existia a preocupação com a deficitária condição de suprimento de energia. Em 1.957, o governo Kubitschek aprovou a fundação da Central Elétrica de Furnas sem solicitar autorização do Congresso Nacional, por exemplo.

Na década de 90, o setor passou por uma mudança significativa em sua estrutura como um todo: o processo de reestruturação do setor elétrico<sup>51</sup>. Essa mudança marcou uma ruptura com a estrutura hierarquizada com o Estado que controlava todas as fases (geração, transmissão e distribuição, passando para uma estrutura privada de livre

---

<sup>51</sup> O processo de reestruturação do setor elétrico teve como marco legal a Lei n. 8.631 em 1.993. Em 1.995, com a promulgação da Lei das Concessões n. 8.987 e do Decreto n. 9074, regulamentando o artigo 175 da Constituição Federal. A criação de condições legais foi um fator determinante para que os geradores e distribuidores de energia elétrica pudessem competir pelo suprimento dos grandes consumidores de energia elétrica

concorrência no mercado). A privatização teve muitos reflexos negativos na esfera social, em especial as transformações no âmbito do trabalho<sup>52</sup>.

Recentemente, em 2001, o país se viu frente a uma crise de abastecimento energético. De acordo com Pires (2002), em termos gerais essa crise teve suas raízes nos seguintes aspectos: esgotamento do modelo estatal, responsável pela expansão do setor desde os anos 1960; falha no planejamento de transição do modelo estatal para o modelo privado; problemas contratuais e regulatórios; e falta de coordenação entre os órgãos governamentais.

O chamado “apagão” colocou na ordem governamental a necessidade de rever rapidamente o modelo vigente. Em maio de 2001 foi criada a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica<sup>53</sup>. Entre seus planos emergenciais de ação estavam o racionamento e o plano de revitalização do modelo energético.

Durante muitos momentos nas entrevistas realizadas, o tema do “apagão” e mesmo as consequências das medidas tomadas no processo de reestruturação do setor, apareceram nas falas dos entrevistados. A seguir, a posição de um ex-trabalhador da Eletronorte é ilustrativa para se pensar os reflexos desses episódios no imaginário de quem também constrói o mundo da empresa:

*“O setor elétrico no Brasil era um setor mais bem planejado... nós funcionávamos. Tinha o plano 2010, depois veio o plano 2015... era a única coisa que funcionava no Brasil, com planejamento a longo prazo. Só que isso acabou tudo. Até que aconteceu aquele apagão no governo Fernando Henrique. Só que isso era previsível que fosse acontecer porque as obras de hidrelétricas foram paralisadas. Foram jogadas no lixo o planejamento. Não existia mais nenhum planejamento. O que havia era apagar incêndio. Era terminar uma usina aqui, terminava outra. Fazia uma usina termoelétrica. Até que o país entrou em colapso, em termos energéticos, e São Pedro não colaborou, tivemos um período muito seco”.*

Com a entrada do Governo Lula, o tema da questão energética, e em especial a questão da hidroeletricidade ocupou grande relevância no seu discurso governamental de desenvolvimento econômico e social para o país. Foi publicizado um Novo Modelo

---

<sup>52</sup> Sobre esse tema, dá-se destaque para o trabalho de Gomes (2002). Empregabilidade nos tempos de reestruturação e flexibilização. Trajetórias e narrativas de ex empregados do setor elétrico brasileiro.

<sup>53</sup> Criada e instalada por meio da Medida Provisória 2.198-3, de 29 de maio de 2001 e substituída em 6 de julho de 2002 pela Câmara de Gestão do Setor Elétrico. Tratava-se de uma câmara interministerial sob a coordenação do Ministro Chefe da Casa Civil.

do Setor Elétrico<sup>54</sup>, comprometido com questões como “gestão de qualidade” e uma forte campanha de expansão de energia elétrica para o país chamada “Luz para Todos”<sup>55</sup>.

Esses contextos também foram, ao longo da história do setor, modificando sua relação com a sociedade como um todo, visto os próprios impactos gerados pelas obras de construção de energia e de instalação de linhas de transmissão.

A problemática ambiental foi gerando novas necessidades dentro do setor e exigindo medidas que “equilibrassem” as relações entre a empresa empreendedora, meio ambiente e população, legislação e política energética. Como exemplo a confecção do Estudo de Impacto Ambiental – EIA<sup>56</sup> por parte da empresa como condição para se pleitear uma licença ambiental para a instalação de uma usina hidrelétrica.

A necessidade de ampliação de novas práticas institucionais e mesmo o aprimoramento das relações com as comunidades e o meio ambiente as quais as empresas do setor foram se inserindo, se fizeram determinante para garantir a própria viabilidade dos empreendimentos. O exemplo do conjunto legal, tal como o dado anterior, foi significativo para tais mudanças<sup>57</sup>.

---

<sup>54</sup> Disponível em: <http://www.eletrabras.com.br>. Acesso (?) vários. 2005 e 2006.

<sup>55</sup> Disponível em: <http://www.governofederal.org.br>. Acesso (?) vários. 2006.

<sup>56</sup> Com a edição da Lei 6.938 de 31/08/1981 que estabeleceu os critérios para uma Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA, muitas empresas, tanto privadas como estatais, começam a discutir a possibilidade de aliar o desenvolvimento econômico e social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico. Além disso, definiram-se as áreas prioritárias de ação governamental; o desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais orientadas para o uso racional de recursos ambientais; e a divulgação de dados e informações ambientais para a formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico. Esta Lei impõe ainda que o poluidor ou predador tem a obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados, e ao usuário, de contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos. (Lei 6.938 de 31/08/1981, art.2º, I, II, IV, V, VII). Contudo, os princípios e diretrizes apontados pela PNMA eram genéricos e necessitavam de uma regulamentação específica. Neste sentido, muitas das determinações contidas na referida Lei foram regulamentadas em 23 de janeiro de 1986, pela Resolução nº 001 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, na qual foram atribuídas as responsabilidades aos órgãos públicos com atuação na área ambiental e se disciplinou os meios institucionais cabíveis para regulamentar a preocupação com a melhoria da qualidade ambiental. Foi esta Resolução que definiu o que é impacto ambiental e que estabeleceu os critérios para a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental – EIA que, juntamente com o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, se torna requisito obrigatório para a obtenção de Licença Prévia.

<sup>57</sup> Recentemente foi reeditado um relatório produzido pela Eletrobrás, contendo todas as leis que regem a questão ambiental e o setor elétrico. Ver: Legislação Ambiental de interesse do setor elétrico: Nível Federal / Comitê Coordenador das Atividades de Meio Ambiente do Setor Elétrico. Departamento de Meio Ambiente: Eletrobrás. Rio de Janeiro, 2005.

Ao longo desse tempo, não só as exigências ambientais que deveriam ser cumpridas modificaram, mas a temática do social passou a integrar práticas, discursos e debates dentro do setor<sup>58</sup>.

### *Impactos sociais e ambientais e as relações com as comunidades*

A convivência entre populações e comunidades atingidas pelos empreendimentos do setor de energia é marcada por conflitos e impactos sociais, econômicos, culturais e ambientais.

A população vem se organizando em movimentos de luta e resistência no enfrentamento de tais questões. O exemplo do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) é bastante ilustrador nesse sentido. Órgãos de defesa do meio ambiente e Ministério Público também passaram a exercer maior pressão sobre o setor e exigindo medidas que diminuam tais impactos.

Os impactos gerados pelas hidrelétricas são os que possuem maior alcance, tanto no que tange os aspectos ambientais, como o deslocamento de populações de determinada territorialidade e as conseqüências econômicas, sociais e culturais que disso resulta. Já as linhas de transmissão, apresentam transtornos significativos para as populações que vivem nas áreas imediatamente próximas ao limite de faixa de servidão<sup>59</sup>, tais como a exposição contínua à emissões elétricas e magnéticas; a

---

<sup>58</sup> A exemplo, o modelo de Sistema de Gestão de Qualidade voltado para o setor, que inclui o item de responsabilidade social, assim como o crescente número de congressos e seminários organizados por diferentes empresas do setor sobre os temas da responsabilidade ambiental e responsabilidade social. Ex: II Seminário Brasileiro de Meio Ambiente e Responsabilidade Social do Setor Elétrico. 19 a 21 de novembro de 2006.

<sup>59</sup> Na atualidade prevalece o cumprimento das Normas Técnicas e da Legislação que definem como faixa de servidão um espaço determinado de cada lado a partir do eixo da LT de outro. Segundo o Decreto No. 3585, de 16 de julho de 1954, Artigo 2º § 2º, “a **servidão** compreende o direito, atribuído ao concessionário, de praticar, na área por ela abrangida, todos os atos de construção, manutenção, conservação e inspeção das linhas de transmissão de energia elétrica e das linhas telegráficas e telefônicas auxiliares, sendo-lhe assegurado ainda o acesso à área da servidão, através do prédio serviente, desde que não haja outra via praticável”. E cabe aos proprietários das áreas atingidas pelo ônus da “servidão” a limitação do uso das mesmas “ao que for compatível com a existência da servidão, abstando-se, em conseqüência, de praticar, dentro delas, quaisquer atos que a embarcem ou lhe causem dano, incluídos entre eles os de erguerem construções ou fazerem plantações de elevado porte” (Art 3º)<sup>59</sup>. O mesmo Decreto prevê ainda que os proprietários das áreas sujeitas à servidão têm direito à indenização, devendo esta corresponder à justa reparação dos prejuízos a eles causados pelo “uso público das mesmas e pelas restrições estabelecidas ao seu gozo” (Art 5º). E que no caso de “embarço oposto pelos proprietários” os concessionários poderão lançar mão de outras medidas judiciais, podendo também fazer uso do art. 40 do Decreto-lei no 3365, de 21 de junho de 1941 que garante a desapropriação para Utilidade Pública (Art. 6º). (Palhano: 2001).

imposição de mudanças na rotina de trabalho e lazer; o esquadramento do território, rural e urbano.

As exigências de leis e normas ambientais têm sido alargadas na tentativa de minimizar tais impactos. Conforme foi destacado, esse processo gera questões dentro das empresas do setor.

Outro depoimento contribui para elucidar alguns desses aspectos:

*“Então a partir de 80, mais ou menos nessa época, foi feita uma grande reformulação dos manuais da Eletrobrás para o setor elétrico, onde se incluiu um capítulo de Meio Ambiente. Antes não existia isso. Existia alguma preocupação em os projetos não afetarem o investimento em si, ou seja, alguma coisa ambiental, mas que digamos, atrapalhasse a turbina ou atrapalhasse o sistema de produção, alguma coisa assim, mas não existia uma preocupação com o ambiente em si. A partir dessa alteração no manual, que a gente teve a oportunidade de trabalhar (...) Tanto que existe o Conama (Conselho Nacional de Meio Ambiente), que é um conselho que está sempre editando novas normas justamente para tentar aperfeiçoar algum instrumento legal em cima de algum problema surgido. Esse instrumento é muito falho no Brasil porque não existe uma cultura, não existe um conhecimento. Existe de um lado, os empreendedores, de outro lado as ONGs forçando para que não haja empreendimentos. Porque isso já envolve outros interesses econômicos mundiais muito acima do Brasil, mas a gente vai tentando se estabelecer nesse sistema. Hoje já existe até curso de Engenharia Ambiental, mas antigamente não existia, e hoje já se tende a um aperfeiçoamento ou uma melhoria das condições de trabalho da área ambiental: a profissionalização das equipes, mesmo sendo multidisciplinar mas existe algumas tentativas de coordenação, de agrupamento desses conhecimentos em torno de empreendimentos, de pessoas ou mesmo de empresas. Por outro lado a legislação econômica sempre é a mais forte de todas. O aspecto econômico sempre tem que ser considerado e não existe um instrumento legal ou uma determinação legal que não esteja economicamente viável. Até no Brasil a gente fala “existe lei que pega e lei que não pega”.*

Essas questões foram modificando o setor em quase todos os níveis de atuação, pois impôs novas relações e práticas que exigiam mudanças repentinas para atender determinadas exigências de órgãos financiadores de suas atividades, assim como a necessidade de pensar formas de relacionamento com a população que pudessem viabilizar e legitimar seus empreendimentos.

O tema da responsabilidade social será determinante nesse sentido.

### 3. A DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Os anos de 1.990 não só contextualizam um período de emergência de novos marcos e ações políticas, sociais, econômicas e normativas. Também contextualizam a recente expansão da idéia de responsabilidade social empresarial em diferentes áreas de estudo como a economia, as ciências sociais, a ciência política, o serviço social e administração, por exemplo. Temos como hipótese que uma definição precisa desta categoria não é possível devido ao seu caráter polissêmico e ideológico, assim como sua apreensão se articula com outros temas como ética, solidariedade, “questão social”, políticas públicas e sociais, terceiro setor, entre outros, a partir de diferentes enfoques.

Dessa forma, entendemos preliminarmente o conceito de responsabilidade social como uma noção política e não um instrumento neutro.

Ana Maria Kirschner (2005) considera que:

A noção de responsabilidade social da empresa está na moda da linguagem empresarial e da administração, porém ainda não tem um substrato conceitual dando margem, portanto, a muitos equívocos. Esta imprecisão é tão mais séria porque estamos vivendo uma época em que a sociedade interpela as empresas e simultaneamente os empresários sentem necessidade de melhorar sua imagem pública promovendo debates sobre ações sociais e intervindo no fato social.

A relação entre uma linguagem empresarial e administrativa muito presente nos postulados da responsabilidade social parece ter dado um certificado de pertença desta para as empresas. Mas então seriam as empresas “donas” desta noção?

Tentando responder essa questão, o tema da responsabilidade social, se for pensado como um campo holístico<sup>60</sup>, isto é, como uma área que situa várias unidades em totalidades, pode gerar duas implicações: a primeira, refere-se que tal área torna-se território de muitas disciplinas, teorias e modelos analíticos, não possuindo um lugar formal e sendo objeto analítico de outros campos de conhecimento. A segunda, sobre o caráter holístico, não significa que ela careça de coerência teórica e metodológica, mas comporta vários olhares.

O caminho aqui trilhado permanece na posição sociológica como, segundo Polanyi (2000) “*as categorias vão significando as relações sociais*”. Portanto, exploramos alguns debates teóricos sobre a responsabilidade social, a identificação de

---

<sup>60</sup> PASSADOR, Cláudia Souza. A Responsabilidade Social no Brasil: uma questão em andamento. In: VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. Portugal, 8-11 oct. 2002.

alguns de seus principais interlocutores e seus respectivos discursos e principalmente, como vem se dando a sua entrada na sociologia, em especial, a sociologia brasileira e no setor elétrico energético brasileiro. Busca-se a identificação de seus principais interlocutores, a maioria das vezes representados em grupos e fundações empresariais, e as principais reflexões que permeiam uma região até então ainda não muito bem definida como sendo do social.

### **3.1 Os diferentes discursos que permeiam a noção de Responsabilidade Social**

O tema da Responsabilidade Social vem ocupando espaços diversificados: em trabalhos acadêmicos de áreas como a administração, *marketing*, economia, ciências sociais e serviço social; na mídia televisiva e impressa, seja através de programas de televisão<sup>61</sup> seja através de revistas de negócios e artigos em jornais e principalmente em Congressos e Seminários patrocinados por diferentes Fundações e Institutos Empresariais<sup>62</sup>.

Os discursos que se constroem ao redor do tema quase sempre demonstram uma valorização do social por parte da empresa.

O Instituto *Ethos* de Responsabilidade Social, por exemplo, foi e continua sendo um destaque na orientação de modelos de ações sociais, manuais, assim como na disseminação do conceito de responsabilidade social dentro das empresas, tanto de caráter público como privado. Trata-se de uma organização de caráter privado, sem fins lucrativos, fundado em São Paulo, em 1.998, cuja manutenção é efetivada por um conjunto de empresas associadas, que vem promovendo encontros, fóruns, debates e outras atividades de divulgação, como a elaboração de manuais, a publicação de dados etc. No *site* da organização responsabilidade social é:

---

<sup>61</sup> Na rede aberta de televisão, atualmente consta a apresentação de 3 programas inteiramente dedicados a “ações sociais” ou de responsabilidade social: Programa Ação da Rede Globo; o programa Balanço Social, da TV Cultura e o Programa Ressoar da TV Record.

<sup>62</sup> Principalmente nos anos 90, foi significativo o movimento ascendente de fortalecimento da responsabilidade social por parte de entidades representativas tais como o Instituto Ethos de Responsabilidade Social; o Instituto de Cidadania Empresarial; o Conselho de Cidadania Empresarial da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial Social (Fides), o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais (IBASE).

*“a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e a redução das desigualdades sociais”.*

O empresariado brasileiro possui uma história em relação ao enfrentamento da questão social dentro de ações caracterizadas como de filantropia empresarial<sup>63</sup> que vai se modificando no contexto político, econômico e social que foi se desenvolvendo a partir dos anos 80. Uma referência importante no discurso empresarial durante esse período é a necessidade de mudança de um certo padrão ou mesmo gestão de comportamento das empresas, conforme exemplifica o conceito acima destacado.

De acordo com Joana Garcia (1.997):

Os discursos são geralmente convergentes em relação a uma “nova postura”, nova consciência, “novo modo de ser”, que se expressa por uma redefinição da função social que as empresas passaram a incorporar. Essa redefinição está de acordo com mudanças em relação à: ordem social, presença do Estado e expectativa por parte da sociedade em relação às atribuições de quem detém o poder econômico. Se tradicionalmente as empresas construíram sua identidade e legitimidade sociais baseadas na função estritamente econômica: gerar empregos, produzir mercadorias, primar pela qualidade dos produtos – as empresas contemporâneas alegam ter ampliado esse receituário, agregando valores de responsabilidades sociais, antes inexistentes como um imperativo ético.

Completando a elaboração acima, a autora destaca que o apelo retórico presente no discurso empresarial também caracterizou parte do discurso da esquerda e dos defensores da democracia, da participação popular e dos direitos sociais na década de 1.980. Ela exemplifica tal afirmação com a incorporação extensiva do termo cidadania:

De um lado, os destinatários das ações sociais, que tradicionalmente eram reconhecidos por expressões estigmatizadoras (pobres, carentes, desvalidos, deficientes, inaptos, marginais) passam agora a ser denominados cidadãos, de outro, os promotores das ações também reivindicam o mesmo termo que igualmente os requalifica politicamente: empresa-cidadã. A insistência por referências que evocam atitudes éticas como compromisso, responsabilidade, consciência, dever, também expressa uma valorização de uma atitude cívica da empresa antes inexistentes. A combinação da linguagem econômica da eficácia e da eficiência, que tornava a linguagem

---

<sup>63</sup> Especificamente sobre filantropia empresarial, destacamos os trabalhos de Leilah Landim (1993); Elisabete Ferrarezi (1995) e de Ana Maria Quiroga (1997).

hermética e inacessível aos “de fora”, por um apelo humanitário, politicamente correto e permeável a outros interlocutores, constituiu uma estratégia muito eficiente de aproximar, na retórica, projetos sociais antes inconciliáveis e redefinir socialmente a imagem do empresário.

Termos como ética, solidariedade, cidadania, transparência e voluntariado passam a ser integrados num modelo discursivo de gestão, não só empresarial mas presente nas esferas das organizações do terceiro setor e das políticas governamentais. Em muitos aspectos parece ressoar um só discurso em relação às idéias pertencentes a esse campo de práticas.

Nesse sentido, o autor Gabriel de Santis Feltran (2006, p.371), em recente artigo reflete sobre deslocamentos no terreno da sociedade civil no marco discursivo do terceiro setor. Este aponta alguns aspectos da trajetória de militantes no Brasil na última década considerando que estes não atuaram mais em movimentos sociais com características reivindicativas; quando não se transferiram ao Estado, estabeleceram redes profissionais que lhes permitiram circular entre cargos em *ong's*, no terceiro setor, ou ainda no setor privado (*Op.cit*, p.390).

Um dos principais deslocamentos apontados pelo autor está localizado na seguinte questão:

Quando estiveram na sociedade civil, esses indivíduos conviveram, nos anos de 1.990, com a novidade representada pelo fato de o setor empresarial, mercantil, ter-se tornado o formulador mais importante dos discursos que passaram a embasar as formas associativas desta sociedade civil. O chamado terceiro setor passou a ter, neste contexto, lugar cada vez mais privilegiado, e seu marco discursivo se tornou hegemônico. Se a sociedade civil efetivamente não se reduz ao terceiro setor, é importante notar que os discursos deste procuram fazer pensar que sim. Uma primeira dimensão da novidade discursiva do terceiro setor, portanto, é a tentativa totalizante de obscurecer a heterogeneidade das lutas que existem na sociedade civil.

Progressivamente, ainda segundo este autor, esse deslocamento gerou argumentos centrados na busca por “soluções” técnico-gerenciais para o mundo social em questão, trazendo, conseqüentemente outro *deslizamento semântico*: a privatização (pela tecnificação) dos espaços de formulação da questão social, sem a presença da noção de conflito como constitutiva das relações sociais.

Retomando o tema da responsabilidade social, esta aponta estratégias pautadas nos valores já destacados. Entram os argumentos de *colaboração e cooperação*, ao invés de

relações de antagonismos entre patrão e empregado e entre Estado e sociedade e mercado, por exemplo.

Tais argumentos vão qualificar em alguns aspectos as próprias tendências discursivas apresentadas nas políticas governamentais para o trato do social. Um exemplo dessa afirmação é o da *boa governança* “entendida como aquela que, baseada na cooperação entre Estado e sociedade civil, concilia crescimento econômico com equidade social, provendo um desenvolvimento sustentável” (ALMEIDA: 2006, p. 97).

No terreno da *boa governança*, tem-se o exemplo da “Declaração do Milênio nas Nações Unidas”<sup>64</sup>. O texto oficial aprovado destaca “Valores e Princípios” no primeiro item do artigo: “Consideramos que determinados valores fundamentais são essenciais para as relações internacionais no século XXI. Entre eles figuram a Liberdade, a Igualdade, a Solidariedade, a Tolerância, Respeito pela Natureza e Responsabilidade Comum”. O quinto item ressalta “Direitos Humanos, Democracia e Boa Governança”.

No plano discursivo de políticas governamentais no Brasil, os governos de FHC e em 2003, o Governo de Lula, expressam bons exemplos dessa convergência de temas.

A criação do programa Comunidade Solidária, no governo FHC, tornou-se exemplo de um aglomerado de ações de combate à pobreza e tinha o discurso participativo como o seu princípio fundador. Discurso que, segundo Almeida (2006), encontrou força nas idéias de parcerias, capital social, solidariedade, terceiro setor, voluntariado e responsabilidade social.

Nesse mesmo período, segundo Landin (1.997), a retórica da solidariedade ganhou expressão na Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida, chamada de Campanha da Fome. Segundo a autora, ela mobilizou grande parte dos mais variados segmentos da sociedade brasileira e contribuiu para inserir o tema da solidariedade no centro das discussões sociais.

A partir do Governo Lula (2003), os *sites* oficiais das empresas estatais começaram a incluir em seus organogramas de apresentação o item “Responsabilidade Social”. Os *sites* das empresas investigadas, como o da Eletronorte<sup>65</sup>, são exemplos de tal inclusão. O texto sobre os Objetivos do Milênio assim como sua logomarca aparecem nas orientações de projetos sociais.

---

<sup>64</sup> Trata-se de um pacto acordado entre 147 chefes de estado e de governo, aprovado na Cimeira do Milênio, na sede da ONU em Nova Iorque, realizada de 6 a 8 de setembro de 2000. O acorde refere-se ao compromisso de atingir os 8 objetivos do Milênio. In: [www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br)

<sup>65</sup> Disponível em: <http://www.eln.gov.br>. Acesso (?) vários. 2006.

Verifica-se então, preliminarmente, a partir da exploração de discursos advindos do mundo empresarial, de espaços considerados do terceiro setor e de algumas políticas governamentais, a interseção de princípios liberais democratizantes com ideários expressos na retórica neoliberal, que irão convergir na institucionalização de programas de responsabilidade social a partir de uma gerência que congrega tais atores (Estado, mercado e sociedade) no trato do mundo social ao mesmo tempo alimentando suas concepções. As idéias de ética, solidariedade e “responsabilidade de todos” contribuem para publicizar o discurso da constituição de um novo pacto social (ALMEIDA: 2006) no Brasil.

### **3.2 Responsabilidade Social e o *olhar sociológico***

O olhar sociológico acerca do fenômeno da responsabilidade social vem sendo melhor elaborado nos últimos anos dentro das ciências sociais e em determinados espaços do serviço social. As contribuições vêm de diversas áreas e mesclam uma série de construções teóricas que possuem tradição. Aqui destacamos alguns trabalhos que, pioneiros ou não, estão fazendo parte de um arcabouço teórico que se tornou referência bibliográfica em dissertações, teses, congressos e seminários sobre o assunto<sup>66</sup>.

Segundo Ana Maria Kirschner (2005), pela ótica da sociologia, “as empresas são construções sociais no sentido clássico do termo, e questões como eficiência, competitividade e qualidade podem ser vistas a partir do papel social que cabe às empresas assumir em tempos de globalização e reformas para o Estado”. Nesse sentido, a autora destaca a contribuição da sociologia da empresa para o estudo de novas problemáticas dentro das empresas como a responsabilidade social<sup>67</sup>. A mesma justifica essa posição citando uma passagem de Sainsaulieu :

“O olhar sociológico sobre a empresa desvela dos fenômenos consideráveis para a compreensão de seu futuro. De um lado, a empresa é uma entidade em si que hoje em dia encontra sua força e sua eficiência não mais nas virtudes e nas possibilidades de seus dirigentes, mas no valor criador de seu próprio sistema de funcionamento. De outro lado, autônoma porque se tornou social em

<sup>66</sup> Destacamos a quinta edição do Workshop Empresa, Empresários e Sociedade: o mundo empresarial e a questão social, realizado em Porto Alegre, 2 a 5 de maio de 2006 na PUC-RS. O tema da responsabilidade social apareceu em muitos dos trabalhos expostos, especialmente no GT Empresários, empresas e questão social.

<sup>67</sup> De acordo com Kirschner (2005), foi na França, em 1986, que o termo “sociologia da empresa” foi usado pela primeira vez pelos sociólogos Renaud Sainsaulieu e D.Segrestin.

seu âmago, a empresa, não pode mais limitar sua eficiência unicamente ao lucro econômico, ela ‘fabrica’ também emprego, tecnologia, solidariedades, modos de vida, cultura” (1997: 421-422).

Dentro de tal abordagem, as observações e análises se concentram no modo que a empresa “torna-se um lugar de socialização e de cultura para o conjunto dos seus membros, confrontados com as exigências de implicação pessoal e coletiva, para construir o desempenho sobre a base de acordos participativos sobre os objetivos de cada estabelecimento nas suas relações com o mercado, mas também com a sociedade circundante” (KIRSCHNER: 2006, p.13).

A função social da empresa também pode ser analisada então a partir de dois eixos, conforme Kirschner (2005): a relação empresa/sociedade, refletindo acerca do tipo de interação estabelecido com a dinâmica da sociedade e o outro que enfatiza o que a empresa faz de fato para assegurar a coesão e mobilização de seus funcionários.

Outro autor francês muito referenciado na sociologia da empresa é Bernoux (2002). O autor traz a luz das reflexões sobre as atividades das empresas os fatos coletivos como o produto e a agregação de várias ações individuais. A cooperação sempre está presente, mas coloca-se ao lado de algum grau de conflito existente entre os ocupantes das diversas posições em tal estrutura de ação. Kirschner (2005, p.) nos ajuda a compreender a perspectiva deste autor:

Bernoux recusa-se a idéia de um fato social coletivo, imposto de fora aos indivíduos. Tal método exige que se passe pelos indivíduos para se chegar ao composto que é o fato social, visto como algo construído, que se deve em parte à agregação dos comportamentos individuais. Para os sociólogos da empresa, esta é uma construção social, cujo conhecimento deve ter como base uma interpretação que considere conjunto – indivíduos e posições – ligado a um corpo social.

Dentro de estudos que tratam do sistema social da empresa, considerando seus diferentes ambientes, relações, atores sociais e discursos e o próprio questionamento do termo responsabilidade social também destacam-se as análises de Cappelin, Giuliani, Pessanha e Morel<sup>68</sup>. Analisando várias organizações empresariais no Brasil, os autores mostram que “atualmente os critérios de avaliação do sucesso começam a incorporar dimensões que vão além da organização econômica e que dizem respeito à vida social, cultura, e à preservação ambiental”. Nesta visão, a empresa, segundo estes, é um

---

<sup>68</sup> Paola CAPPELLIN ; PESSANHA, E. ; GIULIANI, G. M. ; MOREL, R. . Organizações empresariais face à responsabilidade social das empresas no Brasil. In: Tibúrcio Silva T.A.; Souza Freire F.. (Org.). Balanço Social : teoria e pratica. 1 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2001

espaço ao mesmo tempo socializador e de socialização, continuamente em interação com a sociedade.

Estudos sobre o Estado, grupos multinacionais, elites empresariais, os setores técnicos e os trabalhadores também vêm abrindo espaço para questões sobre o papel social da empresa e de sua responsabilidade social. É o caso de pesquisadores que possuem tradição nessas análises como Diniz (2000), Boschi (2002), Abramo (1990; 1995) e Leopoldi (2000).

Questionando a noção de responsabilidade social e como seus diferentes significados são atribuídos, Cheibub e Locke (2002, p.283) consideram que a responsabilidade social vai além do cumprimento de normas e medidas legais por parte das empresas. Também destacam que “não podemos chamar de responsabilidade social as ações, programas e benefícios que foram adotados pelas empresas através de acordos trabalhistas. Neste caso, estamos diante de uma questão de poder, barganha, política, e não de responsabilidade social”. E consideram que:

Responsabilidade social não é uma questão moral, e sim de interesse econômico das empresas (...) Não temos o direito de esperar que empresários e as empresas sejam obrigadas a praticar estes atos. Pelo menos, não temos este direito em relação às empresas enquanto não tivermos também o direito de esperar o mesmo de qualquer outro ator social.

Diferentemente do caminho apontado acima, numa postura crítica ao *ethics business*, autores do serviço social<sup>69</sup> vêm considerando a teoria social histórico-crítica para avaliar as ações de responsabilidade social no trato da questão social e a própria condição do profissional e trabalhador do serviço social nas fronteiras dessas configurações. A análise sociológica nessa perspectiva implica num esforço de inserir a profissão no processo de reprodução das relações sociais. Seus argumentos não excluem as categorias sociedade de classe, capital e trabalho, elaboradas principalmente nas teorias marxistas.

Kameyama (2004) salienta que o novo contexto econômico é caracterizado por uma rígida postura dos clientes, voltada à expectativa de interagir com organizações que sejam éticas, com boa imagem institucional no mercado, e definidas como ecologicamente responsáveis. A autora faz uma relação entre ética e negócio, discutindo conceitos de ética, mencionando sua presença nos discursos dos empresários e suas

---

<sup>69</sup> Destacamos autores que não necessariamente são formados em serviço social, mas pertencem a escolas de serviço social tais como Nobuco Kameyama, Ana Maria Quiroga, Leilah Landim, Maria Carmelita Yazbek, Marilda Yamamoto e José Paulo Netto. (Ver bibliografia).

estratégias para alcançar objetivos econômicos sociais através da cidadania empresarial, da responsabilidade social e solidariedade. Na visão da autora:

Estes conceitos retratam os traços da moral mais estreitamente relacionada com seu caráter de classe. Trata-se de uma moral individualista e egoísta e corresponde às relações sociais burguesas. A divisão da sociedade em duas classes antagônicas traduz-se também na divisão da moral. Dessa forma, as empresas são de certo modo impulsionadas a adotar novas posturas ligadas à ética e em muitos casos impondo mudanças nas dinâmicas do mercado e do padrão de concorrência e competitividade. Assim, longe de ser fruto de algum altruísmo empresarial, a responsabilidade social das empresas capitalistas resulta de um processo político de pressão exercidas por contrapartes organizadas.

Essa abordagem associa a idéia de responsabilidade social não como uma questão meramente moral, mas pelo viés do interesse econômico dentro dos moldes do capitalismo renovado.

Dentro das discussões acerca das relações entre projeto democrático e sociedade civil, o tema da responsabilidade social também é analisado. Almeida (2006, p. 121) faz menção a responsabilidade social empresarial e o investimento privado com fins públicos. A autora faz uma distinção entre o caráter estratégico da responsabilidade social e a filantropia tradicional: “no lugar de uma filantropia assistencial, propõe-se uma filantropia estratégica”.

Essas últimas contribuições conferem um olhar sobre a responsabilidade social a partir da própria avaliação de políticas públicas e sociais no marco das mudanças que ocorreram em suas fundações. Nesse sentido, outros trabalhos mencionados nesta pesquisa contribuem para a entrada da temática da responsabilidade social.

Estabelecidas algumas diretrizes teóricas acerca do tratamento da responsabilidade social, faz-se necessário uma reflexão contínua a respeito desse fenômeno, tanto dentro de modelos analíticos que se debruçam sobre a problemática da empresa, como questões que emergem no próprio encaminhamento de problemas sociais na atual conjuntura.

Conforme os autores citados, a noção de responsabilidade social ainda está em disputa. Não que haja ganhadores e perdedores na elaboração de tal noção, mas o tratamento sociológico desta categoria ainda está em construção e seus desdobramentos merecem cuidados analíticos que possibilitem pelo menos a identificação das fronteiras nos discursos que vem permeando as ciências sociais visto seu peso ideológico.

### **3.3 Responsabilidade Social e a entrada no setor elétrico energético brasileiro**

Tanto a pesquisa teórica como a pesquisa empírica, possibilitou o acesso a dados que contribuíram para identificar os contextos da entrada da temática da Responsabilidade Social no setor. Os documentos produzidos pelas próprias empresas investigadas assim como as narrativas de seus trabalhadores serão de suma importância para a própria identificação do momento histórico da conformação da responsabilidade social como um programa instituído dentro do setor, atrelado a outros programas governamentais.

O caminho que antecede esse processo passa pela adoção da responsabilidade ambiental dentro do setor, conforme já mencionado.

Para realizar os estudos de impactos ambientais exigidos por lei, as empresas começaram a mobilizar técnicos de diferentes áreas (biologia, geografia, arqueologia entre outros) e a se relacionar com as comunidades atingidas à medida que tinham que tratar de questões delicadas, desde a afetação ambiental até a mobilização de populações para outras áreas. O trato dessas questões gerou encontros entre empresas e comunidades que ultrapassaram o significado de levar energia elétrica para as regiões do país. Esses encontros revelaram conflitos, resoluções de problemas que surgiam no decorrer da construção de obras e ações nem sempre planejadas no projeto de uma obra.

Segundo muitos entrevistados, ações filantrópicas individuais sempre foram executadas pelas empresas nas localidades que cercam suas instalações. Em relação a isso, não é difícil a confirmação visto que há uma trajetória de ações filantrópicas desempenhadas por trabalhadores de empresas tanto públicas como privadas. Mas foi com duas campanhas nacionais que a preocupação do social passa a ser tratada de forma mais ampla dentro do ambiente das empresas do setor: a Comunidade Solidária e o programa Ação da Cidadania contra a Fome e pela Vida.

Ambas ocorreram no período dos governos de FHC e, no caso da Ação da Cidadania contra a Fome e pela Vida houve forte mobilização por parte da sociedade como um todo na arrecadação de alimentos.

Alguns depoimentos demonstram como foram se dando tais atividades dentro das empresas, tanto na Eletrosul, como Eletronorte. São identificados dois depoimentos de

funcionários que possuem cargos gerenciais e estão nas empresas há mais de quinze anos:

*“A gente começou essas ações (sociais) na época da campanha contra a fome e a miséria do Betinho (IBASE), no início dos anos 90. Eu participei ativamente da campanha na Eletrosul, como voluntário. Fazíamos uma arrecadação de tickets alimentação e revertíamos em recursos para as doações. Muita gente participou, não só aqui”.*

Em outro depoimento:

*“Essas ações já existiam. Tínhamos uma campanha de alimentação, de arrecadação de tickets. Cada colaborador é voluntário. Então isso aí já faz muito tempo. Por sinal é um atendimento muito bonito. Desde a campanha do Betinho até hoje. Porque aquela cesta básica que oferece, para mim não é nada, mas para eles..., você olha no rosto deles e vê como é importante”.*

A campanha do Betinho, como ficou conhecida, revela um dado histórico e um marco político, pois passa a fazer parte da memória da empresa. Esse dado foi verificado através dos registros em documentos das empresas e identificado nas narrativas construídas sobre a história de ações sociais dentro dessas.

As atividades de doações e voluntariado, segundo o próprio registro documental e fotográfico das empresas<sup>70</sup> seguem até os dias de hoje. Especificamente nesses tipos de ações, o caráter filantrópico é bem presente, e tais atividades são pautadas por iniciativas individuais ou de grupos organizados dentro das empresas e não advindas de uma deliberação institucional.

Em 2003, logo após a posse do Presidente Lula, as empresas do setor receberam comunicações internas a respeito do “Plano de Implantação das Ações de Responsabilidade Social”<sup>71</sup>. Este, explicitava um “plano geral da empresa”, orientando premissas, diretrizes, formas de atuação, formação de comitês e sub-comitês de responsabilidade social, entre outras solicitações.

---

<sup>70</sup> Por um compromisso ético, não mostraremos tais documentos para corresponder às exigências de nossos informantes.

<sup>71</sup> Fonte: comunicação interna – Eletronorte- datada de 10 de março de 2003. Brasília-DF.

Outros dois depoimentos de funcionários, respectivamente da Eletronorte e da Eletrosul, que também estão nas empresas há mais de dez anos confirmam essas orientações, ao mesmo tempo reforçam as informações destacadas nos trechos anteriores.

*“Olha, o contexto do social, a gente já vem trabalhando há muito tempo em responsabilidade social na nossa regional. Porém em 2003, parece que ele virou coqueluche. Então, a partir daí, o quê acontece: A Eletrobrás criou o seu comitê e aí a Eletronorte também, por uma determinação da Eletrobrás, teve que criar os seus comitês. Inclusive o comitê da Eletronorte é em Brasília. E daí, os subcomitês. Ou seja, os comitês regionais. Onde nós estamos inseridos, porque nós somos uma regional da Eletronorte, porque você sabe que a Eletronorte atua em 9 estados né. Então, nós fazemos parte desse conselho. Daí então nós começamos a organizar nossas ações; a dar prioridade, através de ações educativas, ações que tenham desenvolvimento com sustentabilidade, ações de esporte e cultura, lazer.... mas as nossas prioridades são ações voltadas, inclusive hoje, para as metas do milênio. As 8 metas do milênio. Esse é o contexto macro que podemos dizer que estamos inseridos”;*

*“Eu acho que foi no governo Lula que o programa de responsabilidade social foi montado. Já se fazia muita coisa antes, campanhas de agasalho, arrecadação de tickets, natal... mas responsabilidade social e balanço social vieram depois. Eu não saberia bem te explicar a data exata e o que foi pedido primeiro. Mas se passou a ter uma área de responsabilidade social dentro da empresa, com esse nome, e pessoas que passaram a se reunir para escolher projetos, continuar tocando os mais antigos, patrocínios, atividades culturais. Mas ainda tem pouco tempo”.*

Porém, nem todos os depoimentos manifestaram concordância sobre a entrada de um programa de responsabilidade social no setor como um todo. Alguns trechos apresentaram questionamentos em relação ao desenvolvimento de atividades de cunho social dentro das empresas.

No depoimento de um funcionário de uma área técnica não relacionada à da responsabilidade social fica evidenciado a preocupação com o serviço de oferta de energia, não atrelado às ações sociais :

*“Nosso serviço é garantir energia elétrica para a população, as empresas, a sociedade em geral. É isso que faz ter o tal desenvolvimento. Porque sem energia, não tem indústria, e sem indústria não tem emprego, e sem emprego, não tem consumo. Sei lá, eu posso estar errado. Mas veja bem, eu tenho colegas que passaram a vida inteira em cima de torres, trabalhando na operação, de repente vem um pedido de que ele tem que fazer trabalho de alfabetização de adultos. O cara não se formou para isso. Quem tem que alfabetizar, é o profissional da educação. Se eu quero ajudar alguém, eu vou lá e ajudo, não preciso ficar fazendo propaganda disso e nem comprometer o meu trabalho”.*

Outro depoimento de um gerente de uma das empresas, também pondera sobre a participação no programa de responsabilidade social da empresa:

*“A empresa tem uma visão muito ampla das necessidades e do papel dela como empresa dentro do cenário nacional. Só que como essa história de responsabilidade social vem acontecendo, eu não sei. Me parece muito desestruturado. Vem várias solicitações de Brasília, mensagens que tem que ter isso, tem que ter aquilo, e sem equipe, sem mão de obra qualificada, porque o pessoal que se envolve tem mais boa vontade do que experiência com esse tipo de trabalho. Eu acho até louvável, mas para mim, isso não é coisa do setor. Isso é coisa do serviço social, do Estado que tem que garantir aqueles direitos todos. (...) Eu até tentei participar no começo, antes do governo Lula. Mas hoje penso como alguns colegas que temos que procurar fazer um bom trabalho na nossa área. Se não, não faço nem uma coisa nem outra. Ai você vê, como a coisa vem saindo: hoje eu nem sei o que o pessoal da responsabilidade social faz direito. Tem o relatório, que não é distribuído para todos os empregados da empresa, mas eu sei que tem muitos projetos. Ao mesmo tempo, não sei quem são as pessoas que estão sendo ajudadas. Eu não concordo com isso. Ainda não sei direito se é propagando do governo”.*

Percebe-se, com tais depoimentos, uma relação entre a entrada da responsabilidade social e a política governamental vigente. É importante lembrar, que o foco principal da campanha eleitoral do Partido dos Trabalhadores em 2002 era o

*slogan* do social e, após a eleição, o Programa Fome Zero se tornou o carro chefe das políticas sociais de tal governo.

Algumas posições também são contrárias ao desenvolvimento de ações sociais por parte do setor de energia elétrica e como esta penetra no interior das empresas, podendo demonstrar aspectos conflituosos e ambíguos setor no que tange a entrada de novas práticas, tais como a da responsabilidade social. Mais adiante discutiremos esses argumentos.

Atualmente, nos *sites* oficiais das empresas do setor, é apresentado um organograma para responsabilidade social, contendo projetos e campanhas.

Os desdobramentos, significados e relações que esses programas terão no processo de institucionalização da responsabilidade social dentro de tais empresas, serão analisados a seguir.

## **4. ELETROSUL E ELETRONORTE: A RESPONSABILIDADE SOCIAL EM CONSTRUÇÃO**

Este capítulo articula os aspectos descritivos e explicativos no processo de construção de uma política de responsabilidade social no campo das empresas investigadas.

Considera-se fundamental os processos e estratégias sociais em que a imposição de um projeto e discurso social vão se transformando e exigindo uma permanente negociação de sentidos. Esses dizem respeito às interpretações, às ambivalências, às disputas, aos acontecimentos, aos registros e à construção de políticas que passam pela história do setor assim como a história das próprias políticas sociais do país.

### **4.1 O processo de institucionalização da responsabilidade social nas empresas**

De acordo com a pesquisa documental realizada nas empresas, em 27 de janeiro de 2003, a Eletrobrás aprovou, por meio da Resolução 038/2003 a constituição da Coordenadoria de Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social, “para atuar na vertente social do Sistema Eletrobrás”<sup>72</sup>. Foi nesse primeiro semestre de 2003 que a responsabilidade social começou a ser estruturada dentro da Eletronorte e Eletrosul, ganhando *status* de departamento. Esse processo não se deu de forma linear, visto que fez parte de um conjunto de deliberações orientadas pelo novo governo que se instalava (Lula) para as empresas públicas federais.

A Eletrosul, desde 1.998 divulga seus investimentos e ações chamadas de “cunho social” no Relatório Anual da Administração. Mas em 2003, os projetos que já vinham sendo desenvolvidos passaram a ser incorporados dentro das “Ações de Responsabilidade Social”, pertencendo ao departamento de Assessoria de Relações Institucionais. Esse departamento tem como uma de suas funções o patrocínio que consiste em “*Divulgar a marca da empresa, promover e integrar a sociedade e os diversos segmentos sociais da sua área de atuação, melhorando assim a sua visibilidade, cumprir com o seu papel social, favorecendo o acesso à cultura, esporte às comunidades em sua área de atuação, de forma a valorizar uma descentralização que*

---

<sup>72</sup> Eletronorte. Relatório Social 2003.

*atinja todas as regiões de atuação da empresa, democratização para que todos os segmentos da sociedade possam ter acesso e transparência”*<sup>73</sup>. Inicialmente, já é possível verificar, nessa breve descrição, a relação entre ações de responsabilidade social e ações de patrocínio, com os conteúdos já trabalhados nas seções anteriores tais como papel social da empresa, descentralização e transparência, por exemplo.

A Eletronorte aprovou a Resolução da Diretoria Eletronorte RD-0035/03 em 25 de fevereiro de 2003, criando a Assessoria de Ações de Responsabilidade Social (PRS), vinculada diretamente à presidência. Na mesma data, a Eletronorte assinou o termo de adesão ao Comitê de Entidades no Combate a Fome e pela Vida (Coep). Em 2 de abril, a Resolução da Diretoria RD 0112/03 criou o Comitê Eletronorte de Responsabilidade Social, composto por representantes de todas as diretorias, entidades parceiras e pela Presidência da Eletronorte.

A regional a qual estamos trabalhando, também criou a “Assessoria de Responsabilidade Social” (GAR) em 2003. Mas foi através da Resolução da Diretoria (RD) 369/2004 que esta passou a ser localizada institucionalmente dentro da “Diretoria de Gestão Corporativa”<sup>74</sup>.

Deste período em diante outras orientações foram dadas às empresas como a criação de comitês e sub-comitês regionais de responsabilidade social.

Tanto a sede da Eletrosul como a regional da Eletronorte, não possuíam um quadro de funcionários que atendiam especificamente à área de responsabilidade social, apesar de ações sociais serem desenvolvidas por grupos de empregados, como já salientado. Vale também ressaltar que as empresas públicas estatais em geral possuíam um departamento específico de serviço social, voltado às questões de saúde, moradia e outros aspectos da vida de seus trabalhadores. Essas áreas dentro das empresas foram sendo modificadas após o processo de reestruturação do setor. No caso das empresas investigadas, verificou-se a presença do departamento de serviço social, porém, não articulado institucionalmente com a área de responsabilidade social.

Tanto a escolha dos profissionais que estariam envolvidos como a própria localização do tema da responsabilidade social no organograma institucional das empresas ainda está se constituindo em ambas as unidades.

---

<sup>73</sup> Disponível em <http://www.eletrosul.gov.br>. Acesso (?) vários. 2005 e 2006

<sup>74</sup> Ressaltamos que, na Eletrosul, nosso trabalho localiza-se na sede da empresa, diferentemente da Eletronorte, a qual estamos trabalhando com uma regional.

A esse fato, estende-se a ausência de um processo de sistematização e monitoramento das ações que vêm sendo aplicadas.

Os documentos analisados, assim como os depoimentos registrados, demonstram que a construção de uma política de responsabilidade social está em formação e associa elementos que são originários de diferentes espaços. Tem-se o espaço da política governamental, com o discurso de uma administração voltada para o “social” e um Programa de Qualidade do Governo Federal voltado para a gestão de suas empresas; o projeto de governança corporativa adotada pela Eletrobrás, e conseqüentemente, as demandas do mercado internacional, tais como o conjunto de normas de qualidade para as empresas se tornarem mais competitivas e as cobranças da própria sociedade face à atuação das empresas e seus impactos.

Inicialmente, o resultado de tal composição é um conjunto de ações que passam a ser incluídas dentro de um departamento, coordenado por um determinado grupo de funcionários orientados a “tomar conta” das demandas que surgem nesse processo.

Durante a pesquisa de campo verificou-se que, tanto na Eletrosul como na Eletronorte, os empregados responsáveis por tais programas são profissionais que na sua grande maioria possuem mais de dez anos de casa e com diferentes formações: serviço social, administração, engenharia e contabilidade, foram os mais destacados.

Ficou claro nas entrevistas obtidas que o processo de formação das equipes não foi um processo debatido amplamente dentro das empresas, nem se formou através de concurso público, com a seleção de uma equipe específica para compor tal área. Pode-se verificar essa questão através do depoimento de uma funcionária que passou a integrar a equipe de responsabilidade social em uma das empresas:

*“De repente, em 2003, surgiu essa oportunidade. Eu gosto de desafio. Eu tinha naquela época pedido meu afastamento da gerência que eu trabalhava. Então eu conversando com o meu gerente, ele comentou que estava surgindo a área de responsabilidade social. Eu falei ‘olha, eu sou candidata para ajudar’, para auxiliar, nas atividades de responsabilidade social. Já numa coisa mais estruturada né. E eu achando que nós vamos desenvolver uma equipe para fazer os trabalhos (risos). E eu de gaiata entrei no navio. Moral da história: começa aqui, começa ali, pergunta para um, para outro, e ninguém deu muita atenção...ninguém queria muito ser o coordenador. Porque foram criados os comitês, foi criado um comitê na regional e precisava um coordenador. (...)E fizemos uma pequena equipe. Sempre me ajudando aqui nesse suporte. Mas de*

*uma certa forma, foi uma coisa assim meio ... até meio brusca na minha vida, porque eu saí de uma área onde tem até alguma relação, porque responsabilidade social com RH tem uma co relação. Porque RH são todos os projetos sociais internos, voltados para o empregado, para a comunidade interna; os seus trabalhadores. E no empresarial, quando nós estamos falando de responsabilidade empresarial, aí já passa a ser externo. É um trabalho voltado para a comunidade, para as entidades sem fins lucrativos. Então isso foi um grande desafio na minha vida. Sem conhecimento prático nenhum. Eu tinha teoria. Eu conhecia algumas coisas por leitura, seminários e tal ... isso o que você adquire? Teoria, prática não”.*

O depoimento acima ressalta questões como “desafio”, “ajuda”, envolvendo aspectos subjetivos arraigados à concepções de altruísmo e solidariedade por exemplo. Tem-se um departamento que surge inicialmente através de iniciativas amadoras, sem uma reflexão coletiva e a ausência de um debate público sobre as ações a serem desenvolvidas.

Dando seqüência a essa análise, alguns depoimentos foram reveladores sobre o processo de institucionalização de tais programas e a posição que estes passaram a desempenhar dentro das empresas. Ressaltamos que nem sempre estaremos identificando os informantes respectivamente com as empresas por solicitação dos mesmos, somente quando autorizado. Dessa forma, os depoimentos expostos ajudam a compor o olhar mais amplo sobre o processo que vai se constituindo no interior de tais empresas.

A seguir, alguns trechos de depoimentos evidenciam as mudanças e mesmo cobranças que vão caracterizando os espaços da responsabilidade social nas empresas.

*“Como eu te falei. A Eletronorte, a partir de 2003 que ela começa a agitar, ou seja, estruturar a sua área de responsabilidade social. Nós vínhamos sempre fazendo, desde que eu entrei na Eletronorte. Ela sempre teve seus programas ou projetos desenvolvidos para a área dela, social, como é no caso das aldeias indígenas em outras regionais... No Amapá, por exemplo, tem os quilombolas... e várias regiões nós já fazemos trabalhos assim. Agora, de 2003 para cá é que está começando a se estruturar. Daí sim eu vi, que algumas exigências foram cobradas a mais. Porque até então nós estávamos desenvolvendo, mas dentro da nossa área de atuação. Ou seja, aqui em Porto Velho, na área de Samuel, nós fizemos um trabalho dentro dessa área, com os*

*ambientes que ficam mais próximos né. Nós fizemos um trabalho social junto com a escola lá de Itapuã do Oeste, onde a Eletronorte há vários anos vem dando um apoio para aquela escola, porque foram da comunidade que era próximo da barragem, transferidas para lá. Pessoas que moravam ali e foram para lá. Tem umas que foram pela Eletronorte, quando se desenvolveu a hidrelétrica, e outras também porque moravam lá. Então é uma responsabilidade que a Eletronorte tem na sua área de atuação. Itapuã do Oeste, Candeias do Jamari. E Candeias por exemplo, a Eletronorte até hoje está por lá”.*

Outro entrevistado reforça o argumento anterior:

*“Nós começamos a organizar nossas ações; a dar prioridade, através de ações educativas, ações que tenham desenvolvimento com sustentabilidade, ações de esporte e cultura, lazer.... mas as nossas prioridades são ações voltadas, inclusive hoje, para as metas do milênio. As 8 metas do milênio. Esse é o contexto macro que podemos dizer que estamos inseridos. As metas do milênio são internacionais. Elas são de 2002. As orientações que nós recebemos também são do governo federal. Nós também trabalhamos junto aos programas do governo federal. E nós temos os nossos programas estaduais e municipais, de responsabilidade social, onde fazemos parte como membros parceiros. (...) No caso governamental. Nesse aspecto, quando se trata de um programa do governo federal, a empresa tem que ser inserida de qualquer maneira porque é uma cobrança que já vem de cima para baixo. Ou seja, nós temos que estar inseridos nesse contexto senão, como empresa do setor elétrico, como empresa diretamente ligado ao governo, nós não podemos deixar de acompanhar. Então esses programas, a empresa, ela geralmente assina um termo de compromisso; como nós temos, por exemplo o da Fome Zero como você bem falou. É através da sede toda a primeira conversação e de lá desce para as regionais. Como as regionais tem que proceder. Então, exatamente muitas vezes nós fazemos através de campanhas, e através de projetos sociais. Isso faz parte de um modelo de gestão da empresa. O próprio programa de responsabilidade social, o de qualidade. Ele faz parte do programa. Ele também está inserido no nosso planejamento estratégico da empresa e tem um item voltado para a área de responsabilidade empresarial. E nós temos que fazer por onde e alcançar os resultados desse item. E nós também fazemos parte do programa PQGF do governo federal de qualidade, que está em teste. Então todos são*

*programas que a empresa vem atuando e para isso a gente tem que mostrar o nosso resultado também da responsabilidade social empresarial”.*

Outro depoimento sinaliza a preocupação com o meio ambiente anterior a da responsabilidade social dentro da empresa:

*“O novo incremento na área ambiental, está se começando fazer presente hoje no Brasil, também por conta de uma influência internacional, ou seja, é a Governança Corporativa. A Governança Corporativa é uma preocupação das empresas em, além de realizar seu produto com melhor qualidade, menor preço, ou melhor preço e melhor qualidade, e melhor atendimento a seu cliente, ela também tem algumas responsabilidades sociais. Essas responsabilidades são: na parte social propriamente dita, não emprego de mão de obra infantil e todas aquelas preocupações institucionais mundiais; a erradicação do analfabetismo, das doenças, da saúde e saneamento da população, e também da preservação ambiental. E mais recentemente, acho que no ano retrasado, com o grande golpe da bolsa de Nova Iorque onde algumas empresas estavam escondendo o passivo dos seus balanços, dois senadores americanos criaram uma legislação sobre governança e transparência corporativa, ou transparência da gestão. A partir do golpe da EMRO, casualmente uma empresa de energia também (risos) mas não tem nada haver, nada que se compare e justifique uma coisa ou outra. E cada empresa de energia geralmente tem grande capital e por isso são representativas nas bolsas como um todo. Hoje a empresa da Petrobrás é uma empresa assim. E existe uma preocupação do Governo Brasileiro hoje em captação de recursos externos e o menor custo para captação de recursos é a bolsa de valores. Então, para o Brasil, para as empresas brasileiras terem acesso a bolsas internacionais, a bolsa de Nova Iorque, ou Tóquio, ou Londres, principalmente a bolsa de Nova Iorque, que é um multi mercado para esse tipo de ação de energia, ela precisa ter transparência total nas sua governança. Além disso não pode ter nenhum passivo, e não existe melhor solução em demonstração de inexistência de passivos do que as certificações. No caso de passivo ambiental; a certificação ambiental. Por isso a empresa está correndo atrás da certificação”.*

O caminho trilhado nesses depoimentos aponta para a institucionalização de um programa que trata da questão social não como um projeto político que representa

unicamente um determinado governo ou mesmo uma política do próprio setor de energia elétrica assim como relacionados diretamente às políticas sociais. O processo de se institucionalizar um determinado programa de responsabilidade social se mistura às demandas que não são necessariamente oriundas de espaços efetivamente públicos de debate e deliberações sobre o trato de políticas sociais.

A demanda do social, por exemplo, por vezes se mescla a idéia de “área ambiental” em virtude das exigências de um mercado mais competitivo que cobra uma postura “ambientalmente e socialmente responsável”. Conforme o último trecho, responsabilidade social passa a ser mais um item num conjunto de deliberações que pautam relações mercantis. Como o caso da bolsa de valores.

Por outro lado, no que se refere uma efetiva política social, há um deslocamento semântico para a idéia de gestão de qualidade. No segundo trecho, sobre o compromisso com políticas governamentais como o Programa Fome Zero, uma empresa do setor de energia também pode significar uma boa vitrine do governo federal, sendo cobrada a reproduzir tal discurso, mesmo que isso determine, tal como foi demonstrado no primeiro depoimento, uma continuidade de ações de caráter filantrópico, voluntário e de projetos advindos de administrações anteriores. A hipótese construída a partir dessas orientações argumenta que a responsabilidade social a partir de uma empresa estatal também tem significado político governamental e reflete os projetos e discursos dos diferentes governos, assumindo ou não um caráter de política social, estando mais próximo a uma noção de prestação de serviço com qualidade.

Pode-se considerar que o processo de institucionalização de responsabilidade social dentro do setor vai se constituindo fora de um debate público e sem mesmo a menção do próprio movimento sindical do setor.

No discurso oficial do setor, um programa de responsabilidade social representa “ser referencial no negócio de energia elétrica pela excelência da gestão e integração com a sociedade”<sup>75</sup> nos marcos do novo modelo do setor elétrico no Brasil e sua atual fase de expansão da oferta de energia. Como incremento de uma política social governamental, os projetos que acenam compor um programa de responsabilidade social seguem com a ausência dos *sujeitos* válidos para debater e participar do processo de construção do debate amplo sobre a garantia dos direitos a que se referem, tais como os direitos sociais.

---

<sup>75</sup> Texto sobre a “visão” da empresa. Balanço Social Eletrosul 2004/2005.

No que tange o processo de trabalho que vai se desenrolando na institucionalização de uma área nova dentro da empresa, verifica-se através dos diferentes profissionais envolvidos (engenheiros, administradores, contadores, técnicos em informática, assistente social, entre outros que foram citados), um “parcelamento” das atividades necessárias para a conformação de um serviço, sem precedentes em épocas anteriores dentro do setor e agora executados por trabalhadores de distintas áreas. Tal ponto nos remete sobre a questão do desenvolvimento da divisão social do trabalho, dentro do processo de institucionalização da responsabilidade social. Justificamos essa posição através das contribuições de Yamamoto (2003, p. 18):

Refere-se à divisão de trabalho, de estrutura histórica determinada, na qual o indivíduo se encontra determinado pela sociedade. O caráter social de seu trabalho só se manifesta no conteúdo do trabalho quando, como membro de um complexo social, produz as necessidades dos demais, estando submetido a uma dependência social. Seu trabalho privado torna-se trabalho geral e seu produto um produto social, que responde a necessidades sociais. Tal se comprova pelo fato de que seu trabalho privado passa a constituir uma particularidade de trabalho social, um ramo que o completa, um modo de existência do trabalho coletivo.

É nesse contexto da divisão do trabalho que situamos a entrada de um profissional da responsabilidade social.

Esta linha de análise mais do que uma exposição de categorias fundamentais, é um esforço de leitura na dimensão da totalidade desses fenômenos. Acentua-se o empenho em explicitar a articulação básica e contraditória entre a essência dessas relações sociais e sua manifestação através de formas ainda se constituindo, mas já caracterizadas como fenômenos sociais, criados e recriados no próprio processo da vida social. Assim, seguimos na exposição das dimensões e estratégias de atuação presentes nos projetos desenvolvidos nos programas de responsabilidade social, formados a partir das orientações acima destacadas.

## **4.2 Os Projetos: dimensões e estratégias de atuação**

Os projetos que fazem parte dos programas de responsabilidade social das empresas investigadas possuem diferentes áreas de atuação, tanto para o “público externo”, ou seja, as comunidades nas quais se localizam a maioria das instalações e

empreendimentos das empresas, como o “público interno”; os seus empregados. Aqui não serão listados todos os projetos, mas serão ressaltados alguns caracterizados “para o público externo”, na tentativa de estabelecer uma análise mais ampla sobre as orientações que os conformam.

Na Eletrosul, as ações de responsabilidade social compreendem projetos tais como de Infra-estrutura (convênios firmados com prefeituras para garantir melhorias de infraestrutura nos locais onde a empresa possui instalações); Hortas Comunitárias (desenvolvido nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul e prevê a utilização das áreas sob as linhas de transmissão para culturas de pequeno porte, como leguminosas e hortaliças); Eletrosul Casa Aberta (informar e debater aspectos sociais, econômicos, ecológicos e de conservação de energia, abordando os benefícios e riscos da eletricidade); Eletrosul Procel nas Escolas (capacitar professores e alunos do ensino fundamental e médio das redes de escolas públicas e particulares “a formar uma consciência conservacionista em seus alunos, levando-os como consumidores a adotar procedimentos para o uso racional de energia elétrica”); Campanha contra queimadas (desenvolvida desde 1980, trata-se de um programa de conscientização que “visa evitar a prática de queimadas abaixo das linhas de transmissão e próxima às subestações”); Assistência e Formação Profissional de Adolescentes; *ONG* Transmissão da Cidadania e do Saber; Promoção Arte Regional; Programa Pré-Vestibular Eletrosul; Programa Brasil Alfabetizado; Programa Luz para todos (programa do governo federal iniciado em 2004); Programa de Preparação Profissional para o Primeiro Emprego, entre outros.

A Eletronorte, de acordo com sua Assessoria de Responsabilidade Social, possui os seguintes “focos de atuação”<sup>76</sup>:

- 1º- Educação: de base; ambiental; inclusão digital; cultura, esporte e lazer;
- 2º- Geração de renda: inclusão elétrica; inclusão social; capacitação para o trabalho; incubação de empresas; piscicultura.

Através do que foi exposto sustenta-se que o processo de institucionalização do programa de responsabilidade social vai se dando entre disputas de sentidos, deslocamentos semânticos e ambivalências que transitam entre as demandas governamentais, as exigências do próprio setor e consequentemente do mercado de energia e as questões pontuais advindas da própria sociedade. É nesse contexto que os

---

<sup>76</sup> Disponível no Manual de Projetos Sociais da Eletronorte, em <http://www.eln.gov.br>. Acesso (?) vários. 2006.

projetos descritos acabam dando visibilidade a tais programas que vão sendo articulados.

#### 4.2.1 As principais demandas

A confecção dos projetos não segue um padrão homogêneo, ou seja, o processo de elaboração de cada proposta surge de demandas diferentes. De acordo com a maioria das entrevistas realizadas, foram indicados os seguintes espaços os quais são elaboradas muitas propostas: as comunidades, que, através de associações de bairro, entidades e fundações sem fins lucrativos entre outras, elaboram pequenos projetos para suas localidades e apresentam em algumas das unidades das empresas (tanto na sede da Eletrosul, como nas suas regionais e respectivamente na Eletronorte); as políticas sociais governamentais, tais como no governo atual o Programa Fome Zero, Brasil Alfabetizado, e outros que envolvem questões de gênero e etnia; projetos específicos para as áreas dos empreendimentos das empresas, tais como as localidades próximas às linhas de transmissão e aos lagos das usinas hidrelétricas; e projetos e ações elaborados pelos próprios empregados das empresas, tais como a Organização Não-Governamental criada por um grupo de funcionários da Eletrosul.

Os projetos apresentados pelas comunidades referem-se, na sua grande maioria, à doações de alimentos, recursos para construção e apoio às associações de bairros, construção de creches, projetos sócio-educativos para um número limitado de participantes (geralmente no máximo de 50 pessoas tais como cursos de informática e música), apoios para eventos escolares e esportivos (empréstimos de ônibus, confecção de camisetas, elaboração de cartazes, etc.), projetos de geração de renda (cursos de artesanato, cabeleireiro, etc.) entre outras ações de âmbito local.

Verificando os registros fotográficos das empresas, as legendas correspondentes<sup>77</sup> traduzem os aspectos descritos acima: “Doação de materiais pedagógicos e escolares para o setor de psicologia (...)”; “Entrega de alimentos para Fundação Espírita”; “Campanha Natal Vida”; “Doação de materiais de higiene, fraldas descartáveis, lençóis para serem utilizados para crianças no Lar do Bebe”; “Apoio com transporte a Federação de Deficientes (...)”; “Doação de 50 camisetas para gincana de jogos escolares”; “Formatura do curso de cabeleireiro”, entre outras.

---

<sup>77</sup> Não foi permitido a utilização de tais fotos. Por compromisso com os informantes também não será feita a associação legenda - empresa.

Os projetos que compõem os programas sociais do próprio Governo Federal, como o Fome Zero, são ações desenvolvidas pelas empresas tais como arrecadação de alimentos, distribuição de cestas básicas, doação de *tickets* alimentação por parte dos funcionários e estes são revertidos em recursos para serem doados, entre outras. Essas ações dão às empresas o caráter de “parceiras” do Governo Federal.

Outro exemplo é o Programa Brasil Alfabetizado, também do Governo Federal. As doações de exemplares de obras literárias e os projetos de alfabetização realizados pelas empresas passam a “integrar” tal programa e são contabilizados no saldo total de “beneficiados”<sup>78</sup>. Percebe-se que as ações desenvolvidas nesses dois exemplos não diferem de iniciativas anteriores a tais projetos sociais governamentais.

No caso dos projetos que acontecem nas localidades próximas ou diretamente afetadas pelos empreendimentos das empresas, esses apresentam dimensões diferenciadas das outras atividades destacadas anteriormente. Tanto na Eletrosul, como na Eletronorte, foram verificadas questões que descolam alguns projetos da área de responsabilidade social, e os alocam em outras áreas. Como exemplo, os projetos caracterizados como sócio-ambientais.

Nesses casos, projetos que também transitam na dimensão das preocupações com o meio ambiente, são gestados por departamentos diferentes, não necessariamente relacionados com a área de responsabilidade social, ou se localizam entre responsabilidade social e responsabilidade ambiental, dependendo do que está sendo desenvolvido no projeto.

Na Eletrosul, tem-se como exemplo o Programa Hortas Comunitárias. Conforme foi descrito rapidamente, trata-se de um programa que possibilita que as áreas onde passam as linhas de transmissão da Eletrosul sejam aproveitadas para o cultivo de hortas pelas comunidades de cada região. São estabelecidas parcerias com o objetivo de beneficiar famílias com o plantio de verduras, legumes, e outras plantas. Este programa tem como responsável o Departamento de Patrimônio e Meio Ambiente da empresa, com uma equipe diferente da composta da área de responsabilidade social.

A dimensão da questão ambiental<sup>79</sup> no setor elétrico é demarcada pela disputa de formas e condições de apropriação material e simbólica de uma determinada base de

---

<sup>78</sup> Termo utilizado nos textos dos projetos analisados.

<sup>79</sup> Como questão ambiental, nos apoiamos na definição de Nair Palhano (2001): “como questão ambiental entende-se o conjunto de problemas, diagnósticos, situações, planos, programas e ações de um modo geral, assim como as formas institucionais que, explicitamente, referem-se ao meio ambiente como seu objeto, causa ou objetivo de constituição ou justificativa.

recursos territorializados<sup>80</sup> e acaba sendo fundamental nas estratégias de políticas governamentais para o planejamento dos empreendimentos do próprio setor. O tema do meio ambiente em torno da política de geração, transmissão e distribuição de energia já possui um histórico dentro do setor. Seus manuais refletem o tratamento e as diretrizes dadas a essa temática.

As linhas de transmissão, local onde se desenvolvem projetos como o Hortas Comunitárias, conforme já discutido, tem sido alvo de muitos questionamentos por parte da sociedade em relação a seus impactos sócio-ambientais.

Dessa forma, um projeto de hortas comunitárias pode aparecer como iniciativa espontânea da empresa. Mas diante dos conflitos, lutas e disputas travadas nessas relações (empresas e atingidos pelos seus empreendimentos), tal ação incorpora significado no espaço institucional relacional e na questão ambiental, articulando estratégias, não só discursivas, mas orientadoras que podem legitimar formas de domínio sobre os recursos do território.

É interessante notar, então, que um projeto documentado e publicizado no balanço social da empresa não é gestado pela área responsável pelo social, mas pelo departamento responsável pelo patrimônio e meio ambiente. Assim surgem alguns pontos importantes na composição da análise da dimensão estratégica de alguns projetos: a separação entre responsabilidade social e responsabilidade ambiental por parte da empresa; a departamentalização no cuidado dessas demandas; um entendimento sobre o que é “social” e “ambiental” aparentemente desarticulado por parte da empresa; e, como se trata de uma questão decisiva para a liberação de qualquer empreendimento do setor, o cumprimento da legislação ambiental e a minimização de seus impactos, os projetos que possuem alcance ambiental, adquirem caráter de cumprimento legal, diferente dos discursos e práticas de voluntariado e solidariedade, tão presentes nas premissas da responsabilidade social.

Sobre a questão da “departamentalização” e da desarticulação entre social e meio ambiente mencionados, alguns trechos dos depoimentos foram instrutivos durante a pesquisa, e indicaram as pistas para a formação de tal análise. São trechos curtos, de empregados tanto da área de patrimônio e meio ambiente, como da área de responsabilidade social, de ambas as empresas:

---

<sup>80</sup> *Idem.* p. 14.

*“Eu acho que a interação entre as áreas é muito pequena. E assim, meio ambiente, como a questão de patrimônio, e a responsabilidade social, tem um envolvimento muito grande com o social, porque tem o elemento humano. Eu sinto essa deficiência. Para te falar a verdade, eu não conheço os trabalhos sociais da empresa. Eu nem conheço quem trabalha com essa parte. Essa interação é um pouco fraca por enquanto”.*

Outros entrevistados complementam:

*“Essa departamentalização, ela existe. Cabe a gente trabalhar para diminuir. Para mim são experiências recentes”;*

*“Às vezes há um desconhecimento dos outros departamentos da importância da responsabilidade social. (...) Só tem uma coisa: a gente tem um quadro pequeno e um volume de trabalho muito grande. E a gente tem prioridades. E a prioridade é o licenciamento. Porque sem o licenciamento, não toca o empreendimento, não tem obra. E se não tem obra, não tem empresa. Porque o nosso objetivo é gerar e transmitir energia. Que é o nosso fim. Então, não tem resistência. E é difícil conseguir um envolvimento maior, e trabalhar melhor essa questão, por uma limitação de tempo”.*

Além desses aspectos, outra questão surgiu durante a pesquisa de campo: a personalização dos projetos.

Quando estávamos coletando as informações sobre os projetos que eram desenvolvidos pela área de responsabilidade social, comumente recebíamos as seguintes orientações: “O projeto tal é do fulano, da área de patrocínio”; “O projeto tal, compõe o programa da pessoa tal, do departamento de meio ambiente e patrimônio”; “Este projeto é do ARI, mas quem cuida é a pessoa tal, não posso te dar maiores informações”. Essa característica reforça aspectos levantados anteriormente, sobre a falta de diálogo entre as áreas dentro da empresa e de um debate amplo entre suas áreas afins. Os projetos passam a ser pertencentes à determinada pessoa, surgindo, muitas vezes, de iniciativas individuais que caracterizam a própria trajetória profissional deste dentro da empresa.

#### 4.2.2 As características regionais na pauta de alguns de projetos

As características regionais também são dimensionadas nos projetos. Isso se torna bem evidente em alguns desenvolvidos principalmente pela Eletronorte, os quais ressaltam a temática da Amazônia e seu desenvolvimento através dos impactos da empresa.

Nesse sentido, o projeto “Unidades Produtivas Comunitárias para criação de Tambaqui em Tanques-Rede”, desenvolvido pela regional em Rondônia, tem sido bastante destacado nas publicações da empresa. Trata-se de um projeto de desenvolvimento comunitário, que procura atender 25 pescadores da bacia hidrográfica do Rio Candeias<sup>81</sup>. Esse projeto foi iniciado em novembro de 2003 e ainda não foi concluído.

Toda a estrutura do projeto foi montada pela empresa: uma instalação no curso do Rio Candeias, que compreende 28 tanques para comportar 900 tambaquis cada um. Os objetivos que são ressaltados no texto do projeto referem-se a “redução da pressão sobre os estoques pesqueiros, a produção de pescado com geração de empregos e a distribuição de renda, com a consequência da inclusão social e profissionalização do pescador como piscicultor profissional, além de integrar as ações de segurança alimentar”<sup>82</sup>. Um dos resultados previstos no texto é o “ecológico-ambiental, com a preservação dos recursos naturais, implicando a redução da pressão sobre os estoques pesqueiros, reduzindo o risco de possível extinção de espécies regionais”.

A empresa alinha em seu discurso a importância da região amazônica dentro de suas estratégias de atuação.

Durante a pesquisa de campo, verificou-se que o número de pescadores vinculados ao projeto não passavam de 10. Ao mesmo tempo, a instalação da estrutura do projeto mais parece uma extensão do espaço físico da empresa, conforme as fotos abaixo.

---

<sup>81</sup> Lembrando que o rio Candeias margeia o município de Candeias do Jamari, o qual também está localizado o reservatório da Usina Hidrelétrica de Samuel.

<sup>82</sup> Relatório Administrativo do Balanço Social bianual 2004/2005-Eletronorte. Pp. 85.



**Foto 1** Localização da estrutura física do Projeto Tanque-Rede no Rio Candeias do Jamari em Rondônia.



**Foto 2** Idem.

A posição dessas instalações, ao longo de um rio tipicamente da região amazônica, com a sede construída no formato das casas ribeirinhas, nas cores da empresa (azul,

branco e vermelho) e sua logo marca estampada na parede demonstra a valorização do pitoresco; do típico, em vez do genérico<sup>83</sup>.

Essas características, no que tange a nomeação dos projetos e suas características, não são tão evidenciadas nos projetos da Eletrosul. Essa diferença se dá, em parte, por termos nos concentrado em sua sede, não percorrendo suas regionais. Um outro argumento que incorporamos são as próprias diferenças institucionais entre esses programas, visto que, como já explicitamos, são heterogêneos em suas formatações.

Além das dimensões e estratégias ressaltadas acima, a entrada de outros atores e componentes também farão parte de um conjunto de práticas que se misturam no entendimento do que venha a ser um programa de responsabilidade social de tais empresas. Como exemplo, o surgimento de uma organização não governamental dentro de uma das empresas e a própria idéia de balanço social que se constrói no interior destes espaços.

#### 4.3 Uma *ong*, uma empresa; outras relações com a responsabilidade social

Um dado que se tornou muito interessante durante a pesquisa foi o encontro com uma organização não governamental formada por empregados da Eletrosul, e que funciona dentro das instalações da empresa.

A organização chamada Transmissão da Cidadania e do Saber foi fundada em 31 de outubro de 2001 por um grupo de empregados remanescentes do núcleo que havia sido criado em 1993 no marco das atividades da Ação de Cidadania contra a Miséria e a Fome e pela Vida, e de uma outra campanha realizada em 2001, o Programa de Transmissão Voluntária de Informática, também com a participação de empregados voluntários da Eletrosul<sup>84</sup>.

Sua sede está localizada na área física no andar térreo do Edifício Sede da Eletrosul, cedida por esta.

A colaboração da empresa com a *ong* se deu desde o empréstimo e doação de mobiliário, microcomputador com impressora, ramal telefônico, aparelho de fax, cadastro no Sistema Notes (linha direta com os empregados da Eletrosul) até a doação

---

<sup>83</sup> As expressões pitoresco e típico, referem-se ao aspecto simbólico que essas paisagens adquirem na construção de uma memória da própria empresa, que procura assumir uma identificação com o lugar o qual está situada através da valorização dos aspectos geográficos, étnicos e culturais que o caracterizam.

<sup>84</sup> Organização Não Governamental Transmissão da Cidadania e do Saber. Relatório de Gestão – Conselho Deliberativo Provisório out. / 2001 a out/2002.

de recursos financeiros angariados em campanhas realizadas tanto pela área de Responsabilidade Social, como por doações voluntárias dos empregados e outras atividades independentes. Os compromissos firmados pela organização<sup>85</sup> estão listados da seguinte forma:

- “ a) Envolver os empregados da Eletrosul na comunidade onde está inserida;
- b) Fomentar a solidariedade e o exercício da cidadania entre os empregados da Eletrosul;
- c) Promover o bem estar social;
- d) Ser criterioso e transparente na aplicação de recursos”.

A entrada de uma organização não governamental na empresa também incluiu um código na cláusula de “causa-ausência” nas normas da empresa: “Código 34 – Liberação para Trabalho Voluntário, no controle de frequência mediante requisição da Associação e autorização da gerencia de lotação do voluntário”.

Os projetos desenvolvidos desde sua fundação são trabalhos na área de informática (Saber Informática), cursos de pintura em tecido, cabeleireiros, manicure, curso de instalação elétrica residencial, Feira de Cidadania, entre outras campanhas como alfabetização, “natal solidário”, “páscoa solidária” e doações de cestas básicas, entre outras.

Seu “público-alvo” é considerado “as comunidades carentes dos locais de atuação da empresa” e sua estrutura administrativa está organizada dentro do padrão das *ongs* (assembléia geral, conselho diretor, conselho fiscal, secretaria executiva).

O trabalho voluntário é caracterizado pela contribuição financeira ou com serviços voluntários dos empregado associados. Atualmente, segundo informações dos seus colaboradores, a *ong* possui aproximadamente 400 associados, sendo 271 que realizam algum tipo de contribuição financeira. Qualquer pessoa pode se associar à *ong*. Basta preencher uma ficha cadastral e escolher como irá participar: com doação de recursos financeiro ou serviço voluntário, ou as duas possibilidades. As horas despendidas para este fim são abonadas pela empresa e o valor de contribuição financeira doada é mensalmente descontado em folha de pagamento. Esse sistema de desconto também foi criado por um funcionário.

---

<sup>85</sup> *Idem*, p 11.

Esses dados descritivos revelam aspectos norteadores para se pensar a relação de uma empresa governamental com uma entidade que, desde sua formação, tem uma trajetória imbricada ao próprio desenvolvimento da empresa. Ela se forma já num contexto de uma nova concepção sobre as relações público x privada, das campanhas de mobilização que possuem o discurso da solidariedade e participação e a idéia de cooperação entre sociedade e governo.

Além da complexidade decorrentes dessas alterações de parceiros, apresentam-se desafios resultantes de alterações na forma de organizar o trabalho. As hierarquias muito presentes no setor público estatal é substituída pelo discurso da parceria.

A articulação entre o “social e o produtivo” (RICO: 1999, p. 33) nos leva a olhar para as mudanças apontadas anteriormente não só no âmbito das políticas sociais mas nas próprias atividades econômicas.

Essa organização formalmente contempla muitas das características que também conformam as entidades do terceiro setor: sem fins lucrativos, voluntariado, projetos de atendimento às comunidades, etc. Porém, os recursos financeiros, a estrutura física e a mão de obra, mesmo que voluntária, vem de uma empresa governamental. Seria então ela tutelada pelo Estado?

Talvez seja reducionista enquadrar tal relação dentro da perspectiva de tutela.

Vieira (1999, p. 24) ajuda a compreender tal relação, denominando tal forma de administrar esses assuntos públicos de “terceiro setor organizacional”. Conforme o autor:

Ele é apenas terceiro setor do ponto de vista organizativo, ele não é uma propriedade. Por que não é uma propriedade? Porque os recursos públicos são recursos vindos de taxas e impostos, são recursos que vêm daquilo que chamamos de subsídios e, portanto, eles saem do tesouro e do orçamento da nação. Então não um terceiro setor não estatal, ele é um terceiro setor público organizacional, não uma propriedade nova que foi criada já que os subsídios são públicos, é o setor incentivado.

A entrada de uma entidade não governamental dentro da empresa parece completar um quadro de interlocuções e mediações fundamentais que constituem o campo da área social da empresa. Ao mesmo tempo, as relações entre trabalhadores e empresa se dão de forma ambígua, não permitindo nesse espaço debates contestatórios, reivindicações da classe trabalhadora e outras questões que já foram representadas em lutas históricas dos trabalhadores do setor via sindicato.

O espaço da *ong* configura-se como um espaço de prestação de serviços sociais públicos, dentro de uma empresa do setor de energia, e as relações sociais que vão se constituindo inscrevem-se nas modalidades de práticas assistenciais dentro dos moldes da solidariedade, voluntariado.

Mas o que representa uma organização não governamental formada por empregados dentro de uma empresa do setor de energia?

O convite reflexivo que esta análise propõe diz respeito à possibilidade de pensar os ciclos, não só de disputas, mas das representações e construções identitárias, os dissensos sobre posturas das empresas governamentais, os conflitos e mudanças presentes na própria trajetória de condução de ações sociais atreladas a políticas de energia nesse processo que se desenvolve, ainda que de forma relativamente incipiente.

Entremos na questão da potencialidade de alguns conflitos que foram ressaltados em alguns momentos das entrevistas, em relação à presença da *ong* dentro da empresa.

A relação entre empresa e trabalhador apresenta ambivalências no que tange a trajetória de ações sociais desenvolvidas por essa.

A seguir, o depoimento de um funcionário sobre as iniciativas que foram dando origem às práticas sociais dentro da empresa, e posteriormente a mobilização para a formação de uma organização, abre caminho para posteriores considerações:

*“Eu sofri bastante. Porque no início, houve discriminação. Os colegas não entendiam e a gerência também. E agora com essa gestão tem uma outra visão. Que quem faz uma ação voluntária, disponibiliza seu tempo, é porque está desocupado, na visão de muitos. Mas ninguém fica oito horas atrás de uma mesa ocupado. Tu para na hora do almoço. Tu tens o período de descanso. Cada empregado ocupa seu tempo como quer. Tem aqueles que acessam a internet, conversam, lêem. E eu prefiria estar usando esse meu tempo. Mas eu me sentia bandido. Tudo tinha que ser escondido (...) tu ficavas marcado pela gerência e pelos colegas. Só que esse meu trabalho, que a empresa não reconhecia, também era uma ação voluntária dos empregados. Só que quando eu estava nos morros, nas comunidades, era a Eletrosul que estava ali na cabeça deles. Era essa associação. Só que a Eletrosul não tinha esse trabalho nessa linha. Era uma ação. Só isso. No final de semana, eu ia trabalhar com eles... Mas por minha conta, nunca ganhei nada com isso. Começou né, nosso trabalho aqui. O que aconteceu? Esse pessoal começou a vir tudo atrás da gente. Começou a criar um problema aqui dentro com a minha gerência. Com os colegas, o telefone não parava de tocar, que era muita*

*gente procurando né. Procuravam por um apoio, uma informação, uma doação. Então tu imaginas: tu estás fazendo tua atividade e aí toda aquela comunidade que tu atendia, eu acho que eram mais de vinte líderes comunitários, num instante começavam a correr atrás de ti. Para fazerem contatos. Que às vezes um dizia assim “eu estou precisando de um computador”. Aí eu entrava em contato com o Banco do Brasil, Caixa Econômica. Então eu já tinha uma rede de colegas né, para fazer o contato. Então a gente acaba ficando ali. E todo mundo ficava procurando e isso virou um problema para mim. Daí o chefe começou a cobrar, os colegas começaram a cobrar e eu me senti um empregado-problema para a empresa. Até que a empresa começou a ganhar uns prêmios e começou a precisar divulgar uns trabalhos sociais, e ela não tinha. Aí ela foi lá verificar o que nós empregados tínhamos feito. E começou a divulgar todo aquele trabalhinho que nós vínhamos fazendo. Daí, quando ela começou a divulgar, ela começou a ganhar prêmios. (...) Daí nós resolvemos sentar e discutir. E a empresa resolveu me tirar da função que eu exercia e me trouxe para trabalhar na ong. Para executar os projetos. Então eu comecei a trabalhar na ong”.*

Em outra entrevista, de um funcionário que já trabalhou na ong, verificamos um posicionamento complementar:

*“A empresa em si, os funcionários em si, alguns compreendem bem o propósito da ong. Outros eles vivem, não sei, numa situação, numa vida... numa redoma, e eles não compreendem bem o que a organização faz. E não ajudam como deveriam ajudar. A nossa ong é composta por profissões muito diferentes da empresa. São funcionários, nem são diretores da empresa, são diretores da ong. São eleitos pelas próprias pessoas que contribuem com a ong. Seja por dinheiro, ou trabalho voluntário. São nossos associados, e esses associados são eleitores da ong. Quase ninguém quer fazer esse trabalho. É um trabalho muito complicado, que requer muita dedicação. E o retorno é algo intrínseco. É uma coisa de ver algo dar certo. Não tem retorno financeiro para isso. E eles não tem reconhecimento da empresa por fazer esse trabalho. É algo que eu percebo. Que parece que os colegas de trabalhos acham que eles estão matando o trabalho para fazer isso. Alguns. Acho que a grande maioria reconhece o trabalho. Mas tem gente que acha que o colega faz o social pra matar o trabalho. Não compreendem que além do trabalho deles, também tem que dar conta de outra coisa. Então tem dois aspectos. O lado bom, justamente por que a ong está dentro da*

*empresa, então eles tem tempo exclusivo, pode saber o que está acontecendo, mas tem o lado da incompreensão de gerentes, de funcionários. De não compreender o trabalho social que a ong desenvolve e essas pessoas fazem”.*

Novamente, verifica-se nos dois depoimentos que a idéia de desenvolver um trabalho voluntário de cunho social não foi tão bem recebida no interior da empresa logo quando estas começaram a ter maior visibilidade. Como consequência a própria aceitação de uma organização não governamental fica em questão.

Um dos aspectos ambíguos reside no processo de inversão de sentido dado pela empresa a essas iniciativas: o que antes era visto como “está matando o trabalho” ou a “marcação” no sentido negativo em cima de um empregado, torna-se funcional para a empresa à medida que esta passa a ser cobrada a instituir uma política de responsabilidade social e a desempenhar outras funções nesse âmbito. Ao mesmo tempo, os trabalhadores da *ong*, como voluntários, se vêem frente a uma relação de cobrança agora não só pelas comunidades as quais ela passa a se relacionar, mas pela própria empresa na expectativa de “resultados”. Conforme o primeiro depoimento, não era a *ong* que estava na comunidade: no imaginário das comunidades que recebiam tais atendimentos quem estava lá era a empresa. A referência passa a ser a empresa. Nesse sentido, a própria mensagem descrita no folder da *ong* torna-se ilustrativa dessa impressão.



Foto 3 Folder da Organização Não Governamental Transmissão da Cidadania e do Saber

Completando esse argumento, a observação de outro entrevistado é pertinente no processo dessas inversões de sentido:

*“Quando a comunidade ganha alguma coisa da ong, ou recebe algum curso, para eles, não foi a ong que proporcionou aquilo. Foi a Eletrosul”.*

O caráter instrumental presente num modelo de gestão de qualidade se estende a um espaço que pretensamente foi criado para ser autônomo, mas se transforma num novo departamento da empresa prestador de serviço. Nesse sentido, a própria condução da organização não governamental dentro da empresa assume grande complexidade.

Como exemplo, a extensão de projetos desenvolvidos na área de responsabilidade social, em co-responsabilidade com a *ong*, ao mesmo tempo, a dependência de recursos da empresa para sua própria sobrevivência.

Nesse sentido, Resende (1999, p.4) alerta para o choque entre a racionalidade instrumental e substantiva das empresas, financiadoras de atividades realizadas por *ongs*, com modelos gerenciais que tentam se guiar no cotidiano por critérios ligados à promoção social de suas ações.

Ao mesmo tempo, a iniciativa de trabalhadores mobilizados em torno de determinadas causas sociais traz um caráter não só de solidariedade e capacidade de organização, mas pode indicar possibilidades de caráter pedagógico para a empresa. Seria perverso, nas palavras de Martins (2002, p. 9), recusar ou deslegitimar a diversidade de inspirações e inquietações que surgem por parte dos que se angustiam com a realidade problemática que se apresenta no país.

#### **4.4 O Balanço Social x *Marketing* Social**

O tema do balanço social conforme é apresentado pelas empresas, está atrelado ao tema da responsabilidade social e a própria estratégia de *marketing* por parte dessas. São relatórios e publicações que seguem um padrão estético combinando imagens, textos enxutos sobre os projetos, dados quantitativos e a divulgação da marca da empresa.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, o balanço social <sup>86</sup>

*“é um demonstrativo publicado anualmente pela empresa reunindo um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade. É também um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa”.*

O conceito acima é o difundido dentro das empresas sobre a idéia de balanço social. Esse demonstrativo não segue os padrões de balanços administrativos financeiros que as empresas têm que apresentar no processo de prestação de contas. Ele adquire, bem como demonstrado na concepção de balanço social do IBASE, papel de um instrumento estratégico principalmente na divulgação da marca da empresa e de temas que vão caracterizando suas ações de responsabilidade social e ambiental.

---

<sup>86</sup> Informações diversas sobre o Balanço Social-Disponível em <http://www.balancosocial.org.br>. Acesso (?) 2005.

Geralmente são publicações elaboradas por empresas terceirizadas, especializadas em *marketing*, que agrupam uma série de informações coletadas junto às equipes responsáveis por tais áreas e montam um mosaico de imagens com o objetivo não só de divulgar as ações sociais das empresas mas de gerar uma percepção favorável em relação a estas. O produto final dessa composição, no aspecto demonstrativo, são encadernações impressas de alta qualidade gráfica, com conteúdos generalizados sobre os programas e a presença da marca das empresas em diferentes espaços da sociedade. Estas mensagens são portanto distribuídas em amplo público, além do mundo *on line*<sup>87</sup>, através dessas versões, circulando entre fornecedores, parceiros, clientes, usuários e comunidade em geral.

Sobre a idéia de marca, a jornalista canadense Naomi Klein (2004, p. 29) nos fornece pistas para uma concepção não necessariamente elaborada pelo *marketing* e não sendo sinônima de publicidade:

Embora o uso dessas palavras seja com freqüência intercambiável, marca e publicidade não representam o mesmo processo. A publicidade de qualquer produto é apenas uma parte do grande plano de *branding*, ou gestão da marca, assim como o patrocínio e o licenciamento do logotipo. Pense na marca como sentido essencial na corporação moderna, e na publicidade como um veículo utilizado para levar esse sentido ao mundo (...) A marca competitiva tornou-se uma necessidade da era da máquina – no contexto da uniformidade manufaturada, a diferença baseada na imagem tinha de ser fabricada junto com o produto. Assim, o papel da publicidade mudou, passando do fornecimento de informes sobre os produtos para a construção de uma imagem em torno de uma variedade identificada de um produto.

No caso das empresas de energia elétrica, o produto em questão não sofre uma concorrência no mercado como outras mercadorias. No caso da Eletrosul e Eletronorte, trata-se de duas empresas estatais. E aí está um ponto: a própria divulgação é parte da construção da imagem de um governo e de suas políticas governamentais.

Outra questão reside nos enfrentamentos entre empresa e sociedade, diante dos impactos de suas obras, há a necessidade de minimizá-los, não somente através de medidas compensatórias, mas numa estratégia que agrega valores positivos a sua imagem de empresa prestadora de serviço, comprometida com a garantia de direitos.

Além desses aspectos, os códigos de conduta corporativos vem se tornando cada vez mais exigentes no “cenário *business* moderno”. E a divulgação da marca, seja de uma corporação privada, seja de uma empresa governamental, é essencial nesse

---

<sup>87</sup> Aqui estamos nos referindo aos sites das empresas e as publicações disponíveis nestes, tais como as imagens que compõem as encadernações dos balanços sociais que são distribuídos.

processo. Sobre essas exigências, Naomi Klein<sup>88</sup> também faz um alerta sobre os padrões de ética empresarial e os respectivos códigos de conduta que “se tornam subproduto da militância baseada na marca”, geralmente com os Direitos Humanos como *slogan*.

Durante as entrevistas, o tema do balanço social surgiu muitas vezes relacionado ao *marketing* da empresa e mesmo na conceituação de responsabilidade social por parte de alguns entrevistados. A seguir, alguns trechos condensam aspectos sobre esses temas e como esses vêm sendo tratados no interior das empresas investigadas.

Um dos dirigentes entrevistados, em uma das estatais, fez o seguinte depoimento:

*“Muitas vezes a gente têm dificuldade de separar o que é, vamos dizer, o que é divulgação da empresa ou marketing da empresa do que é responsabilidade social. Porque mesmo num projeto que a gente esteja apoiando... um projeto estruturante, onde você está auxiliando uma comunidade e tal... ele também tem um pouco de divulgação da empresa”.*

Outros três depoimentos escolhidos entre os entrevistados, completam esse conjunto de idéias:

*“Por ser uma empresa estatal, por ser uma empresa que tem um produto, vamos dizer, que ela não precisa estar vendendo o seu produto para os seus clientes, mas é importante que ela esteja inserida nas comunidades que ela atua. E para isso ela tem que divulgar o seu nome, a sua marca... então, isso para mim, na minha cabeça, em alguns momentos se confunde. Claro que a gente tem alguns projetos,(...) que são nitidamente de responsabilidade social. E outros ficam um pouco, vamos dizer, nesse meio termo: é responsabilidade social ou é marketing da empresa? Mas a gente tem uma preocupação muito grande. Nós temos inclusive um relatório de balanço social”;*

*“Embora tenha a sua preocupação, a sua institucionalização oficial através dos institutos, o próprio programa de governo para o social, mas sempre tem o aspecto de marketing no meio. Pelo menos. Ou de marketing ou de valorização no mercado. E nunca a gente pode esquecer disso. Se eu sou um vendedor, eu tenho que valorizar meu*

---

<sup>88</sup> *Op.cit.* p. 457.

*comprador. Por quê? Porque ele é o retorno do meu trabalho, do meu objetivo, da minha meta”;*

*“O balanço final é o produto final do trabalho de responsabilidade social. Na verdade, é um corre-corre para elaborar esse relatório porque ainda não temos controle e avaliação sistematizada das ações. Mas o balanço é importante. É ali que vai dizer o que é a responsabilidade social da empresa”.*

Esse produto, conforme o depoimento anterior, tem sido responsável também pela criação de parte da memória do setor. O registro de imagens, descrições de projetos, declarações de dirigentes entre outros elementos que são considerados nos balanços sociais das empresas criam a idéia de uma trajetória comprometida com o social e “eficiente” na prestação de mais um serviço, não só de distribuição de energia.

Nesse sentido, a foto a seguir, da capa do balanço social da Eletrosul ilustra os argumentos que desenvolvidos nessa seção:



Foto 4 Capa do Balanço Social da Eletrosul 2004/2005

Não vamos fazer uma análise detalhada da foto, ao mesmo tempo, não se trata de lançar brutalmente uma imagem de maneira simplificada.

Interessa neste momento, através da articulação imagem e contexto, demonstrar como a construção desses balanços pode representar para a empresa bem mais que uma política de *marketing*, é a tentativa de representar a si própria nesse processo histórico; de compor parte de sua memória <sup>89</sup>. De fato, a riqueza visual pode encantar a sociedade, e os próprios atores presentes no cotidiano das empresas, que rapidamente podem ser levados à convencer-se de um passado e de uma trajetória consolidada com vocação para o “social”.

<sup>89</sup> Aqui utilizamos a idéia de memória em Schlegel (1997) o qual a apresenta como um sistema de fragmentos – fragmentário na forma e na matéria - ao mesmo tempo subjetivo e objetivo. Subjetivo porque representam a escolha e seleção do que lembrar, recortar, fixar o olhar – e, em sua composição configurarem um painel de temas, no caso exposto, o da trajetória da responsabilidade social no setor.

#### 4.5 As representações da responsabilidade social entre parênteses

Durante o processo de investigação nas empresas, aos poucos foram sendo identificadas outras questões que permeiam a concepção da responsabilidade social no cotidiano das práticas desenvolvidas em tais programas.

Um aspecto que chamou a atenção foi a dificuldade de distinção, por parte de muitos entrevistados, dos limites, dos contornos de um projeto de responsabilidade social.

Dois fatores se sobressaem: por um lado observamos uma indefinição quanto a diferentes representações às quais ela pode estar filiada, se ela é sinônimo de uma ação e discurso filantrópicos ou se ela constitui uma nova maneira de prestação de serviços<sup>90</sup>, que além do compromisso com a utilidade dos mesmos, envolvem valores relacionados à solidariedade justiça e qualidade; por outro lado, estas indefinições se manifestam na própria fragmentação setorial ao interior das empresas. Neste último aspecto cabe lembrar que recentemente criam-se ao interior dessas estatais, setores específicos comprometidos em desenvolverem as políticas de responsabilidade social. Isso, em instâncias que já existem outros departamentos; como patrocínio, patrimônio e meio ambiente, entre outros, que por força das suas prerrogativas técnicas já possuem um histórico de envolvimento com estas demandas. Apesar de que neste último caso, aquilo que hoje é chamado de responsabilidade social tentava se legitimar em disputas acirradas com versões exclusivamente tecnicistas ao interior das estatais do setor elétrico brasileiro<sup>91</sup>.

A idéia de representações que utilizamos aqui é inspirada na explicação de Yazbeck (2003:p.74):

Para explicar idéias e representações, partimos do pressuposto de que há uma relação entre as estruturas da sociedade e os modos de pensamento. Isso significa que o pensamento se constrói a partir de circunstâncias objetivamente constituídas que são o fundamento das representações subjetivas dos agentes. Representações que devem ser consideradas enquanto expressão de um sentido e de uma ordem social.

---

<sup>90</sup> Sobre a noção de “relação de serviço” remetermos posteriormente às reflexões de Zarifian (2001).

<sup>91</sup> Para esta discussão remetemos a obra de Gomes (2002).

Através deste conceito, podemos justificar, portanto, que a indefinição de percepções sobre o tema reflete a própria indefinição institucional sobre a responsabilidade social. Reiteramos assim a idéia de que essas ações e discursos ainda estão em construção.

Entre os depoimentos que não distinguem entre filantropia e responsabilidade social, selecionamos alguns breves trechos a seguir:

*“Então agora eu faço serviço social?”*

*“(...) ainda não sei bem o que estou fazendo dentro da empresa. Se só ajudo quem precisa, ou se é um projeto mais estruturado, técnico”.*

Para referendar as representações de informantes que externam inquietação com esse tema da responsabilidade social separado da sua história dentro da empresa e suas ações cotidianas enquanto técnicos, selecionamos alguns eloqüentes fragmentos das narrativas coletadas.

*“Em 1981 nós tínhamos uma mobilização muito grande de profissionais, cientistas e técnicos para trabalhar em obras que requeriam não só uma logística enorme, mas estudos e análises anteriores ao processo de construção. Eu falo principalmente na parte ambiental, claro, porque começou primeiro. Mas nós tínhamos que lidar com o deslocamento de populações, com falta de infraestrutura para abrigar toda essa gente que vinha trabalhar nas construções das usinas, principalmente de regiões como a nossa, o Norte. Imagina fazer uma obra no meio da Amazônia. (...) Eu já cheguei ter quase uma equipe inteira doente de malária por exemplo, e ter que tratar de várias questões e cuidados em relação aos nossos trabalhadores, e tudo isso em situações muito difíceis. (...) Também criamos postos de saúde, às vezes cidades, com posto de saúde, escola (...) para dar condições às pessoas que vinham trabalhar com a gente, e também as pessoas que moravam próximas. Foram projetos nossos. (...) Para mim, já era um baita trabalho social, com muito mais consistência. Hoje, grande parte do pessoal que já tinha experiência, tinha uma história na empresa de saber lidar com questões ambientais, e mesmo sociais, foram mandadas embora”.*

Sobre as dúvidas em relação à uma nova conjugação na prestação de serviço, o depoimento de um entrevistado de uma área diferente da responsabilidade social destaca:

*“Tenho dificuldade de distinguir um projeto de responsabilidade social, de um projeto de patrocínio. Também, às vezes não sei se um projeto voluntário poderia ser enquadrado dentro da responsabilidade social” ;*

Em outra entrevista:

*“(...) acho tudo muito parecido. Parece que só muda de nome. Uma hora é doação, outra hora voluntariado, depois é empresa cidadã, agora responsabilidade social. (...) Quando chega um projeto para análise, às vezes não sei se passo para a parte de patrocínio, ou para apoio cultural. Ficou tudo debaixo da responsabilidade social. Dá uma confusão e o próprio serviço fica comprometido”;*

No que tange dúvidas sobre o caráter obrigatório, assim como as relações com as demandas governamentais, o trecho de outra entrevista é ilustrativo:

*“Têm projetos que a gente tem que fazer, que chegam lá de cima, e não podemos nem dizer que não. Esses, se misturam com os que as comunidades nos trazem. O que acontece: temos que priorizar esses projetos maiores, porque a cobrança também é maior, e às vezes aquele projetinho da comunidade fica ali meses. A gente daí não sabe se o projeto que tem que priorizar é o de responsabilidade social, ou o do governo”.*

As representações acerca da responsabilidade social entre os narradores desta pesquisa expressam as ambigüidades e contradições que permeiam esse campo. São apreensões diversas que, em sua multiplicidade de aspectos, muitas vezes formam um todo de difícil compreensão. As conseqüências disso, não só se manifestam no caráter fragmentário presente nas indefinições e dúvidas que são apresentadas, mas num movimento que caminha para o apagamento da memória do próprio setor, frente às mudanças que foram penetrando em sua história. A saída abrupta de muitos trabalhadores; seus conhecimentos e trajetórias, e a imposição de novas práticas, nem sempre debatidas coletivamente no interior dessas empresas, vai demarcando com

ambigüidades e contradições o processo de institucionalização de um programa como o da responsabilidade social

## 5. NOTÍCIAS, CRÔNICAS E IMAGENS

Desenvolvemos anteriormente questões que consideramos pertinentes durante a pesquisa empírica. À medida que a investigação se articulava com o conjunto de dados coletados, outros elementos chamaram nossa atenção.

Tratam-se de crônicas e notícias jornalísticas, assim como novos relatos, imagens e acontecimentos que foram surgindo na pauta de debates e reflexões na sociedade em geral.

São discussões que a princípio parecem fragmentadas, mas que estão circulando nos mesmos ambientes de formação das políticas de responsabilidade social no setor de energia elétrica, assim como no debate de políticas governamentais voltadas ao crescimento econômico do país e o tratamento de problemas sociais.

Dessa forma, fazemos um convite ao exercício de uma leitura mais difusa sobre algumas notícias, crônicas e imagens que foram capturadas durante o percurso de nossa pesquisa. Trata-se de um desafio suscitado pela utilização desse material tanto quanto instrumento quanto como produto de pesquisa <sup>92</sup>. Barreto (1956) considerava que “quando queremos ler um jornal com cuidado, fazemos descobertas portentosas”.

Longe de arquitetar um relato cronológico e linear dos acontecimentos, a intenção foi recolher alguns debates que no nosso entendimento tornam-se significativos para o conjunto de análises sobre os diversos aspectos que compõem o tema da responsabilidade social no setor elétrico de energia.

Tendo em vista essa argumentação, apresentamos criticamente o cruzamento das questões analisadas com a linguagem selecionada.

### 5.1 AS NOTÍCIAS QUE CHEGAM

Notícias sobre construções de novos empreendimentos do setor de energia elétrica, não só das empresas investigadas, mas de outras concessionárias da Eletrobrás surgiram em muitos momentos durante a pesquisa de campo. Essa discussão aparecia em meio a questionamentos e conflitos sobre temas como as dúvidas sobre a viabilidade

---

<sup>92</sup> É um desafio humilde, porém não menos comprometido em associar outras interlocuções no processo de análise. Nossa inspiração, além do conjunto de informações em si, se apóia em discussões expostas na obra de Bianco e Leite (1998) “Desafios da Imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas Ciências Sociais”.

técnica, os impactos diversos dessas obras e a reação da sociedade civil diante de novos conflitos.

Paralelo a esses debates, notícias identificadas em diversos jornais de grande circulação nacional assim como informes eletrônicos do governo federal atrelavam o tema dos novos empreendimentos do setor ao projeto político de desenvolvimento econômico do país<sup>93</sup>. A construção de novos empreendimentos hidrelétricos virou inclusive tema de campanha eleitoral para a presidência da república em 2006<sup>94</sup>. E aqui lembramos do discurso do Presidente Lula, quando confirmada sua reeleição, apresentado nos principais meios de comunicação do país. Lula destacou, já nos primeiros minutos do seu discurso, a construção de dois grandes empreendimentos hidrelétricos na região Amazônica.

Trata-se de um complexo hidroelétrico na calha do Rio Madeira – Porto Velho/RO, chamado “complexo do Madeira”, projetado pelo consórcio FURNAS/Odebrecht, com o objetivo de efetivar dois barramentos para a produção energética a partir da cachoeira do Jirau e Santo Antônio – RO<sup>95</sup>.

Os primeiros estudos de impactos publicados em relação a esse empreendimento trazem diversas considerações sobre as afetações climáticas, geográficas, sócio-culturais, impactos na fauna e flora da região, questões de inviabilidades técnicas, entre outras problemáticas ressaltadas nestes documentos<sup>96</sup>. Diversos movimentos sociais, tais como o MAB, e diversas organizações não governamentais têm travado profundas discussões e debates públicos sobre tais conseqüências.

Por outro lado, o governo federal anuncia no início do seu segundo mandato, um “Programa de aceleração do crescimento”, chamado de PAC, que, entre tantas premissas, estão o investimento em “grandes projetos de infraestrutura”. O processo de expansão de oferta de eletricidade e a condução da política energética são noticiados como pontos estratégicos para o desenvolvimento econômico proposto em tal programa.

---

<sup>93</sup> Durante toda a pesquisa, tivemos acesso a diversos *sites* e informes eletrônicos especializados em divulgar notícias do setor e de políticas governamentais voltadas para este. (vide bibliografia).

<sup>94</sup> O *site* <http://noticiasocioambiental.org>, noticiava no dia 10 de outubro de 2006 alguns temas discutidos no primeiro debate televisivo entre os candidatos Luis Inácio Lula da Silva (PT) e Geraldo Alckmin (PSDB). Os candidatos, seguinte a notícia em destaque, apresentaram referência aos polêmicos projetos de construção de hidrelétricas na região amazônica.

<sup>95</sup> Detalhes mais técnicos dessa obra podem ser analisados a partir do trabalho de Cabral (2005). Aqui não vamos priorizar esses detalhes, mas os impactos e discussões que este vem gerando.

<sup>96</sup> Estes relatórios estão disponíveis integralmente no site do Ministério Público de Rondônia. Disponível em <http://www.mp.ro.gov.br>. Acesso em 27 de setembro de 2006.

Essas breves questões suscitam, no nosso entendimento, problemáticas que estão circunscritas na “encruzilhada do desenvolvimento” (SIMÕES: 2006).

No caso aqui exposto, a idéia de progresso associada à expansão da oferta de eletricidade (idéia de longa data) se confronta novamente com os direitos de povos e comunidades que ficam à margem da construção de um processo democrático de elaboração de propostas políticas para o país.

Hernandez (2006), em seu estudo sobre a relação entre a sociedade e a geração hidrelétrica, fala das controvérsias e ausências no processo político decisório de temas como este. O autor usa a expressão “aqueles que vivem nas margens; às margens da decisão”.

Esses casos não só se aplicam aos empreendimentos hidrelétricos, mas como já ressaltado, na instalação de linhas de transmissão e outras obras desse porte, que afetam diretamente a população que vive nos locais nos quais ocorrem tais instalações.

Ainda de acordo com Hernandez, este questiona quem faz a pauta daquilo que se discute quando o assunto é a expansão de energia, elaborando a seguinte conclusão:

Uma série de evidências nos leva a concluir que a pauta sobre o que se discute, em termos de políticas da expansão da oferta de eletricidade é estabelecida a partir de duas vertentes que se misturam: uma delas, o interesse de grandes empresas que têm como meta econômica construir obras, transmitir, gerar, distribuir e comercializar energia elétrica. A presença de lobbies é algo real no mundo capitalista, faz parte da história da eletrificação brasileira. Outra vertente diz respeito a uma pauta criada pelas próprias empresas e agentes estatais que dominando dados e informações, se agarram ao discurso de que crescer e desenvolver a economia é sinônimo de gerar mais energia elétrica. (...) A lista de aproveitamentos hidrelétricos novos e futuros é fruto da ação destas vertentes associado a uma outra, que entende que a oferta de eletricidade está associada à conquista de poder político eleitoral.

Percebe-se então, orientações políticas heterogêneas dentro de uma formação governamental, as quais se manifestam opositoras umas às outras: como combinar políticas de responsabilidade social com a imposição de projetos políticos que geram sérias problemáticas econômicas, sociais, culturais e ambientais, entre tantas outras questões que se apresentam num país de grandes diversidades e contrastes?

A seguir, tentaremos dar seqüência a essa discussão alinhada a outras notícias e relatos que somam com nossas reflexões.

## 5.2 O QUÊ NÃO ENTRA NO BALANÇO SOCIAL

Uma das perguntas realizadas durante as entrevistas foi “O quê não entra num balanço social?”. Os depoimentos, somados às notícias, informes e crônicas que recebíamos avolumaram o conjunto de indefinições e ambivalências presentes no processo de responsabilidade social no setor.

Aqui selecionamos uma notícia que, tanto pelas imagens como pelo conteúdo, nos revelou pertinente para compor nossos *olhares* sobre o que não é publicizado num balanço social das empresas.

Trata-se de uma notícia impressa na Revista Carta Capital, da edição de 14 de fevereiro de 2007, como o título “*POLTERGEIST EM RONDÔNIA*” estampado na capa.

O conteúdo da matéria destaca os impactos da barragem da usina hidrelétrica de Samuel para a população de Itapuã do Oeste, município próximo dessa usina. De acordo com a revista, a barragem da usina elevou o lençol freático que corre embaixo de Itapuã. Durante o período de “inverno” (Período de novembro a abril, aproximadamente, com chuvas torrenciais que aumentam o volume dos rios e lagos). Isso tem gerado diversos fenômenos, tais como o apresentado no trecho de uma das crônicas da matéria:

*“uma água borbulhante brota do chão, inunda ruas e interdita estradas, os caixões bóiam nas covas, como se os mortos se recusassem a ser enterrados, e não raro os defuntos teimam em voltar à superfície e ao enterro dos vivos”* (p. 8).

Segundo relatos dos moradores, identificados na matéria, “é impossível enterrar alguém nessas condições”. Além do fenômeno do cemitério, outro problema relatado se referiu sobre as consequências da contaminação do lençol freático que abastece a maioria da população. Os casos de malária, segundo as informações descritas, saltam de 300 para 2 mil nesse período, assim como “o alagamento provocado pela represa acabou com o potencial turístico – havia praias à beira do rio, bastante populares na Região Norte”.

Conforme se verifica nas fotos selecionadas abaixo, essa notícia em nada se aproxima das narrativas dispostas nos balanços sociais estudados:



Foto 5 1Capa da Revista Carta Capital – edição de 14 de fevereiro de 2007.



**POLTERGEIST**  
Durante o "inverno",  
enterros em Itapuã,  
a 100 km da capital,  
só com muito  
empenho e força



Especial

transformá-la em bola de futebol. O reenterro foi providenciado. Mas uma nova tempestade castigou a cidade na madrugada. Ao amanhecer, a mesma cabeça estava na mesma praça onde havia sido achada.

Apocalipse? Sinal dos tempos? Não. Investigação conduzida pelas autoridades do município desvendou o fenômeno: enterrado em cova rasa, o corpo, em decomposição, subia ao chão após os temporais. A cabeça era recolhida por cães que perambulavam nas imediações do cemitério e abandonada na praça central. Verdade ou lenda, a história atormenta alguns moradores. "Acreditar, eu não acredito. Mas que dá arrepio só de pensar, isso dá", diz o agricultor Anderson Souza. Ele prefere caminhos alternativos a passar nas imediações da praça. Se for impossível evitar o trajeto, Souza faz o sinal-da-cruz, fecha os olhos e pedala firme a bicicleta.

**Há uma explicação** para o cenário de terror vivido em Itapuã do Oeste e ela nada tem a ver com forças sobrenaturais. O drama que assola os habitantes começou duas décadas atrás e tem piorado ano a ano. Em 1989, entrou em operação a usina hidrelétrica de Samuel, erguida para abastecer de energia os estados de Rondônia e Acre. A obra inundou 645 quilômetros quadrados de terras às margens do rio Jamari e provocou um efeito ambiental típico de barragens, a elevação do lençol freático, o reservatório de água logo abaixo da superfície.

A usina foi fundamental para a expansão econômica da região, mas hoje não atende nem às necessidades de Porto Velho, de 400 mil habitantes. A maior parte da eletricidade que abastece Rondônia

Foto 6 Foto referente à matéria em destaque, p. 9.

Selecionamos essa matéria, pois ela nos remete aos impactos de grandes obras nas diversas regiões do país. Não só os custos para o meio ambiente, mas os reflexos desses empreendimentos na vida social, econômica e cultural da população que é diretamente

atingida. E esse foi um dos temas que surgiram em muitos momentos das entrevistas, sobre “o quê não entra num balanço social”.

Cruzando tal notícia, como um exemplo de aspectos que não são considerados num balanço social, com alguns trechos selecionados nas entrevistas, a possibilidade de mensurar essas ausências num processo de responsabilidade social torna-se mais abrangente.

A seguir, apresentaremos alguns depoimentos sobre aspectos que, segundo os entrevistados de ambas as empresas, deveriam ser considerados num balanço social:

*“O quê não entra num balanço social? Eu penso que balanço é avaliação, tanto sobre os aspectos positivos como em relação aquilo que acabou não acontecendo por diferentes fatores. Seja porque o prazo expirou, ou acabou o recurso, ou a comunidade não participou das atividades, falta de equipe, enfim, muitos dilemas aparecem no dia a dia desses projetos. Mas não são considerados dentro de uma avaliação mais estruturada. Eu quero dizer, uma avaliação realmente comprometida com a continuidade das ações, com a efetividade daquilo que foi escrito lá no projeto, quando o cara faz e diz que quer que aconteça tal e tal coisa, os resultados assim assado. A gente gasta uma nota para fazer esse balanço, que é feito dentro dos moldes do Instituto Ethos, fica tudo bonitinho. Muitas imagens são produzidas, nem são as tiradas pelo programa e pronto: tá feito aquele livro que vai ser mandado para empresa tal, para as Revistas que dão prêmios, e nem sei por quais outros lugares que circula”;*

Em outro depoimento, constamos uma percepção similar:

*“Nós tínhamos tudo, a Eletronorte podia dar um banho na área ambiental. Até que terminou a primeira fase do empreendimento, a empresa passou por um período difícil, e o que ela fez: inutilizou o pessoal da área ambiental, o pessoal que deveria continuar na parte de monitoramento. E praticamente a área ambiental foi reduzida; os compromissos ambientais ficaram de lado. Os que deveriam estar cumpridos, principalmente na parte da legislação. A empresa pecou terrivelmente na parte ambiental, e trouxe pessoas para não perder o emprego, quando a empresa estava enxugando, porque a Eletronorte ia ser privatizada. A empresa foi enxugando, porque realmente tinha gente demais para não fazer nada. Só que o que ela fez: é igual a um balão, quando precisa pegar altitude você precisa cortar um laço dele. A Eletronorte*

*para continuar subindo foi cortando o pessoal, só que da área ambiental. Então, a área ambiental, pagou caro por isso. A empresa teve a estrutura seriamente comprometida na área ambiental. Tanto que agora, ela está querendo aquele gigantesco empreendimento em Altamira, que é a Belo Monte<sup>97</sup>. Que é a maior que essa daqui. Mas a Eletronorte não tem hoje moral. Porque ela chutou a traseira do pessoal da área ambiental, desativou a área ambiental. Deixou de cumprir compromissos para ter um programa cosmético. Tem lá o cara que vai fazer um programa de educação ambiental; aí vai fazer uma exposição de pássaros virtuais<sup>98</sup>. Muito bonita, mas gasta uma nota preta... aí o pássaro canta, você vê a fotografia do pássaro... , eu acho isso maravilhoso. Agora, as unidades de conservação de responsabilidade da empresa, a empresa não está atuando lá, não está fiscalizando, não está monitorando. A área está sendo depredada, enquanto isso, os pássaros vão muito bem, obrigado. Os pássaros virtuais sendo exibidos aí. Então, esse tipo de atitude me enoja. Eu pessoalmente fico indignado de ver essas demonstrações. Semana de meio ambiente, todo mundo lá, vai bater continência. Vai fazer um belo discurso lá na escolinha. “que bonito”. Vai fazer uma palestra na escolinha. “que beleza, eu fico sensibilizado...”. Uma pena que não esteja fazendo, na área ambiental que deveria estar sendo feito. Com raríssimas exceções, um monitoramento... mas aquilo que deveria. Então, essas coisas são cosméticas. Aquilo não é um relatório social”.*

Dando continuidade a essa perspectiva crítica, outro funcionário destaca:

*“Balanço social não é isso. Balanço social deveria dizer o que acontece e o que deveria melhorar. Eu acho que ainda é um processo muito maquiado. A gente sabe uma instituição não vai deixar sair as coisas ruins que acontecem (...) . Não entra a falta de reconhecimento de muitos colegas em relação a quem faz trabalho social. Por exemplo, não entra num balanço social que os jovens que vêm participar dos projetos do Primeiro Emprego, não sabem interpretar um texto do projeto que ele faz, tem o problema da educação, tem dificuldades (...) às vezes estão dez anos sem estudar, é muito complicado (...) A falta de uma rede apoio para ele voltar a estudar, o problema da saúde, porque a gente não tem como pagar a parte médica para ele ser atendido*

<sup>97</sup> O projeto da UHE de Belo Monte em Altamira, ainda não teve suas obras iniciadas por diversas paralisações advindas de liminares da justiça em virtude de seus impactos sociais e ambientais na região do rio Xingu, oeste do estado do Pará.

<sup>98</sup> O entrevistado se refere a campanha “Brasil 500 pássaros”.

*(...). Então, tem muita coisa que ninguém sabe o que acontece aqui dentro, não é publicado”.*

As diferenças de enfoques nos trechos acima, se devem às áreas de atuação de cada entrevistado.

Muitas outras considerações foram relatadas, porém, em alguns momentos não nos foi autorizado a gravação e conseqüentemente a divulgação de opiniões divergentes sobre a publicação de um balanço social nas empresas. Assim, apontamos os principais pontos que foram observados pelos entrevistados:

- Não entram num balanço social as considerações, opiniões e avaliações das comunidades atendidas pelos projetos;

- Não entra num balanço social uma avaliação qualitativa das ações;

- Não entram num balanço social os conflitos muito presentes nas áreas de atuação das empresas (os empreendimentos principalmente), nas quais ocorrem muitas das ações de responsabilidade social;

- Não entra num balanço social crítica ao governo;

- Não entram num balanço social as dificuldades enfrentadas pelas equipes que trabalham nos projetos em relação às demandas advindas de um histórico de problemas e ausências nas políticas sociais brasileiras (A maioria das pessoas que são consideradas como beneficiárias dos projetos possuem problemas de saúde, analfabetismo, falta de moradia, desemprego, entre outras carências que não conseguem ser supridas por tais programas).

Esses pontos, no nosso entendimento, já são suficientes para desafiar à uma reflexão profunda em torno do modelo de um programa social sugerido pela composição governo, setor de energia e as empresas.

Quando se pensa na possibilidade de constituição de um espaço público de avaliação de políticas públicas e sociais, de discussões dos temas ligados à questão social, não se deve deixar de pensar no papel que movimentos sociais, sindicatos, organizações não governamentais que possuem trajetórias de militância, comunidades organizadas podem desempenhar numa nova proposta de intervenção social. Estes não são considerados num processo de avaliação de um programa de responsabilidade social, conseqüentemente, suas questões não são descritas num balanço social.

O que os relatos, notícias e debates acadêmicos vêm apontando é mais um conjunto de ausências e deficiências que se fazem presente no trato de problemáticas tão delicadas no Brasil. Pois um programa de responsabilidade social, seus balanços sociais, não dizem respeito somente à vida do setor de energia elétrica, mas inserem-se num conjunto de atendimentos sociais disponibilizados para a sociedade.

As imagens de uma notícia, os relatos discordantes e os fenômenos apresentados se colocam frente a frente com o constructo de um balanço social. Se pensássemos numa nova imagem para representar esse embate, teríamos uma ilustração com fragmentos de imagens disassociadas, que não se combinam e se contradizem.

## 6. CONCLUSÕES

Procuramos neste trabalho identificar e compreender aspectos sobre o fenômeno da responsabilidade social que não são elaborados na literatura das ciências administrativas, nem tão pouco publicados em balanços sociais e em manuais de institutos e fundações empresariais.

Nessa trajetória de pesquisa, sua aplicação em duas unidades do setor de energia elétrica, alinhada a depoimentos, leituras diversas da teoria social, imagens e questionamentos, possibilitou averiguar as contraposições entre discursos e práticas presentes num projeto que se quer fazer democrático e justo. Porém, a variedade de oposições ambíguas que contornam um processo de institucionalização de um programa de responsabilidade social no setor elétrico brasileiro, a coloca num terreno de disputas e conflitos que dizem respeito às lutas pelas garantias de direitos, à construção de políticas sociais universalizantes e ao complexo desenvolvimento econômico e social do país.

A importância das questões postas neste texto funda-se na necessidade de uma apreensão mais consistente dos processos históricos que se desenrolam no avanço da produção e organização social capitalistas, que sempre vem acompanhado de questões sociais complexas e intensas.

Neste trabalho não defendemos a responsabilidade social e suas configurações como mecanismos de solução de tais questões. Mais um motivo para investigar como esse tipo de proposta vem sendo articulado em diversos espaços públicos. Não se pode ignorar que o tema da responsabilidade social, principalmente exercido dentro de empresas vitrines do Estado, geram compromissos, e conseqüentemente, geram expectativas em relação às comunidades e às pessoas que estão envolvidas diretamente no fronte de tais trabalhos. Expectativas essas que remetem a uma idéia, mesmo que ela seja utópica, de que a responsabilidade social pode representar uma medida de possibilidades, constituindo um horizonte de soluções para problemas e desigualdades sociais.

É comprometedor afirmar que a responsabilidade social irá contribuir para diminuir tais problemas quando a pesquisa proporcionou constatar profundas fragilidades no processo de institucionalização de tais programas e no pouco alcance de seus objetivos.

Nesta conclusão final faz-se um esboço de limites e obstáculos que foram apontados durante a pesquisa de campo e nas narrativas apresentadas. O resgate de tais experiências e representações sobre o tema da responsabilidade social permite, não apenas entender seu processo de institucionalização e os aspectos que o conformam em serviços pretensamente sócio-assistenciais, mas sobretudo alimentam um conjunto de discussões e análises ainda por serem elaboradas, as quais não encerramos nessa pesquisa.

Ficou explícito nas informações obtidas durante o processo investigativo, a precarização nas relações de trabalho nas áreas de responsabilidade social e na elaboração dos projetos que são publicizados. Isso caracteriza um espaço que está se definindo, e não tem como avaliar ainda se este é transitório dentro das empresas.

Também ficou bastante evidente que as ações se desenvolvem por meio de projetos específicos, estes sendo nomeados através de formas genéricas, na tentativa de demonstrar efetividade e alcance social desses programas. No entanto, estes se mostraram geralmente restritos a determinados locais e sem a presença de uma equipe especializada para trabalhar inúmeras questões como educação, cultura, meio ambiente, trabalho, direitos humanos, entre outras. Ao mesmo tempo, a ausência de um debate público amplo compromete ainda mais uma política que se coloca como prestadora de serviço social.

Conforme já salientado no capítulo anterior, sobre as ambigüidades entre discurso e prática, e mesmo em termos de significados que são atribuídos à responsabilidade social, utilizamos a idéia de produção de serviço público elaborada por Zarifian (2001, p. 116).

Zarifian (2001) articula os componentes da gestão concreta das empresas em regime capitalista que conformam um conceito de serviço público, propondo uma definição sociológica de tipo ideal de “valor de serviço”. Através deste constructo, o autor identifica as dimensões fundamentais para uma avaliação qualificada de uma relação de serviço: avaliação de utilidade, avaliação de justiça, avaliação de solidariedade, e avaliação de estética (2001, p. 102). As três últimas parecem apropriadas para o encaixe do tema da responsabilidade social visto, conforme nos relatos descritos ao longo do trabalho, como “um item” num programa de qualidade na oferta de serviços, no caso, no serviço de distribuição de energia. Caracterizaremos esses aspectos descritos pelo autor na intenção de demonstrar as diferenças entre a

prática e discurso, ao mesmo tempo, entre um “item de qualidade” e uma efetiva política social.

Sobre a avaliação de justiça, o autor (2001, p. 108) destaca que:

O serviço público “à maneira francesa” gaba-se de pôr em prática o princípio da igualdade de acesso aos serviços para todos: serviços de saúde, de educação, de oferta de telefone, de fornecimento de eletricidade, de distribuição de correspondência e mesmo de acesso à informática e à cultura, etc. (...) Dir-se-á que todos devem ter acesso a um atendimento de saúde de qualidade. Trata-se de uma questão de justiça, que é essencialmente produto do desenvolvimento da cidadania. Essa avaliação de justiça é expressa, frequentemente, em termos de direitos (...).

Sobre a concepção de acesso a direitos, expressos nas falas dos atores envolvidos e nos textos dos projetos dos programas de responsabilidade social, esses estão juridicamente definidos, mas adquirem uma certa concepção de bem comum, dentro de uma ordem moral, de que todo cidadão o deve usufruir (bem comum) (Zarifian: 2001, p. 108).

No plano da avaliação de solidariedade, ainda segundo o mesmo autor, esta é provocada cada vez que se colocam problemas relativos à integração social, à qualidade de vida coletiva, cada vez também que se manifestam exigências de cooperação, de ajuda mútua, na atividade profissional ou na vida social como um todo.

Nesse caso, o exemplo da *ong* na Eletrosul nos parece pertinente pelo significado que os trabalhadores envolvidos tiveram na promoção de debates contra a exclusão, pobreza, inserção social, na elaboração de um serviço que adquire um sentido preciso para a empresa: o valor de solidariedade (ético).

Por último, a avaliação estética se exerce, de acordo com Zarifian (2001, p. 116), na tessitura dos afetos, das emoções e as mudanças que ela provoca são “rearranjos emocionais e éticos que dependem da intensidade com que uma obra toca a pessoa”:

A avaliação estética é um misto de avaliação de beleza e de avaliação ética, um misto do belo e do bom. Esses rearranjos no universo pessoal, subjetivo, de uma pessoa estão, ao mesmo tempo, associados às formas subjetivas de apreço, que permitem um entendimento em torno dos critérios do belo e do bom (...). A estética não está no produto. Ela está no resultado que este produto gera, resultado que existe graças a uma hermenêutica da linguagem da beleza, empregada em um espaço subjetivo(...) é deixar correr um tanto de emoção compartilhada, não como pura empatia, mas como modo de participar de uma comunidade de

expressão e de interpretação das coisas que nos toca e nos une ao mesmo tempo.

A forma de prestação de serviço descrita acima, envolvendo tal avaliação, parece caracterizar bem a divulgação de um balanço social por parte das empresas.

Nessa interpretação, o conjunto de imagens e descrições positivas sobre as ações descritas em tal documento, tanto as sociais como as de oferta de energia, remete aos destinatários de tais serviços sensações de “êxito, vida boa e feliz, como uma questão ética” (Zarifian: 2001, p. 118).

A elaboração teórica do autor recém citado nos traz uma contribuição na avaliação dos serviços, na medida em que ela propicia perceber outros valores associados a uma produção de serviço, não somente restritos a sua utilidade para o mercado. Tendo esses indicadores de avaliação como medida nós podemos dialogar com os programas de responsabilidade social investigados e verificar que, embora eles apresentem alguns aspectos acima enunciados, de fato suas ações concretas se distanciam da efetiva realização desses valores.

Poderíamos concluir, e para tal utilizamos as palavras de Laurell (1997, p. 153), que as questões sociais tratadas no âmbito da responsabilidade social:

transformam-se em fato político, e as sugestões para solucioná-las constituem-se em elementos definidores de projetos e partidos políticos. Claro que ela não adquire a mesma importância para todos eles – para uns, é a questão central e requisito de seu fim libertário; para outros, é um imperativo humanista-cristão; para outros, ainda, é um elemento necessário de legitimação – mas para todos é uma questão inevitável.

A responsabilidade social, portanto, remete a disputas de discursos atuais sobre a articulação entre Estado, mercado e sociedade civil tendo como pano de fundo o trato das questões sociais. Um debate que, como salientamos inicialmente, está longe de encerrar-se.

## 7. BIBLIOGRAFIA

ACANDA, Jorge Luis. *Sociedade Civil e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

ALMEIDA, Carla. *O marco discursivo da “Participação Solidária” e a nova agenda de formulação e implementação de ações sociais*. In: Dagnino, Evelina; Olvera, Alberto; Panfichi, Aldo (orgs.) *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra: Campinas, SP: Unicamp, 2006.

ALVES, Josia Manoel. *Processo de eletrificação em Goiás e no Distrito Federal: retrospectiva e análise dos problemas políticos e sociais na era da privatização*. Campinas, SP: Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Mecânica. 2005.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Ed. Cortez, 1995.

ARRETCHE, Marta. *Federalismo e Políticas Sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia*. Revista São Paulo em Perspectiva 18(2). SP: SEADE, 2004.  
BAUER, Martin W.; GAKELL, George. (orgs.). *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som*. 3ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

BARRETO, Afonso Henriques de. *Marginalia*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

BERNOUX, P. *A sociologia das empresas*. Porto: Rés-Editora, 2002.

BIANCO-FELDMAN, Bela. LEITE, Miriam L. Moreira. (org.). *Desafios da Imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Campinas, SP: Ed. Papyrus, 1998.

BOSCHI, R.R. *O Executivo e a redefinição das relações público/privado no Brasil: um novo corporativismo?* Cátedra Sérgio Buarque de Holanda de Ciências Sociais – Université Toulouse Iê Mirail e École de Hautes Études em Sciences Sociales, Paris, 2002. Mimeogr.

CABRAL, Josélia Fontenele Batista. *Hidrelétricas do Alto Madeira/Rondônia – contribuições aos estudos de impacto ambiental*. In:

CAMARGO, J.M. *Política Social no Brasil: prioridades erradas, incentivos perversos*. Revista São Paulo em Perspectiva 18(2). SP: SEADE, 2004.

CAPPELLIN, P.; GIULIANI, M.; PESSANHA, E.; MOREL, R. As organizações empresariais brasileiras e a responsabilidade social. In; Kirschner, A.M.; Gomes, E. (orgs.) *Empresa, Empresários e sociedade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira. *Concepções sobre pobreza e alguns desafios para a intervenção social*. Revista Serviço Social e Sociedade. Nr. 84. 2005.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005.

CHEIBUB, Zairo. LOCKE, Richard. *Valores ou interesses? Reflexões sobre a responsabilidade social*. In: Cappellin, Paola, et. al (orgs.) *Empresa, empresários e globalização*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

DAGNINO, Evelina (org.). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo (orgs.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra: Campinas, SP: Unicamp, 2006.

DINIZ, E. *Crise, reforma do Estado e governabilidade*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.  
 \_\_\_\_\_. *As elites empresariais e a Nova República: corporativismo, democracia e reformas liberais*. In: Kirschner, A.M.; Gomes, E. (orgs.) *Empresa, empresários e sociedade*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. *Globalização, reformas econômicas e elites empresariais*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

\_\_\_\_\_. *A busca de um novo modelo econômico: padrões alternativos de articulação público-privado*. Revista de Sociologia Política. N. 24, jun. 2000.

DRAIBE, Sônia M. *Políticas Públicas e Gestão da Crise: um balanço da literatura internacional*. Caderno de Pesquisa nr. 1. Núcleo de estudos de políticas públicas – NEPP. Unicamp-Campinas, 1987.

ELETRONORTE. Relatório social 2003.

\_\_\_\_\_. Balanço social bianual 2004/2005.

\_\_\_\_\_. Manual de projetos sociais 2006.

ELETROSUL. Relatório Administrativo do Balanço Bianual 2004/2005.

FELTRAN, Gabriel de Santis. *Deslocamentos – trajetórias individuais, relações entre sociedade civil e Estado no Brasil*. In: Dagnino, Evelina; Olvera, Alberto; Panfichi, Aldo (orgs.) *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra: Campinas, SP: Unicamp, 2006.

FERNANDES. Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5ª ed. São Paulo: Ed. Globo, 2006.

FERRAREZI, Elisabete. *Filantropia empresarial e parceria: elementos para a reflexão*. Rio de Janeiro: Iuperj/Uradata, 1995.

FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janáina. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Ed. Paz e Terra, 1974.  
 GARCIA, Joana. *A Filantropia Empresarial ou de como transformar o negócio em social*. Revista Praia Vermelha, V. 1. UFRJ, 1997.

\_\_\_\_\_. *O Negócio do Social*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2004.

GODARD, Francis; CABANES, Robert. *Uso de las Historias de Vida em Las Ciencias Sociales*. Cuadernos Del Cids - Centro de Investigaciones sobre dinâmica social. Universidad Externado de Colômbia.

GÓIS, João Bosco Hora; SANTOS, A.O.; COSTA, I.S. *Responsabilidade Social empresarial e solidariedade: uma análise dos discursos dos seus atores*. Revista Serviço Social e Sociedade. nº 78 / julho 2004.

GOMES, Maria Soledad Etcheverry de Arruda Gomes. *Empregabilidade nos tempos de reestruturação e flexibilização: trajetórias de trabalho e narrativas de ex empregados do Setor Elétrico Brasileiro*. Rio de Janeiro, RJ. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. 2002.

GROSS, Denise. Desafios da responsabilidade social: as atualizações entre práticas e discursos. In: GROSS, Denise. *Empresas e grupos empresariais: atores sociais em transformação*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

GRUN, Roberto. *Convergência das elites e inovações financeiras: a evolução da governança corporativa no Brasil*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 58:64-90, 2005.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma: A modernidade na Selva*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1988.

HERNANDEZ, Francisco Del Moral. *Aqueles que vivem nas margens, às margens da decisão: controvérsias sobre o uso dos rios e terras ribeirinhas para a geração hidrelétrica*. Dissertação (Mestrado). Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia da Universidade de São Paulo – USP. 2006.

\_\_\_\_\_. *A responsabilidade social nos empreendimentos energéticos: reflexões metodológicas para identificação de agentes e suas responsabilidades*. Encontro técnico-científico da 6ª Ecolatina – Conferência Latino-Americana sobre Meio Ambiente. 18 a 21 de setembro de 2006. Belo Horizonte – MG.

IAMAMOTO, Marilda. CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico – metodológica*. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. *A Questão Social no Capitalismo*. Revista Praia Vermelha: Estudos de Política e Teoria Social. Nr. 8. UFRJ: Rio de Janeiro, 2003.

IANNI, Octávio. *A idéia de Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1994

\_\_\_\_\_. *Teorias da Globalização*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997

IDÉIAS. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Ano 5(2)/6(1).  
Campinas: Unicamp, 1998/1999.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações Sociais e esfera pública*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

LANG, A. B.S.G. et al. *Reflexões sobre pesquisa sociológica*. Textos CERU  
FFLCH/USP. 2ª ed. 1999.

KAMEYAMA, Nobuco. *A nova configuração das políticas sociais*. Revista Praia Vermelha. V. 1, n. 1. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

\_\_\_\_\_. *Ética Empresarial*. Revista Praia Vermelha. Nr. 11. Rio de Janeiro:UFRJ, 2004.

KLEIN, Naomi. *Sem Logo: A tirania das marcas em um planeta vendido*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

KLIKSBERG, Bernardo. *La agenda ética pendiente de América Latina*. Buenos Aires: IDB Bookstore, 2005.

KIRSCHNER, Ana Maria. *A sociologia brasileira e a empresa: breves comentários*. In: GROSS, Denise. *Empresas e grupos empresariais: atores sociais em transformação*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

KIRSCHNER, Ana Maria. SAINSAULIEU, Renaud. *Sociologia da Empresa: organização, poder, cultura e desenvolvimento no Brasil*. Tradução Jaime A. Clasen. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2006.

\_\_\_\_\_. *Empresa, empresários e sociedade*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. *Da sociologia econômica à sociologia da empresa: para uma sociologia da empresa brasileira*. Revista Sociedade e Estado. Departamento de sociologia da Universidade de Brasília. V. 1, n. 1. 1986.

LANDIM, Leilah e SCALON, Maria Célia. *Doações e Trabalho Voluntário no Brasil – uma pesquisa*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

LANDIM, Leilah. *Para além do mercado e do Estado? Filantropia e cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: ISER, 1993.

\_\_\_\_\_. *Generosidades brasileiras e os tempos que correm*. Revista Praia Vermelha. V. 1, n. 1. UFRJ. Rio de Janeiro, 1997.

LAURELL, Ana Cristina.(org.) *Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

LEITE, Ilka Boaventura (org.) *Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

LEME, Alessandro André. *Globalização e reformas liberalizantes: contradições na reestruturação do setor elétrico brasileiro nos anos 1990*. Revista Sociologia Política n. 25. 2005.

LEOPOLDI, M. A. *Política e interesses na industrialização brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LOPES, Luiz Paulo da Moita (org.). *Discursos de identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

LOPES, Antônio Simões. *Encruzilhadas do desenvolvimento: falácias, dilemas, heresias*. Revista de Ciências Sociais nr. 75. Centro de Estudos Sociais – CES: Coimbra, Portugal, 2006.

MARQUES, Rodrigo. *Profissionais da Responsabilidade Social: novas instituições e a construção de estratégias*. V Workshop Empresa, Empresários e Sociedade: o mundo empresarial e a questão social.

MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MARX, Karl & ENGELS, Frederic. *Introdução à crítica da economia política*. Trad. Edgard Malagodi. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

\_\_\_\_\_. *A ideologia alemã*.

MATTEDI, Cecile Raud. *A construção social do mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. V. 20, nr. 57, fevereiro de 2005.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao Padrão Emergente de Intervenção Social*. São Paulo: Ed. Cortez, 2002.

MINELLA, Ary César. *Análise do sistema financeiro a partir de uma perspectiva sócio-política*. Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. PPGSP. Florianópolis. Disponível em <http://sisfin.ufs.br>

NETTO, José Paulo. *FHC e a política social: um desastre para as massas de trabalhadoras*. In: LESPAPIN, Ivo. (org.). *O desmonte da nação: balanço do governo FHC*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia. (orgs.). *Os Sentidos da Democracia: Políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

PALHANO, Nair Barbosa. *Setor elétrico e meio ambiente: a institucionalização da “questão ambiental” nos anos 80 e 90*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

PAOLI, Maria Célia, TELLES, Vera da Silva. *Direitos sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo*. In: *Cultura e Política no Movimentos Sociais Latino-Americanos: Novas Leituras*.

PASSADOR, Cláudia Souza. *A Responsabilidade Social no Brasil: uma questão em andamento*. In: VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado de la Administración Pública. Portugal, 8-11 oct. 2002.

PIRES, José Cláudio Linhares. *Desafios da reestruturação do setor elétrico energético brasileiro*. Texto para Discussão nr. 76. BNDES: Rio de Janeiro, 2001

\_\_\_\_\_. *As perspectivas do setor elétrico após o racionamento*. Texto para discussão nr. 97. BNDES: Rio de Janeiro, 2002.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PORTUGAL JR, José Geraldo (org.). *Grupos econômicos: expressão institucional da unidade empresarial contemporânea*. In: *Estudos de economia do setor público 2*. São Paulo: FUNDAP/IESP, 1994.

PRINGLE, H.; THOPSON, M. *Marketing Social: marketing para causas sociais e a construção das marcas*. São Paulo: Makron Books, 2000.

QUIROGA, Ana Maria. *Caridade, filantropia e justiça e os modelos de ação social*. *Revista Praia Vermelha* V. 1, nr. 1. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

RESENDE, Grazielle Andrade. TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa. *Desvendando o terceiro setor: trabalho e gestão em organizações não-governamentais*. In: NABUCO, Maria Regina e CARVALHO NETO, Antônio Moreira de. *Relações de trabalho contemporâneas*, IRT/PUC Minas, Belho Horizonte, 1999.

RICO, Elisabete de Melo. RAICHELIS, Raquel (orgs.) *Gestão Social: uma questão em debate*. IE – Institutos de Estudos Especiais da PUC – SP. São Paulo: Educ, 1999.

SZAZI, Eduardo. (org.) *Terceiro Setor: Temas Polêmicos 1*. São Paulo: Petrópolis, 2004.

\_\_\_\_\_. *Terceiro Setor: Regulação no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Petrópolis, 2003.

SADER, Emir e GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SOARES, L.T.R. *Política Social em situações de crise e de ajuste neoliberal na América Latina*. In: *Ajuste Neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SCHELEGEL, Friedrich. *O dialeto dos fragmentos*. São Paulo: Iluminuras, 1997.

TARQUI, Jorge Luis Zezarra. *Modelo de gestão e recursos hídricos no Brasil: abordagem comparativa entre os modelos da França e do Brasil*. In: I Encontro de Ciências Sociais e Barragens. Fórum de ciência e cultura. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

TEIXEIRA, Ana Cláudia. *A atuação das organizações não-governamentais: entre o Estado e o conjunto da sociedade*. In: Dagnino, E. (org.) *Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

VELASCO E CRUZ, S. *Política empresarial em tempos de crise*. Primeira Versão, Campinas, Unicamp/IFCH, nr. 48, 1992.

VIEIRA, E. A. *Constituição de 1988 e o novo cenário político-social do Brasil*. In: Lopes, J.R. (org.). *O processo de democratização na sociedade brasileira: 20 anos de luta pela cidadania*. São Paulo: Sesc, Nespps-Unitau, 1999.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *A ditadura foi entreguista? Política externa e desenvolvimento no regime militar brasileiro*. Estudos de História, v. 8, nr. 1. Franca-SP, 2001.

YAZBECK, Maria Carmelita. *Classes Subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. *O Programa Fome Zero no contexto das políticas sociais no Brasil*. São Paulo em perspectiva. V. 18, nr. 2. 2004.

ZARIFIAN, Philippe. *Valor, organização e competência na produção de serviço: esboço de um modelo de produção de serviço*. In: SALERNO, Mário Sérgio (org.) *Relação de serviço: produção e avaliação*. Série Trabalho e Sociedade. São Paulo: Ed. Senac, 2001.

## LISTA DE PRINCIPAIS SITES PESQUISADOS

<http://www.accountability.org.uk/>

<http://www.nsaine.com>

<http://www.ibase.org.br>

<http://www.cartacapital.com.br>

<http://www.abong.org.br>

<http://www.balancosocial.org.br>

<http://www.filantropia.org.br>

<http://www.ipea.gov.br>

<http://www.eln.gov.br>

<http://www.eletrosul.gov.br>

<http://eletrobras.gov.br>

## ANEXO A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Este roteiro foi pensado de modo a estabelecer um método coerente de entrevistas. As perguntas elaboradas foram direcionadas a todos os entrevistados. Algumas delas foram um pouco mais amplas e permitiram a possibilidade de respostas não tão específicas como as primeiras, e procurou situar o campo de atuação dos entrevistados no debate sobre a responsabilidade social no setor.

A subjetividade que certamente esteve presente durante as entrevistas, é considerado um instrumento de conhecimento (LANG, et al 1999). Nos interessou as percepções dos entrevistados com respeito à temática sugerida na entrevista. Nossa pretensão foi aprender com a visão e a vivência do entrevistado. A seleção dos trechos colocados no texto foi uma forma de colocar esse esforço a prova.

A seqüência das perguntas durante os encontros foi exposta da seguinte maneira:

- 1) Solicitação de apresentação e comentários, ao entrevistado, sobre sua trajetória profissional dentro da empresa;
- 2) Pergunta 1: Como se deu a entrada do programa de responsabilidade social na empresa e o seu processo de institucionalização?
- 3) Pergunta 2; Qual o contexto político, econômico e social, na percepção do entrevistado, que originaram as demandas da responsabilidade social na empresa? Solicitação ao entrevistado para que comentasse as mudanças, as exigências governamentais e as influências em tal contexto;
- 4) Pergunta 3: Como se dá a influência da legislação no processo de responsabilidade social na empresa?
- 5) Pergunta 4: Como se dá o processo de certificação na empresa, das normas de responsabilidade social?
- 6) Pergunta 5: Como as ações sociais desenvolvidas pela empresa foram se modificando com as mudanças de governo? Houve mudanças com a troca de governos?
- 7) Pergunta 6: Na visão do entrevistado, há uma relação entre responsabilidade social e o processo eleitoral?
- 8) Pergunta 7: Quem participa do programa de responsabilidade social na empresa? Como são escolhidos ou selecionados os profissionais que irão trabalhar no programa?

- 9) Pergunta 8: As comunidades atendidas participam do processo de elaboração dos projetos?
- 10) Pergunta 9: Há uma preparação anterior dos profissionais que estarão a frente dos programas? (Cursos, seminários, encontros e debates dentro da empresa);
- 11) Pergunta 10: Como são definidos e elaborados os projetos que fazem parte do programa de responsabilidade social?
- 12) Pergunta 11: Quais as prioridades das ações e de onde elas surgem?
- 13) Pergunta 12: Há um sistema de monitoramento, acompanhamento e avaliação qualitativa dos projetos?
- 14) Pergunta 13: Como o entrevistado entende a política energética do Brasil e a relação com a responsabilidade social?
- 15) Pergunta 14: Como o entrevistado percebe os impactos da responsabilidade social nos negócios da empresa?
- 16) Pergunta 15: Quais são as relações presentes num programa de responsabilidade social: com outras concessionárias, com o governo, com os clientes, com as comunidades?
- 17) Pergunta 16: O entrevistado percebe alguma diminuição dos impactos dos projetos nas comunidades atingidas através dos projetos desenvolvidos?
- 18) Pergunta 17: Na opinião do entrevistado, quais os principais desafios na relação com as comunidades?
- 19) Pergunta 18: O entrevistado percebe que há alguma resistência ou discordância de outros trabalhadores na empresa, em relação a entrada de um programa de responsabilidade social no setor?
- 20) Pergunta 19: Como o entrevistado avalia um programa de responsabilidade social numa empresa do setor de energia elétrica no Brasil? Quem, em sua opinião, se tornam os maiores beneficiários?
- 21) Pergunta 20: O quê não entra num balanço social? Como ele é confeccionado?
- 22) Pergunta 21: As comunidades atendidas participam da elaboração do balanço social?
- 23) Pergunta 22: O quê, na visão do entrevistado, deveria mudar no processo de institucionalização da responsabilidade social no setor?
- 24) Colocações finais do entrevistado, a seu critério livre.

## ANEXO B – LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS AO TERCEIRO SETOR

### **Cronologia**<sup>99</sup>

Constituição Federal – Art. 5º ; Art. 7º art. 150; art. 195; art. 227;

Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991 – Institui a contribuição para a seguridade social;

Lei Complementar nº 84, de 18 de janeiro de 1996 – Institui fonte de custeio para a manutenção da Seguridade Social;

Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 – Antigo código Civil Brasileiro;

Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935 – Reconhecimento de utilidade pública;

Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1.966 – Código Tributário Nacional;

Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971 - Legislação sobre distribuição gratuita de prêmios;

Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil;

Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 – Lei dos Registros Públicos;

Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974 – Trabalho temporário nas empresas urbanas;

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Sociedades por Ações;

Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977 – Estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior, ensino profissionalizante do segundo grau e supletivo;

Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 - Ação civil pública;

Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987 – Regulamentação da atividade de mãe social;

Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988 – Contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas;

Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990 – Dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica;

Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990 – Isenção ou redução de impostos de importação;

---

<sup>99</sup> (Szazi: 2003).

- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991- Organização da Seguridade Social;
- Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991- Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac);
- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 – Lei de Licitações;
- Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993 – Fomento à atividade audiovisual;
- Lei nº 8.849, de 28 de janeiro de 1994 – Altera a legislação do Imposto de Renda;
- Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995 – Altera a legislação do Imposto de Renda
- Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995 – Altera a legislação do Imposto de Renda das Pessoas Físicas;
- Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996 – Contribuição Provisória sobre movimentação ou transmissão de valores de créditos e directos de natureza financeira – CPMF;
- Lei nº 9.323, de 5 de dezembro de 1996 – Altera o limite de dedução de que trata o § 2º do art. 1º da Lei 8.685/93;
- Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 – Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do magisterio;
- Lei nº 9.473, de 22 de julho de 1997 - Lei de Diretrizes Orçamentárias de 1998;
- Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997 - Altera legislação tributária federal;
- Lei nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998 – Contrato de trabalho por prazo determinado;
- Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 – Sanções penais derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente;
- Lei nº 9.608, de 18 fevereiro de 1998 – Serviço Voluntário;
- Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998- Organizações Sociais;
- Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998 – Altera legislação tributária federal;
- Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998- Altera dispositivos das leis nºs 8.212 e 8.213/91 e Lei nº 9.317/96;
- Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998- Salário-Educação;

Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999 – Organizações da Sociedade Civil de interesse público;

Lei nº 9.811, de 28 de julho de 1999 – Lei de Diretrizes orçamentárias de 2000;

Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999 – Cooperativas Sociais;

Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000 – Alteração da CLT (Consolidação das Leis do trabalho);

Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001 – Instituições de sociedades de crédito ao microempreendedor;

Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Novo Código Civil;

Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002 – Altera a legislação tributária federal;

Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 – Não cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público;

Decreto Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 – Lei de Introdução ao Código Civil;

Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das leis do Trabalho;

Decreto Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966 – Imposto de Importação;

Decreto Lei nº 2.303, de 21 de novembro de 1986 – Alteração da legislação tributária federal;

Medida Provisória nº 1.709, de 6 de agosto de 1998 – Programa de Alimentação do Trabalhador;

Medida Provisória nº 2.172-32, de 23 de agosto de 2001 – Nulidade das disposições contratuais;

Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001 – Contribuição para Cofias e Pis/Pasep;

Medida Provisória nº 2.187-13, de 24 de agosto de 2001 – Reajuste dos benefícios mantidos pela previdência social;

Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001- Organização da Presidência da República e dos Ministerios;

Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961 – Reconhecimento como entidade de utilidade pública federal;

Decreto nº 70.951, de 9 de agosto de 1972 – Distribuição gratuita de prêmios;

Decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1982 – Estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior, 2º grau regular e supletivo;

Decreto nº 91.030, de 5 de maio de 1985 – Regula isenções fiscais;

Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986 – Unificação dos recursos de caixa do tesouro nacional;

Decreto nº 794, de 5 de abril de 1993 – Limite de dedução do imposto de renda das pessoas jurídicas, correspondentes às doações em favor dos Fundos de Directos da Criança e do Adolescente;

Decreto nº 1.494, de 17 de maio de 1995 – Regulamenta a lei nº 8.313, de 23/12/91;

Decreto nº 2.173, de 5 de março de 1997 – Regulamento da organização e do custeio da seguridade social;

Decreto nº 2.490, de 4 de fevereiro de 1998 – contrato de trabalho por prazo determinado;

Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998 – certificado de entidades de fins filantrópicos;

Decreto nº 2.637, de 25 de junho de 1998 – regulamenta a cobrança do Imposto sobre produtos industrializados (IPI);

Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 – Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do imposto sobre a renda;

Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999 – Regulamenta a Organização e o Custeio da Seguridade Social;

Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999 – Regulamenta a Lei 9.790/99;

Decreto nº 3.751, de 15 de fevereiro de 2001 – Procedimentos a serem observados pela administração pública federal direta e indireta;

Decreto nº 4.110, de 1º de fevereiro de 2002 – Fixa o valor absoluto do limite global das deduções do imposto sobre a renda;

Decreto nº 4.358, de 5 de setembro de 2002 – Declaração de não-uso de mão-de-obra infantil;

Decreto nº 4.382, de 19 de setembro de 2002 – Tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR);

Decreto nº 4.397, de 1º de outubro de 2002 – Estabelece a sistemática de execução do Programa Nacional de Apoio à cultura;

Resolução Bacen nº 1.840, de 16 de julho de 1991 – Plano de conservação da dívida externa para fins ambientais;

Resolução Bacen nº 2.874, de 26 de julho de 2001 – Funcionamento de crédito ao microempreendedor;

Circular Bacen nº 1.988, de 16 de julho de 1991 – decisão da diretoria relacionada com o plano de conversão da dívida externa para fins ambientais;

Portaria MF nº 88, de 28 de setembro de 2000 – Emissão de autorização para realização de sorteios;

Portaria MJ nº 361, de 27 de julho de 1999 – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;

Portaria MinC nº 46, de 13 de março de 1998 – Projetos culturais, artísticos e audiovisuais;

Portaria MinC nº 500, de 18 de dezembro de 1998 – projetos audiovisuais e radiofônicos;

Resolução CNAS nº 31, de 24 de fevereiro de 1999 – Concessão do registro de entidade no Conselho Nacional de Assistência Social;

Resolução CNAS nº 177, de 10 de agosto de 2000 – Concessão ou renovação do certificado de entidade de fins filantrópicos;

Resolução CNAS nº 178, de 10 de agosto de 2000 – Modelo de placas para as instituições;

Resolução CNAS nº 2, de 22 de janeiro de 2002 – Concessão de registro e certificado de identidade beneficente de assistência social (CEBAS);

Resolução CNAS nº 107, de 4 de agosto de 2002- Requerimento de revisão de indeferimento dos pedidos;

Resolução CNAS nº 123, de 14 de agosto de 2002- Sustentação Oral na sessões do colegiado;

Resolução CFDB nº 8, de 26 de outubro de 1999 – Manual de procedimento de diretrizes técnicas para a apresentação e análise de projetos;

Resolução Conanda nº 76, de 21 de fevereiro de 2002- Criação de certificado de autorização para captação de recursos financeiros para o fundo nacional dos directos da criança e do adolescente;

Resolução Conanda nº 77, de 13 de março de 2002 – Aprovação do novo regimento interno;

Resolução Conanda nº 78, de 14 de março de 2002 – criterios para o repasse de recursos e o plano de aplicação para o Fundo Nacional para a Criança e ao Adolescente (FNCA);

Resolução Conanda nº 81, de 10 de julho de 2002 – suspensão por tempo indeterminado da resolução nº 76;

Resolução Conanda nº 83, de 13 de setembro de 2002 – criterios para o repasse de recursos suplementares;

Instrução Normativa MinC / SRF nº1, de 13 junho de 1995; Procedimento de acompanhamento, controle e avaliação;

Instrução Normativa SNT nº 1, de 15 de janeiro de 1997 – Celebração de convênios de natureza financeira;

Instrução Normativa SRF nº87, de 31 de dezembro de 1996- Modelo de declaração, a ser prestada pelas entidades civis;

Instrução Normativa SRF nº 113, de 21 de setembro de 1998 – Obrigações de natureza tributária das instituições de educação;

Instrução Normativa SRF nº 82, de 13 de junho de 1999 – Procedimentos relativos ao cadastro de pessoa jurídica;

Instrução Normativa SRF nº 44, de 2 de maio de 2001- Declaração de não incidência da contribuição provisória;

Instrução Normativa SRF nº 173, de 11 julho de 2002 – Contribuição Provisória sobre movimentação ou transmissão de valores;

Instrução Normativa INSS nº 66, de 10 de maio de 2002 – Isenção das contribuições sociais;

Ato Declaratório (Normativo) nº 7, de 17 de março de 1996- Incentivo a atividade audiovisual para as pessoas jurídicas;

Ato Declaratório (Normativo) nº 23, de 19 de setembro de 1997- Doações e Patrocínios realizados sobre a forma de prestação de serviços ou fornecimento de material de consumo para projetos culturais;

Convênio ICMS 43, de 23 de julho de 1999 – Autoriza os Estados e o DF a conceder isenção de ICMS, nas saídas de microcomputadores usados doados pelos fabricantes

### **- Lei do Voluntariado**

LEI Nº 9.608, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1998.

Dispõe sobre o Congresso Nacional descreva e sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1** Considera-se serviço voluntário, para fins desta lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou instituição privada de fins lucrativos, que tenha objetivo cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive, mutualidade.

Parágrafo único. O serviço voluntário não gera vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

**Art. 2** O serviço voluntário será exercido mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objetivo e as condições de seu exercício.

**Art. 3** O prestador do serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias.

Parágrafo único. As despesas a serem ressarcidas deverão estar expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário.

**Art. 4** Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

**Art. 5** Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de fevereiro de 1998; 1777 da independência e 110 da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
Paulo Paiva

(Publicado no Diário Oficial da União, de 18/02/98)

## MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

## CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 31, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1999  
(PUBLICADA NO DOU DE 26/02/99)

O Plenário do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, no uso de suas atribuições e com base na deliberação do Colegiado, em reunião realizada no dia 24 de fevereiro de 1999;

Considerando que o inciso III do art. 18 da Lei Nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, estabelece competência ao Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS para fixar normas para a concessão de registro e certificado de entidade de fins filantrópicos às entidades privadas prestadoras de serviço e assessoramento de assistência social;

Considerando o contido na Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que “Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal”;

## RESOLVE:

Art. 1º - A concessão do registro de entidade no Conselho Nacional de Assistência Social, conforme competência estabelecida no inciso IV do artigo 18, da Lei Nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, obedecerá ao disposto nesta Resolução.

Parágrafo Único. O Atestado de Registro fornecido pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS terá validade por tempo indeterminado.

Art. 2º - Poderão obter registro no Conselho Nacional de Assistência Social as entidades que, sem fins lucrativos, promovam:

- I – a proteção à família, à infância, à maternidade, à adolescência e à velhice;
- II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III – ações de prevenção, habilitação, reabilitação e integração à vida comunitária de pessoas portadoras de deficiência;
- IV – a integração ao mercado de trabalho;
- V – a assistência educacional ou de saúde;
- VI – o desenvolvimento da cultura;
- VII – o atendimento e assessoramento aos beneficiários da Lei Orgânica da Assistência Social e a defesa e garantia de seus direitos.

Art. 3º - Somente poderá ser concedido registro à entidade cujo estatuto, em suas disposições, estabeleça que:

- I – aplica suas rendas, seus recursos e eventual resultado operacional integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- II – *(excluído pela Resolução nº 01, de 04 de janeiro de 2001)*;

III – não percebem seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores, benfeitores ou equivalentes remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;

IV – em caso de dissolução ou extinção, destina o eventual patrimônio remanescente a entidade congênere registrada no CNAS ou a entidade pública;

V – *(excluído pela Resolução nº 01, de 04 de janeiro de 2001)*.

§ 1º - As fundações particulares, que desenvolvam atividades previstas nos incisos de I a VII, do artigo 2º, constituídas como pessoa jurídica de direito privado, deverão apresentar seus contratos, atos constitutivos, estatutos ou compromissos inscritos junto ao Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme disposto no artigo 16 do Código Civil e devidamente aprovados pelo Ministério Público;

§ 2º - As fundações que desenvolvam atividades previstas nos incisos I a VII, do artigo 2º, constituídas como pessoas jurídicas de direito privado, instituídas pelos poderes públicos através da autorização legislativa, deverão comprovar que:

- a) o regime jurídico do seu pessoal, não incluídos diretoria, conselheiros, sócios, benfeitores e instituidores, seja o da Consolidação das Leis do Trabalho;
- b) não participam da diretoria, dos conselhos, dos sócios e dos benfeitores pessoas físicas ou jurídicas dos poderes públicos federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;
- c) as subvenções sociais, dotações orçamentárias ou quaisquer recursos recebidos dos Poderes Públicos federal, estadual, municipal ou Distrito Federal não poderão ser destinados ao pagamento de pessoal;
- d) no caso de dissolução, o eventual patrimônio da fundação, seja destinado, de acordo com o art. 30 do Código Civil, ao patrimônio de outras fundações que se proponham a fins iguais ou semelhantes;
- e) atendam os demais requisitos previstos nesta Resolução.

Art. 4º - São documentos necessários ao encaminhamento do pedido de registro ao Conselho Nacional de Assistência Social:

I – requerimento – formulário fornecido pelo CNAS, devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante legal da entidade, que deverá rubricar todas as folhas;

II – cópia autenticada do estatuto registrado em Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, nos termos da lei, com identificação do mesmo Cartório em todas as folhas e transcrição dos dados do registro no próprio documento ou em certidão;

III – comprovante de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social do município de sua sede, se houver, ou no Conselho Estadual de Assistência Social, ou Conselho de Assistência Social do Distrito Federal.

IV – declaração de que a entidade mantenedora está em pleno e regular funcionamento, cumprindo suas finalidades estatutárias, não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio, sob nenhuma forma, bem como aplica as subvenções e doações recebidas nas finalidades a que estejam vinculadas, e da qual conste a relação nominal, com qualificação e endereço dos membros da atual Diretoria, assinada pelo representante legal da entidade, conforme modelo fornecido pelo CNAS. *(alterado pela Resolução nº 01, de 04 de janeiro de 2001)*;

V – relatório de atividades, assinado pelo representante legal da entidade em que se descrevam, quantifiquem e qualifiquem as ações desenvolvidas;

VI – cópia da ata de eleição dos membros da atual diretoria, devidamente averbada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas;

VII – cópia do documento de inscrição no CNPJ (antigo CGC) DO Ministério da Fazenda, atualizado.

§ 1º Em se tratando de fundação, a requerente deverá apresentar, além do previsto nos incisos I a VII deste artigo, os seguintes documentos:

- a) cópia autenticada da escritura de sua instituição, devidamente registrada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, ou lei de sua criação;
- b) comprovante de aprovação dos estatutos, bem como de suas respectivas alterações, se houver, pelo Ministério Público.

Art. 5º - O pedido de registro poderá ser apresentado diretamente no protocolo do Conselho Nacional de Assistência Social em Brasília, ou enviado pelos Correios.

Art. 6º - O Conselho Nacional de Assistência Social julgará a solicitação da entidade e, no caso de indeferimento, caberá pedido de reconsideração ao próprio CNAS.

§ 1º O pedido de reconsideração somente será acatado se apresentado no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da ciência da decisão e comprovado através de Aviso de Recebimento (AR).

§ 2º O pedido de reconsideração será examinado por junta composta pelo Secretário Executivo, por um servidor da Coordenação de Normas e pelo Chefe do Serviço de Análise de pedidos de Registro e Certificado, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 7º - Mantida a decisão de indeferimento pelo CNAS, cabe recursos ao Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social.

Parágrafo Único – O pedido de Recurso ao Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social deverá ser entregue no protocolo geral do Ministério, ou enviado pelo correio, num prazo de 10 (dez) dias a contar da ciência da decisão, comprovada através de Aviso de Recebimento (AR).

Art. 8º - A requerente poderá solicitar vistas ao processo, desde que devidamente formalizada através de requerimento e procuração, se for o caso, dirigido à Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Assistência Social.

Art. 9º - O Conselho Nacional de Assistência Social poderá baixar o processo de diligência, uma única vez, que deverá ser cumprida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a partir da data do Aviso de Recebimento – AR.

Parágrafo Único – O não cumprimento do prazo estabelecido, no caput deste artigo, implicará no indeferimento do pedido.

Art. 10º - Para a manutenção do Atestado de Registro, a entidade deverá cumprir as seguintes formalidades:

I – sempre que for feita qualquer alteração nos estatutos, regulamento ou compromisso social da entidade, esta deverá comunicar o CNAS, com a remessa da certidão do respectivo registro em Cartório competente;

II – manter devidamente atualizados os dados cadastrais, informando o CNAS sempre que ocorrer alteração de nome, sede, endereço, telefone e eleição de nova diretoria;

III – apresentar outras informações e/ou documentos, quando solicitados pelo Conselho.

Art. 11 – Qualquer Conselheiro do CNAS, os Órgãos específicos dos Ministérios da Justiça e da Previdência e Assistência Social, o INSS, a Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda ou o Ministério Público, bem como os Conselhos Municipais e Estaduais de Assistência Social e o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal poderão representar ao Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS sobre o descumprimento das condições e requisitos previstos nesta Resolução, indicando os fatos, suas circunstâncias, o fundamento legal e as provas ou, quando for o caso, a indicação de onde estas possam ser obtidas, sendo observado o seguinte procedimento:

I – recebida a representação, será designado relator, que notificará a entidade sobre o seu inteiro teor;

II – notificada, a entidade terá o prazo de trinta dias para apresentação de defesa e produção de provas;

III – apresentada a defesa ou decorrido o prazo sem manifestação da parte interessada, o relator, em quinze dias, proferirá seu voto, salvo se considerar indispensável a realização de diligências;

IV – havendo determinação de diligência, o relator proferirá o seu voto em quinze dias após a sua realização;

V – o CNAS deliberará acerca do cancelamento do Registro da Entidade até a primeira sessão seguinte à apresentação do voto do relator, não cabendo pedido de Reconsideração;

VI – da decisão poderá a entidade interessada ou o INSS interpor recurso ao Ministério de Estado da Previdência e Assistência Social no prazo de dez dias, contados da data de publicação do ato no Diário Oficial da União.

Art. 12 – O Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS poderá solicitar, a outros órgãos do Poder Público, que procedam fiscalização “in loco” nas entidades, no sentido de realizar diligência externa, bem como apurar a existência e o funcionamento de entidades registradas neste Conselho.

Art. 13 – Terá seu registro cancelado a instituição que:

I – infringir qualquer disposição desta Resolução;

II – seu funcionamento tiver sofrido solução de continuidade;

III – através de processo administrativo, ficar comprovada irregularidade na gestão administrativa.

Art. 14 – Nos casos não previstos nesta Resolução e dúvidas porventura existentes, aplicam-se-lhes os preceitos estabelecidos na Lei nº 9.784/99.

Art. 15 – Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução CNAS Nº 34 de 10 de junho de 1994.

Art. 16 – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Gilson Assis Dayrell  
Presidente do CNAS

## ANEXO C – NORMA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL SA8000

### RESPONSABILIDADE SOCIAL 8000

(SA8000)

#### I. OBJETIVO E ESCOPO

Esta norma especifica requisitos de responsabilidade social para possibilitar a uma empresa:

- a) desenvolver, manter e executar políticas e procedimentos com o objetivo de gerenciar aqueles temas os quais ela possa controlar ou influenciar;
- b) demonstrar para as partes interessadas que as políticas, procedimentos e práticas estão em conformidade com os requisitos desta norma;

Os requisitos desta norma devem se aplicar universalmente em relação à localização geográfica, setor da indústria e tamanho da empresa.

#### II. ELEMENTOS NORMATIVOS E SUA INTERPRETAÇÃO

A empresa deve atender às leis nacionais e outras aplicáveis, a outros requisitos aos quais a empresa tenha se obrigado e a esta norma. Quando as leis nacionais ou outras aplicáveis, outros requisitos aos quais a empresa tenha se obrigado e esta norma tratarem do mesmo tema, a disposição que for mais rigorosa se aplica.

A empresa deve também respeitar os princípios dos seguintes instrumentos internacionais:

Convenções OIT 29 e 105(Trabalho Forçado e Trabalho Escravo)

Convenção OIT 87(Liberdade de Associação)  
 Convenção OIT 98(Direito de Negociação Coletiva)  
 Convenções OIT 100 e 111 (Remuneração equivalente para trabalhadores masculinos e femininos por trabalho equivalente; Discriminação)  
 Convenção OIT 135(Convenção dos Representantes dos Trabalhadores)  
 Convenção OIT 138 & Recomendação 146(Idade Mínima e Recomendação)  
 Convenção OIT 155 & Recomendação 164(Saúde e Segurança Ocupacional)  
 Convenção OIT 159(Reabilitação Vocacional & Emprego/Pessoas com Deficiência)  
 Declaração Universal dos Direitos Humanos  
 Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança

#### III. DEFINIÇÕES

1. **Definição de empresa:** a totalidade de qualquer organização ou entidade de negócio responsável pela implementação dos requisitos desta norma, incluindo todos os funcionários(i.e., diretores, executivos, gerências, supervisores e demais funcionários, quer seja diretamente empregado, contratado ou de alguma outra forma representando a empresa).
2. **Definição de fornecedor:** uma entidade de negócio que fornece à empresa bens e/ou serviços necessários e utilizados na/para a produção de bens e/ou serviços da empresa.
3. **Definição de subcontratado:** uma entidade de negócio na cadeia de fornecimento que, direta ou indiretamente, oferece ao fornecedor bens e/ou serviços necessários e utilizados na/para a

produção de bens e/ou serviços do fornecedor e/ou empresa.

4. **Definição de ação de reparação:** ação tomada para reparar uma não conformidade.
5. **Definição de ação corretiva:** ação tomada para prevenir a repetição de uma não conformidade.
6. **Definição de parte interessada:** indivíduo ou grupo interessado em ou afetado pelo desempenho social da empresa.
7. **Definição de criança:** qualquer pessoa com menos de 15 anos de idade, a menos que a lei de idade mínima local estipule uma idade maior para trabalho ou educação obrigatória, situação em que prevalece a idade maior. Se, entretanto, a lei de idade mínima local estiver estabelecida em 14 anos de idade, de acordo com as exceções de países emergentes sob a Convenção 138 da OIT, prevalecerá a menor idade entre as duas condições.
8. **Definição de trabalhador jovem:** qualquer trabalhador com idade acima da idade de criança conforme definido acima e abaixo de 18 anos de idade.
9. **Definição de trabalho infantil:** qualquer trabalho realizado por uma criança com idade menor do que as idades especificadas na definição de criança acima, exceção feita ao que está previsto na Recomendação 146 da OIT.
10. **Definição de trabalho forçado:** todo trabalho ou serviço que seja extraído de qualquer pessoa sob a ameaça de qualquer penalidade para a qual essa dita pessoa não

tenha se oferecido voluntariamente.

11. **Definição de reparação de crianças:** todo o apoio e ações necessários para garantir a segurança, saúde, educação e o desenvolvimento de crianças que tenham sido submetidas a trabalho infantil, conforme definido acima e sejam demitidas.

#### IV. REQUISITOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

##### 1. Trabalho Infantil

###### Critérios:

- 1.1 A empresa não deve se envolver com ou apoiar a utilização de trabalho infantil, conforme definido acima;
- 1.2 A empresa deve estabelecer, documentar, manter e efetivamente comunicar aos funcionários e a outras partes interessadas as políticas e procedimentos para reparação de crianças que forem encontradas trabalhando em situações que se enquadrem na definição de trabalho infantil acima, e deve fornecer apoio adequado para possibilitar que tais crianças frequentem e permaneçam na escola até passar a idade de criança, conforme definido acima;
- 1.3 A empresa deve estabelecer, documentar, manter e efetivamente comunicar aos funcionários e a outras partes interessadas as políticas e procedimentos para promoção da educação para

crianças cobertas pela Recomendação 146 da OIT e trabalhadores jovens que estejam sujeitos às leis obrigatórias locais de educação ou que estejam frequentando escola, incluindo-se meios para assegurar que tal criança ou trabalhador jovem esteja empregado durante o horário escolar e que as horas combinadas de transporte diário(de e para a escola e trabalho), período escolar e horário de trabalho não excedam a 10 horas por dia;

- 1.4 A empresa não deve expor crianças ou trabalhadores jovens a situações dentro ou fora do local de trabalho que sejam perigosas, inseguras ou insalubres.

## 2. TRABALHO FORÇADO

- 2.1 **Critério:** a empresa não deve se envolver com ou apoiar a utilização de trabalho forçado, nem se deve solicitar dos funcionários fazer 'depósitos' ou deixar documentos de identidade quando iniciarem o trabalho com a empresa.

## 3. SAÚDE E SEGURANÇA

### **Critérios:**

- 3.1 A empresa, tendo em mente o conhecimento corrente da indústria e quaisquer perigos específicos, deve proporcionar um ambiente de trabalho seguro e saudável e deve tomar as medidas adequadas para prevenir acidentes e danos à saúde que surjam do, estejam associados com ou que ocorram no curso do

trabalho, minimizando, tanto quanto seja razoavelmente praticável, as causas de perigos inerentes ao ambiente de trabalho;

- 3.2 A empresa deve nomear um representante da alta administração responsável pela saúde e segurança de todos os funcionários e responsável pela implementação dos elementos de Saúde e Segurança desta norma;
- 3.3 A empresa deve assegurar que todos os funcionários recebam treinamento sobre saúde e segurança regular e registrado e que tal treinamento seja repetido para os funcionários novos e para os funcionários designados para novas funções;
- 3.4 A empresa deve estabelecer sistemas para detectar, evitar ou reagir às ameaças à saúde e segurança de todos os funcionários;
- 3.5 A empresa deve fornecer, para uso de todos os funcionários, banheiros limpos, acesso à água potável e, se apropriado, acesso a instalações sanitárias para armazenamento de alimentos;
- 3.6 A empresa deve assegurar que, caso sejam fornecidas para os funcionários, as instalações de dormitório sejam limpas, seguras e atendam às necessidades básicas dos funcionários;

## 4. LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO & DIREITO À NEGOCIAÇÃO COLETIVA

### **Critérios:**

- 4.1 A empresa deve respeitar o direito de todos os funcionários de formarem e associarem-se a sindicatos de trabalhadores de sua

escolha e de negociar coletivamente;

**4.2** A empresa deve, naquelas situações em que o direito à liberdade de associação e o direito de negociação coletiva forem restringidos por lei, facilitar meios paralelos de associação livre e independente e de negociação para todos esses funcionários;

**4.3** A empresa deve assegurar que os representantes de tais funcionários não sejam sujeitos à discriminação e que tais representantes tenham acesso aos membros de seu sindicato no local de trabalho.

## **5. DISCRIMINAÇÃO**

### ***Critérios:***

**5.1** A empresa não deve se envolver ou apoiar a discriminação na contratação, remuneração, acesso a treinamento, promoção, encerramento de contrato ou aposentadoria, com base em raça, classe social, nacionalidade, religião, deficiência, sexo, orientação sexual, associação a sindicato ou afiliação política;

**5.2** A empresa não deve interferir com o exercício dos direitos dos funcionários em observar preceitos ou práticas, ou em atender às necessidades relativas à raça, classe social, nacionalidade, religião, deficiência, sexo, orientação sexual, associação a sindicato ou afiliação política;

**5.3** A empresa não deve permitir comportamento, inclusive gestos, linguagem e contato físico, que seja sexualmente coercitivo, ameaçador, abusivo ou explorativo.

## **6. PRÁTICAS DISCIPLINARES**

### ***Critério:***

**6.1** A empresa não deve se envolver com ou apoiar a utilização de punição corporal, mental ou coerção física e abuso verbal.

## **7. HORÁRIO DE TRABALHO**

### ***Critérios:***

**7.1** A empresa deve cumprir com as leis aplicáveis e com os padrões da indústria sobre horário de trabalho; em todos os casos, os funcionários não devem ser rotineiramente solicitados a trabalhar acima de 48 horas por semana e devem ter pelo menos um dia livre num período de sete dias de trabalho.

**7.2** A empresa deve assegurar que o trabalho extra(mais do que 48 horas semanais) não exceda a 12 horas por semana, não seja obrigado a não ser em circunstâncias excepcionais e de curta duração, e seja sempre remunerado com um valor mais alto.

## **8. REMUNERAÇÃO**

### ***Critérios:***

**8.1** A empresa deve assegurar que os salários pagos por uma semana padrão de trabalho devem satisfazer a pelo menos os padrões mínimos da indústria e devem sempre ser suficientes para atender às necessidades básicas dos funcionários e proporcionar alguma renda extra;

**8.2** A empresa deve assegurar que as deduções dos salários não sejam feitas por razões disciplinares, e deve assegurar que a composição de salários e benefícios seja detalhada clara e regularmente para os trabalhadores; a empresa também deve assegurar que os salários e benefícios sejam pagos de plena conformidade com todas as leis aplicáveis e que a remuneração seja feita ou em espécie ou em forma de cheque, de maneira que seja conveniente para os trabalhadores;

**8.3** A empresa deve assegurar que os arranjos de contrato apenas por trabalho executado e esquemas de falso aprendizado não sejam realizados, numa tentativa de evitar o cumprimento de suas obrigações para com os funcionários sob as condições legais aplicáveis e associadas às legislações e regulamentações trabalhistas e de seguridade social.

## 9. SISTEMAS DE GESTÃO

**Critérios:**

### Política

**9.1** A alta administração deve definir a política da empresa quanto à responsabilidade social e as condições para assegurar que ela:

- a) inclua um comprometimento para atender a todos os requisitos desta norma;
- b) inclua um comprometimento para estar em conformidade com as leis nacionais e outras leis aplicáveis, com outros requisitos aos quais a empresa subscrever e a respeitar os instrumentos

internacionais e suas interpretações (conforme listado na Seção II);

- c) inclua um comprometimento com a melhoria contínua;
- d) seja efetivamente documentada, implementada, mantida, comunicada e seja acessível de forma abrangente para todos os funcionários, incluindo-se diretores, executivos, gerências, supervisores e a administração, quer seja diretamente empregado, contratado ou de alguma forma representando a empresa;
- e) esteja publicamente disponível.

### Análise Crítica pela Alta Administração

**9.2** A alta administração periodicamente deve analisar criticamente a adequação, aplicabilidade e contínua eficácia da política da empresa, dos procedimentos e dos resultados de desempenho, em particular em relação aos requisitos desta norma e a outros requisitos aos quais a empresa subscrever. As alterações e melhorias de sistema devem ser implementadas quando apropriado.

### Representantes da Empresa

**9.3** A empresa deve nomear um representante da alta administração o qual, independentemente de outras responsabilidades, deve assegurar que os requisitos desta norma sejam atendidos;

**9.4** A empresa deve proporcionar condições para que funcionários sem função gerencial escolham um representante de seu próprio grupo para facilitar a comunicação com a alta administração sobre assuntos relacionados com esta norma.



